# CÆSARAUGUSTA

Publicaciones
del
Seminario de Arqueología
y
Numismática Aragonesas

37-38

INSTITUCION «FERNANDO EL CATOLICO» (C. S. I. C.)
EXCMA. DIPUTACION PROVINCIAL DE ZARAGOZA
1973-1974

Publicaciones
del
Seminario
de
Arqueología y Numismática
Aragonesas
XXXVII-XXXVIII

# S U M A R I O

*Págs.*

ANTERO FURTADO, VASCO CORTÉS, ANTONIO MAURICIO y O. DA VEIGA FERREIRA: Descoberta de uma jazida quaternária com *Ursus arctos* no lugar de de S. Bartolomeu (Lourinha) ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 5

JEAN CLOTTES: Quelques observations sur la conservation des grottes ornées, à propos de deux galeries magdaléniennes récemment découvertes en Ariège ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 9

MARÍA PILAR CASADO LÓPEZ: Los signos en el arte parietal paleolítico de la península ibérica. (Conclusiones de la Tesis Doctoral) (I) ... ... ... 19

JORGE JUAN EIROA: Sobre la Edad del Bronce en el noroeste de la península hispánica ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 25

MIGUEL BELTRÁN LLORIS: Nuevos elementos para el conocimiento de las escrituras antiguas del S. W. peninsular: la estela de Siruela (Badajoz) ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... ... 125

# CÆSARAUGUSTA

Publicaciones
del
Seminario de Arqueología
y
Numismática Aragonesas

## 37-38

CONSEJO DE REDACCION

*Presidente-Director:*

D. Antonio Beltrán Martínez

*Consejeros:*

D. José M.ª Lacarra

D. Angel Canellas

Institución «Fernando el Católico» (C. S. I. C.)
de la Excma. Diputación Provincial
Zaragoza
1973 - 1974

Publicación núm. 593 de la
Institución «Fernando el Católico»

TODA LA CORRESPONDENCIA, PETICIONES DE ENVÍOS, REMISIÓN DE PUBLICACIONES, ETC., DEBEN DIRIGIRSE AL PALACIO PROVINCIAL, PLANTA BAJA. PLAZA DE ESPAÑA. ZARAGOZA (ESPAÑA)

Depósito Legal: Z. 35 — 1958

Impreso en España

Talleres Editoriales LIBRERÍA GENERAL. Pedro Cerbuna, 23. Zaragoza

# Descoberta de uma jazida quaternária com **Ursus arcto** no lugar de S. Bartolomeu (Laurinha)

Por Antero Furtado, Vasco Cortes,
Antonio Mauricio e O. da Veiga Ferreira

## I. — DESCOBERTA E LOCALIZAÇAO

Ao abri-se uma pedreira nos calcários jurásicos do lugar de S. Bartolomeu, entre Lourinhã e Reguengo, os cabouqueiros destruiram um algar de pequenas dimensões ou talvez pequena gruta tendo espalhado pelo chão e partido alguns ossos a que não ligaram grande importância. Os restos que se salvaram foram depois recolhidos pelo pessoal técnico do Museu do Bombarral e encontranm-se naquele Museu municipal.

Tratando-se de mais uma jazida inédita, com aquele carnívoro quaternário, decidimos dá-la a conhecer nesta nota.

## II. — O MATERIAL RECOLHIDO

Os restos ósseos que se conseguiram salvar constam de vários dentes e alguns poucos ossos e pertencem a um *Ursus arctos* Linné, muito jóvem ou talvez dois, pois ha dois caninos inferiores do mesmo lado. A lista do material é a seguinte: dentes-Um prémolar superior direito, um segundo molar superior direito, um terceiro molar superior direito; um caníno superior direito (dente de leite), um terceiro incisivo superior esquerdo, um primeiro molar superior direito, um terceiro molar inferior direito, dois caninos, inferiores esquerdos.

Ossos-uma vértebra cervical (atlas), um fragmento de *cubitus* esquerdo, um fragmento, melhor conservado, de *cubitus* direito, uma hemi-mandíbula inferior esquerda, muito fragmentada, a que se ajusta um dos carnívoros, uma hemi-mandíbula (parte anterior com côndilos), em muito mau estado, a que se ajusta um terceiro molar e um fragmento dum rádio?

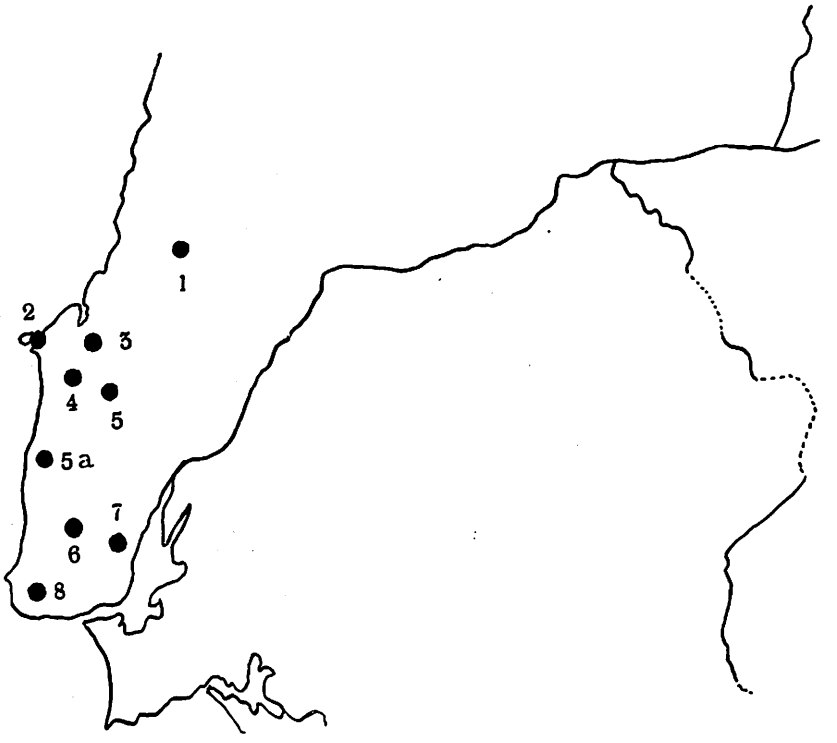



FIG. 1. — Jazidas portuguesas com *Ursus arctos*: 1. Gruta da Serra dos Molianos; 2. Gruta da Furninha (Peniche); 3. Gruta Nova da Columbeira (Bombarral); 4. Pedreira de S. Bartolomeu (Lourinha); 5. Gruta das Fontainhas; 5 a. Lapa da Rainha (Vimeiro); 6. Pedreira das Salemas (Ponte de Lousa); 7. Gruta das Salemas (Ponte de Lousa); 8. Argar de Cascais.

## III. — CONSIDERAÇOES FINAIS

Os restos de *Ursus arctos* do Quaternário em Portugal estão, até agora, confinados, pelas descobertas, à Peninsula de Lisboa, como se pode ver na figura 1 da nossa nota. As jazidas que o deram são, de norte para sul, as seguintes: *Gruta da Serra dos Molianos*[1] onde acompanhava, entre outros animais, o rinoceronte de clima quente, *Dicerorhinus kirchbergensis. Gruta da Furninha (Peniche)*[2] onde, além duma grande variedade de fauna, era acompanhado por *Dicerorhinus kirchbergensis. Hyaena striata* e *Felis pardus. Gruta Nova da Columbeira (Bombarral)*[3], aqui também *Ursus arctos* tinha como companheiros *Dicerorhinus kirchbergensis* (muito abundante), *Hyaena striata* e, possivelmente, *Paleoloxodon antiquus. Gruta das Fontainhas (Montejunto)*[4], neste regúgio havia além de *Ursus arctos*, possivelmente um outro grande urso o *Speleus* (estamos cada vez mais convencidos que o grande urso ali encontrado e classificado por Harlé como *arctos* deve ser o *Speleus*), *Crocuta crocuta* raça *spelaea* (a hiena das cavernas) e *Felis pardus. Lapa da Rainha (Vimeiro)*[5]. Aqui *Ursus arctos* tinha como companheiros de refúgio, além de outros animais, *Crocuta crocuta* raça *spelaea* e *Dicerorhinus kirchbergensis. Pedreira das Salemas (Ponte de Lousa)*[6] com *Crocuta crocuta* raça *spelaea. Felis pardus* etc. *Gruta das Salemas (Ponte de Lousa)*[7] com *Hyaena striata. Felis pardus* entre outros animais e, por último, o Algar de Cascais[8] onde tinha como companheira a *Crocuta crocuta* raça *spelaea* além de outros animais mais vulgares e de menor importância.

No conjunto do estudo das jazidas com *Ursus arctos* em Portugal verifica-se que este animal acompanha quási sempre fauna de clima bem quente como a presença do rinoceronte de Mercki, o elefante antigo e o leopardo bem o demonstra. Segundo o Abade Jean Roche[9] esta associação animal permite constatar que durante

1. O. DA VEIGA FERREIRA, *Jazidas quaternárias com fauna de vertebrados encontradas em Portugal*, Aqueología e História, vol. XI, Liosboa, 1964.
I. BARANDIARÁN e O. DA VELGA FERREIRA, *Huesos labrados en el paleolítico antiguo y medio de Portugal*. Arqueología e Historia, vol. III, 9.ª série, Lisboa, 1971.
2. O. DA VEIGA FERREIRA, *Jazidas...*, op. cit.
3. I. BARANDIARÁN e O. DA VEIGA FERRERIRA, *Huesos labrados...*, op. cit.
4. O. DA VEIGA FERREIRA, *Jazidas...*, op cit. (aproveitamos a ocasião para retificar um lapso haquele trabalho. A Jazida das Fontainhas está trocada com a Gruta Nova.
5. JEAN ROCHE e O. DA VEIGA FERREIRA, Noticia preliminar sobre as escavações na Lapa da Rainha (Vimeiro). *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1970.
6. O. DA VEIGA FERREIRA, *Jazidas...*, op. cit.
7. O. DA VEIGA FERREIRA, op. cit...
8. O. DA VEIGA FERREIRA, «Descoberta em Cascais de uma jazida com fauna quaternária, *Revista de Guimarães*, vol. LXXVIII, Guimaraes, 1968.
9. L'ABBÉ JEAN ROCHE, «Le climat et les faunes du Paléolithique moyen et supérieur de la Province d'Estrembadura», *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Coimbra, 1971.

o período que se estende provavelmente do interglaciar Riss-Wurm ao do fim do Wurm, mas seguramente durante todo o Wurm, a variação do povoamento animal na província de Lisboa foi, práticamente, nula. Esta estabilidade do povoamento das grandes espécies é consequênica bem nítida da pouca variação de clima durante um largo período e duma temperatura assaz constante explicada talvez pela situação particular da Península lisboeta bastante abrigada e voltada para o mar. Não ha dúvida que a presença de espécies cujos descendentes vivem hoje em clima tropical ou sub-tropical como os rinocerontes, elefantes e leopardos empresta a esse período wurmiano um clima quási tropical em oposição nítida com o resto da Europa naquela época. A presença de restos vegetais cmoo as palmeiras vem reforçar esta hipótese ainda mais. Esta pois provado que o *Ursus arctos*, o grande urso castanho, viveu aqui em pleno clima quente.

A jazida de S. Bartolomeu vem juntar às já conhecidas mais restos daquele animal de grande porte, e que parece ter sido muito abundante, pelos restos encontrados, distribuidos já por nove jazidas bem conhecidas e estudadas em Portugal.

Lám. 1. — Ursus arctos (Jóvem). 1. $p^1$ superior direito; 2. $M^2$ superior direito; 3. $M_2$ inferior direito; 4. $M^3$ superior direito; 5. Canino superior direito (dente de leite); 6. 3º incisivo superior esquerdo; 7. $M^1$ superior direito; 8. $M_3$ inferior direito; 9. Fragmento de hemi-mandíbula inferior direita com o $M_3$; 10. Hemi-mandíbula inferior esquerda com o canino.

visibles et peuvent affecter les oeuvres d'art à échéance plus ou moins longue.

L'argument selon lequel des travaux entrepris dans telle ou telle grotte n'ont eu aucun effet néfaste parce que ces travaux ont été effectués il y a vingt ou trente ans et que les peintures ne présentent aucun changement apparent, n'a absolument aucune valeur. En effet, le préhistorien ou le conservateur d'une grotte ornée ne peut se situer dans une perspective à aussi court terme, alors que les plus récentes des oeuvres d'art paléolithiques ont 12 000 ans. Nous sommes responsables de la durée et de la bonne conservation de l'art pariétal non seulement pour quelques décades mais au regard des générations futures. Or, les modifications du milieu, selon le cas, peuvent contribuer à une lente dégradation du support, qui ne sera perceptible que dans un avenir relativement lointain, alors que le phénomène sera devenu irréversible. C'est là un risque que nous n'avons pas le droit de prendre.

Parmi les interventions humaines dont la nocivité n'est plus à prouver, citons entre autres:

— Le percement de tunnels ou de galeries artificielles, qui changent entièrement le climat de la grotte, et peuvent favoriser le développement de corrosions. M. le Dr. L. Pales et M. le Professeur Caumartin ont noté, par exemple, la progression de corrosions dans la première partie de la grotte de Niaux, à la suite du creusement d'une seconde entrée artificielle[1];

— la fermeture de l'accès naturel peut avoir aussi des conséquences nocives: si une grotte était librement ouverte sur l'extérieur et que l'on installe une fermeture étanche, cela produit souvent de fortes condensations sur les parois, comme ce fut le cas pendant un certain temps à la grotte des Merveilles, à Rocamadour;

— l'installation d'un éclairage fixe puissant provoque toujours la prolifération d'algues sur les points éclairés. Lorsque certaines conditions sont réunies (apport de substances organique par de trop nombreux visiteurs, accroissement du gaz carbonique et de la vapeur d'eau, etc.), le développement de ces algues peut aller extrêmement vite, comme on l'a vu à Lascaux[2];

— la prise répétée de photographies au moyen de flashes constitue une série d'agressions à l'égard de la paroi et des pein-

1. H. DE SAINT-BLANQUAT: «Niaux et le scandale des grottes ornées», *Sciences et Avenir*, n.º 291-mai 1971, pp. 414-421, cf. p. 419-420.

2. G S. LAPORTE: «Au chevet de Lascaux», *Bulletin de l'Ordre des Pharmaciens*, núm. 143, tiré-à-part, 39 p.

tures. Bien entendu, le support rocheux a une certaine flexibilité et quelques photographies occasionnelles ne peuvent causer de dommage: c'est l'effet de milliers de flashes répétés année après année qui ne pourrait manquer d'être nocif. La prise de film, à cet égard, est particulièrement redoutable, puisque les projecteurs utilisés sont extrêmement puissants et éclairent violemment les peintures pendant des périodes relativement longues. Une solution assez simple à ce problème serait de faire une couverture photographique et cinématographique complète de chaque grotte ornée, en noir et blanc et en couleurs, ce qui permettrait de mettre à la disposition du public et des spécialistes toute la documentation désirable.

— Le risque principal, cependant, outre les actes de vandalisme que de solides fermetures et une surveillance sérieuse devraient permettre d'éliminer, est constitué par les visiteurs eux-mêmes. Le Comte Bégouën a dit, il y a déjà longtemps, qu'une «grotte livrée au public était une grotte condamnée». Cette formule brutale est en grande partie vraie. L'homme apporte avec lui sa chaleur, les spores disséminés sur ses vêtements et ses chaussures; lorsque quelques individus isolés ont de temps en temps accès à une grotte (c'est le cas des Trois-Frères, du Tuc d'Audoubert, du Portel, du Gabillou, ou de nos jours de Lascaux), cela n'a aucune importance perceptible. Mais lorsque les visites deviennent un phénomène de masse, il en va différemment, car les conditions naturelles de la cavité, surtout si elle est de dimensions modestes, se trouvent entièrement modifiées: élévation de la température, augmentation du pourcentage de $CO_2$, dissémination de spores, etc...

Faut-il donc éviter d'ouvrir des grottes au public et faut-il fermer les grottes actuellement visitées? A cette question, il y a autant de réponses que de grottes concernées, car chacune présente un cas particulier. Lorsqu'une nouvelle grotte ne peut être rendue accessible au public qu'au prix de modifications importantes qui changeraient son climat, il est évident qu'elle doit rester fermée aux touristes. Les seules grottes susceptibles d'être visitées par le public sans trop de risques sont les cavités de très vastes proportions, comme Niaux ou Rouffignac, dont l'accès est facile et ne devrait nécessiter aucun aménagement qui porte atteinte à la structure même de la grotte. Ces grottes, il faut bien le dire, sont l'excep-

tion. Mais, même dans ce cas, on doit éviter d'atteindre un taux de visites tel qu'il menacerait le climat de la grotte, et en conséquence la conservation des peintures. Les grottes ouvertes au public doivent donc être soumises à une surveillance scientifique particulièrement rigoureuse, afin de déterminer, autrement que de façon subjective, à partir de quel nombre les visites cessent d'être inoffnesives et menacent les oeuvres d'art.

Deux découvertes récentes, dans l'Ariège, nous ont donné l'occasion d'appliquer certaines des idées exprimées ci-dessus.

La galerie préhistorique de *la grotte de Fontanet* (Ornolac-Ussat-les-Bains) a été découverte en 1972 par une équipe conduite par L. Wahl. Fort heureusement, les spéléologues ont immédiatement fait connaître leur trouvaille, limitant ainsi à un minimum les dégâts inhérents à toute découverte de ce type. P. Durbas a pris les premières mesures nécessaires pour éviter un afflux de visiteurs dans la grotte. Dès que possible, l'entrée de la grotte a été fermée, et une grille solide a été posée à l'entrée de la galerie préhistorique. Malgré de multiples demandes, les peintures n'ont pas été filmées, et nous avons fourni aux journalistes et plus tard aux préhistoriens qui nous l'ont demandé des doubles des photographies que nous avions prises nous-mêmes. Un second accès à cette galerie a été obstrué par un mur en béton, dans lequel nous avons inclu de nombreuses buses en ciment, afin que l'air continue à circuler et que le climat de la galerie ne soit pas perturbé. Avec l'accord du Ministère des Affaires Culturelles, l'accès de la grotte a été interdit au public.

En effet, cette grotte est particulièrement vulnérable. Outre des gravures et des peintures préhistoriques du plus haut intérêt[3], dont un bison bichrome, des têtes humaines peintes, un anthropomorphe peint et un autre gravé, etc..., attribuables au Magdalénien moyen, elle renferme, au pied même des parois ornées, des foyers préhistoriques étendus, dont l'état de conservation est étonnant, car ils nous sont apparemment parvenus tels que les Magdaléniens les ont laissés, avec des structures possibles et des ossements épars. De plus, de très nombreuses empreintes de pieds et quelques empreintes de mains, dont celles de très jeunes enfants, sont restées conservées dans l'argile du sol. Enfin, trois motifs non réalistes ont été dessinés dans l'argile au moyen de cupules de tailles diverses. La grotte de Fontanet, avec ses dessins sur argile, ses peintures et gravures, ses empreintes de pieds et de mains, ses foyers associés

3. J. Delteil, P. Durbas et L. Wahl: «Presentation de la galerie de Fontanet (Ornolac-Ussat-les-Bains, Ariège)», *Bull. Soc. Préhist. Ariège*, t. XXVII, 1972, pp. 1-10.
Tout récemment, l'analyse d'un charbon a donné 11 860 B. C. ± 740 (Ly-846), ce qui confirme l'attribution de Fontanet au Magdalénien IV.

aux oeuvres d'art, constitue donc un ensemble unique au monde, qui devait et qui doit à tout prix être préservé.

Un ensemble d'une telle ampleur, aussi magnifiquement conservé, ne peut qu'inspirer un sentiment d'humilité au préhistorien qui en a la charge, et tous mes efforts depuis deux ans ont tendu à en assurer une protection aussi efficace que possible, avant que l'étude puisse être entreprise. Dès la visite de reconnaissance, faite en compagnie des inventeurs avec mon collègue et ami R. Simonnet, nous avons jugé nécessaire de faire passer les problèmes de la conservation de la grotte avant ceux de l'étude: au lieu d'explorer la grotte ou de recenser les vestiges, notre premier soin a été de baliser (au moyen de piquets en plastique et de cordeau nylon blanc) un cheminement calcité, où nous nous sommes assurés au fur et à mesure de notre progression que ne se trouvaient ni vestiges ni empreintes; nous ne sommes revenus dans la grotte que les rares fois nécessaires aux relevés des cotes et plans qui nous ont permis de faire fabriquer des passerelles métalliques; nous avons installé ces passerelles dans les zones à foyers ou à empreintes, où elles permettent à présent d'approcher des peintures, des gravures et de l'habitat sans risquer de porter atteinte au sol préhistorique; enfin, certaines parties de la grotte sont restées inexplorées à ce jour, car nous nous sommes refusés à piétiner le sol préhistorique intact, qu'il porte ou non des traces humaines, partout où ce sol n'était pas recouvert de calcite et était donc susceptible de faire l'objet d'une étude ultérieure. Il n'est donc pas impossible que de nouvelles gravures ou peintures puissent être découvertes lorsque ces départs de galeries pourront être étudiés.

Les relevés des oeuvres d'art ont été entrepris par M. Vialou. M. le Dr. L. Pales assume la responsabilité de l'étude des empreintes. R. Simonnet et moi-même étudierons l'habitat: conformément aux principes indiqués, nous nous limiterons à un sondage restreint, destiné à vérifier la présence ou l'absence d'une stratigraphie, à dater les foyers par le mobilier qu'ils renferment vraisemblablement, et à permettre des analyses diverses (sédiments, radiocarbone, pollens); pour ce sondage, nous choisirons un endroit déjà altéré lors des premières visites, avant la pose des passerelles. Les foyers superficiels seront relevés, photographiés et filmés, mais ne feront pas l'objet de fouilles.

Cette extrême rigueur s'explique par le sort d'ensembles comparables découverts dans le passé: *tous* ont été prématurément étudiés, fouillés, endommagés ou détruits, qu'il s'agisse de Bédeilhac, du Mas d'Azil, de Labastide, de Gargas, de Montespan ou du Castillo. Les méthodes évoluent et se perfectionnent sans cesse, les investigations se font et se feront de plus en plus minutieuses, et

actuellement nous regrettons souvent que telle ou telle grotte ait été découverte, et étudiée avec les moyens et selon les techniques de l'époque, en des temps trop héroïques, selon l'expression du Pr. A. Leroi-Gourhan[4]. Nous voudrions que nos successeurs héritent d'une grotte aussi intacte que possible, afin qu'avec les moyens nouveaux dont ils disposeront ils puissent pousser la recherche dans cette galerie exceptionnelle plus loin que nous ne le pouvons actuellement.

Les problèmes et l'intérêt de la *Galerie René Clastres* de la grotte de Niaux en matière de conservation sont d'un ordre assez différent. Cette nouvelle galerie, longue de plus de un kilomètre, a été révélée en 1970 par des spélologues qui ont vidé successivement trois lacs, dont deux formaient voûte mouillante. Après quelques centaines de mètres de progression, ils ont découvert une vaste salle (figure 5) où trois bisons avaient été dessinés sur une paroi et un cheval et un mustélidé sur la paroi opposée; en outre, deux traits noirs se trouvaient de part et d'autre d'un passage étroit et deux autres à chaque extrémité du réseau fréquenté par l'homme. Les préhistoriques avaient également laissé de très nombreuses empreintes de pieds, conservées dans l'argile et le sable: nous avons répertorié environ cinq cents empreintes, appartenant à des adultes et à de jeunes enfants, réparties en dix-sept emplacements différents. C'est la plus grande concentration d'empreintes préhistoriques connue au monde. Grâce à l'analyse des charbons de bois (provenant de torches faites essentiellement avec des résineux), ainsi qu'à nos observations sur le terrain, nous avons pu mettre en évidence au moins deux passages dans le réseau: l'un aux alentours de 8 000 à 8 200 B. C. et l'autre au troisième ou quatrième millénaire. La Réseau René Clastres présente donc un très grand intérêt scientifique; pour des raisons matérielles, il n'a pu être que partiellement étudié, et nos observations préliminaires ont fait l'objet de publications récentes[5].

Les conditions naturelles de ce réseau lui confèrent un autre intérêt, capital pour l'étude de la conservation des peintures préhistoriques. En effet, ce réseau est resté en vase clos pendant des millénaires, fermé à une extrémité par plusieurs voûtes mouillantes qui l'isolent des galeries profondes de Niaux, et obturé à l'autre extrémité par un énorme bouchon de calcite épais de plusieurs mètres, voire de plusieurs dizaines de mètres. Pendant la brève pé-

4 A. Leroi-Gourhan: *Préhistoire de l'art occidental.* Paris, éd. L. Mazenod, 1 vol., 482 p.; cf. p. 58, à propos de la grotte du Mas d'Azil.

5 J. Clottes et R. Simonnet: «Le réseau René Clastres de la Caverne de Niaux (Ariège), *Bull. Soc. Préhist. Fr.*, t. 69, 1972, pp. 293-333.

J. Clottes et R. Simonnet: «Quelques éléments nouveaux sur le réseau René Clastres de la caverne de Niaux», *Bull. Soc. Préhist. Ariège*, t. XXVII, 1972, pp. 21-38.

riode où il a été accessible, très peu de personnes ont pu y avoir accès, de sorte que les conditions climatiques n'ont pas été profondément perturbées. En outre, nous pensions qu'avec les pluies de printemps et la fonte des neiges le niveau des lacs remonterait, retrouverait son étiage initial, et qu'ainsi le vase clos serait reconstitué. Nous disposions donc là d'un véritable laboratoire naturel qui permettait, pour la première fois au monde, d'étudier le climat et par voie de conséquence les conditions de conservation d'une grotte ornée hors de la présence de l'homme. M. le Dr. Pales a le premier attiré l'attention sur ces conditions exceptionnelles et proposé que cette étude soit entreprise. Deux mois environ après sa découverte, le niveau d'un lac remontait effectivement en quelques jours et le réseau se retrouvait isolé.

L'étude prévue a pu être engagée, grâce à l'appui du Ministère des Affaires Culturelles (Bureau des Fouilles et Antiquités) et du Département de l'Ariège, mais des travaux considérables ont auparavant été nécessaires: avant de vider les lacs une fois de plus, ce qui mettrait en communication le nouveau réseau et les anciennes galeries de Niaux, et changerait ipso facto le climat de ces deux systèmes, il fallut construire un mur en béton, haut et large de plusieurs mètres, en amont du premier lac, à un kilomètre exactement de l'entrée actuelle de Niaux, afin d'établir une barrière absolument étanche entre les deux galeries et préserver ainsi leur climat. Après quoi nous pûmes entreprendre le pompage des lacs. Cette longue, délicate et pénible entreprise, pendant laquelle nous avons été aidés par de nombreuses personnes bénévoles, donna lieu à plusieurs études scientifiques par des spécialistes du Laboratoire Souterrain de Moulis: C. Andrieux, climatologiste, étudia l'incidence du désamorçage d'une voûte mouillante et de la disparition des lacs sur le climat de la grotte; A. Mangin, hydrogéologue, procéda à toutes les mesures nécessaires pour connaître le volume, la surface et le régime d'alimentation du réseau; enfin, toute l'eau du Lac 3 fut filtrée afin de capturer la faune cavernicole pouvant éventuellement s'y trouver (cette recherche, menée par M. Rouch, a été négative).

Lorsque l'accès au nouveau réseau fut libre, il nous fallut installer les cables de télécommande qui devaient transmettre les informations, recueillies dans la Salle des Peintures par des capteurs, jusqu'à un enregistreur électronique installé dans un petit laboratoire situé à l'extérieur de la grotte de Niaux, exactement à 1,800 kilomètres de la Salle des Peintures. Ces cables permettent donc d'enregistrer en continu les températures au voisinage immédiat des oeuvres d'art magdaléniennes, dans un milieu non perturbé par l'homme. L'étude proprement dite, menée sous ma direction par

C. Andrieux, Ingénieur de Recherches au C. N. R. S. (Laboratoire Souterrain de Moulis), a commencé en avril 1972 et devrait se poursuivre, selon toute vraisemblance, pendant plusieurs années.

Seize capteurs ont été installés dans la Salle des Peintures. Quinze d'entre eux permettent de mesurer la température de l'air, de l'eau, de la roche et du sable avec une précision inégalée (23/10 000 ème de degré). La seizième voie est équipée d'un microphone qui peut transmettre les bruits de l'eau, en période de forts ruissellements, ces bruits pouvant être soit enregistrés directement sur magnétophone soit faire l'objet de graphiques.

Les résultats résultats obtenus par cet appareillage, dont plusieurs éléments constituent des prototypes mis au point par C. Andrieux, sont mis en parallèle avec les données que nous fournissent plusieurs stations météorologiques de l'Ariège sur la répartition temporelle et l'intensité des précipitations, ainsi que sur les températures. Ils permettent de suivre, au jour le jour et sans interruption, les variations du micro-climat souterrain au sein d'une grotte particulièrement profonde et au voisinage immédiat de peintures magdaléniennes magnifiquement conservées. Il s'agit donc là d'une recherche fondamentale sur les conditions de conservation des peintures et non pas d'une recherche appliquée visant à préserver telle ou telle grotte vulnérable, comme cela a été fait à Lascaux et à Altamira.

Les premiers résultats, obtenus après un cycle d'observation de dix-sept mois (avril 1972 à août 1973), sont extrêmement encourageants[6].

En effet, la Salle des Peintures où se font les mesures étant entièrement à l'abri des perturbations humaines et relativement isolée des influences extérieures, il était légitime de supposer que son micro-climat devait être particulièrement stable; et pourtant, bien qu'aucune circulation d'air n'y ait été décelée jusqu'à présent, l'étude thermique en cours a permis d'enregistrer des variations relativement considérables, dont l'amplitude peut atteindre 3,70°C à l'intérieur de la roche. Les perturbations maxima du climat souterrain ont eu lieu pendant la période allant d'avril 1972 à février 1973, alors que pendant la période suivante, jusqu'en août 1973, elles ont été faibles (amplitude de 0,62°C dans la roche) (fig. 8).

Les variations thermiques les plus importantes coïncident avec les précipitations extérieures maxima: elles correspondent donc à une période humide et prouvent que l'eau s'infiltre très vite pour atteindre la Salle des Peintures, où elle est responsable des pertur-

6. Les renseignements ci-après sont empruntés à l'étude de C. Andrieux: «Premiers résultats sur l'étude du climat de la Salle des Peintures de la Galerie Clastres (Niaux, Ariège)», à paraître dans *Annales de Spéléologie*, t. 29, fasc. 1, 1974.

FIG. 1

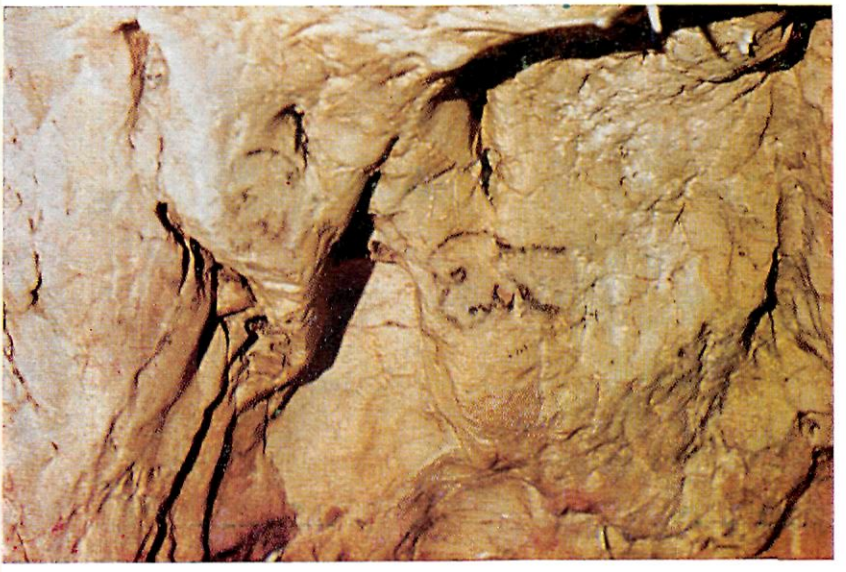


FIG. 2

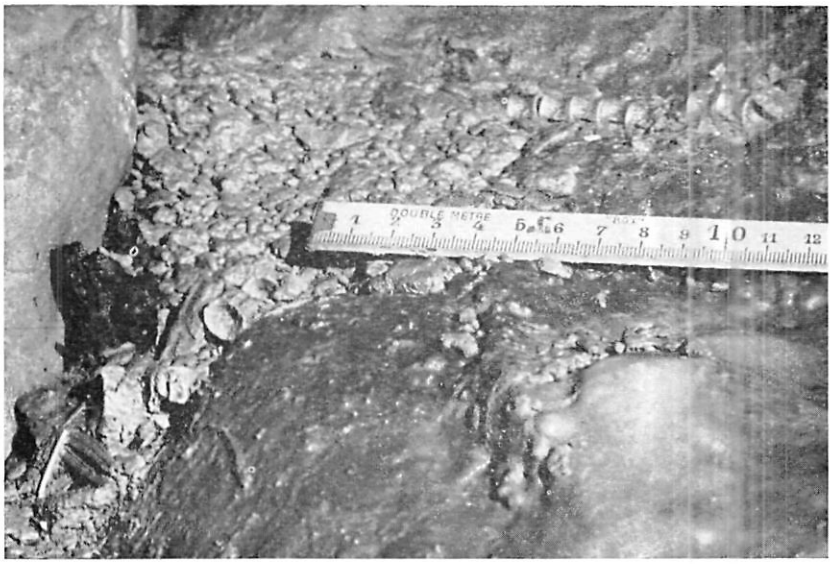



FIG. 3

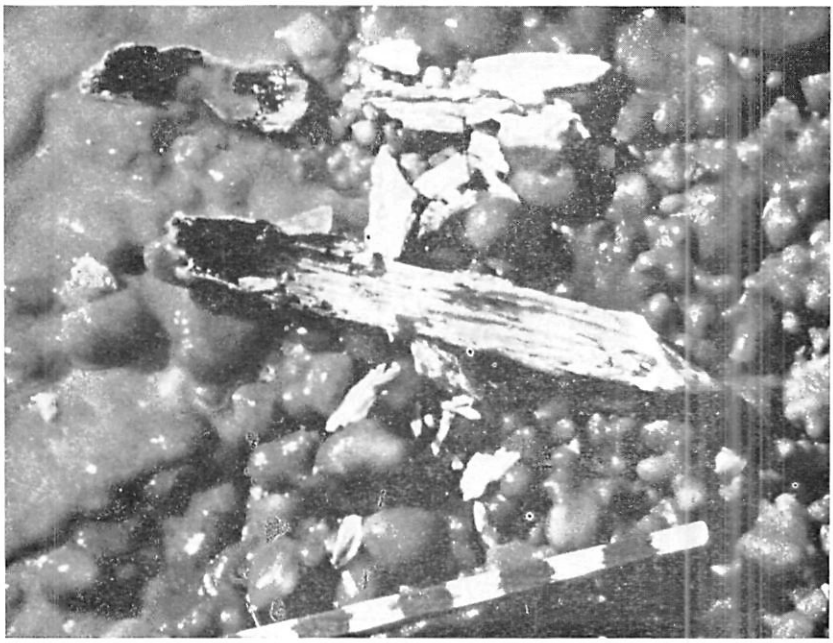


FIG. 4

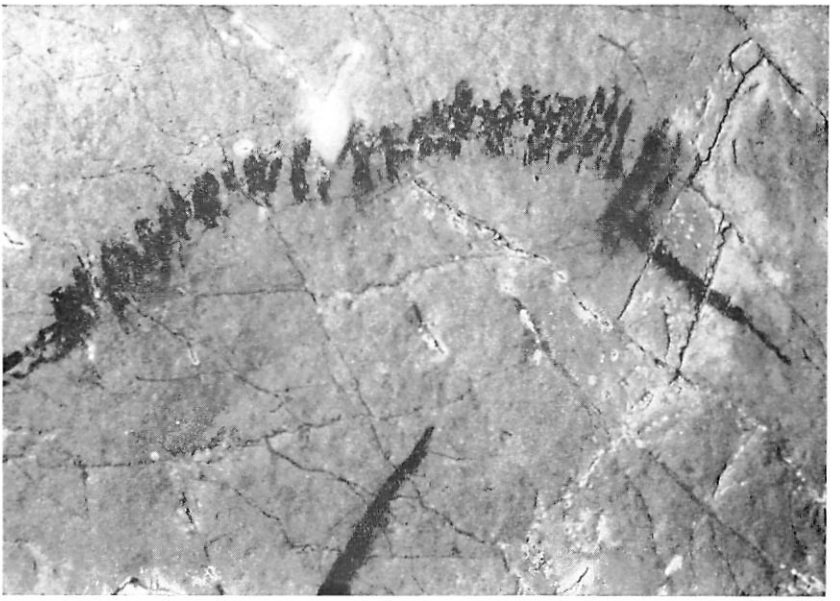


FIG. 6

FIG. 7

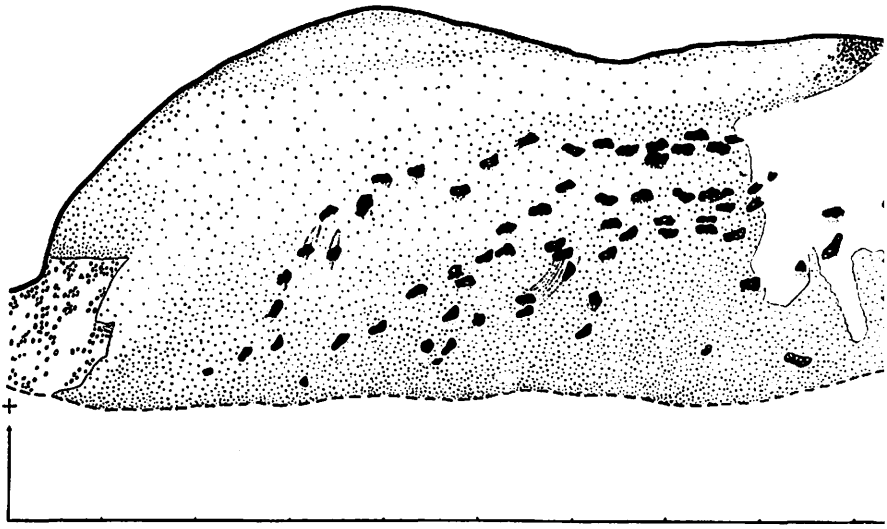
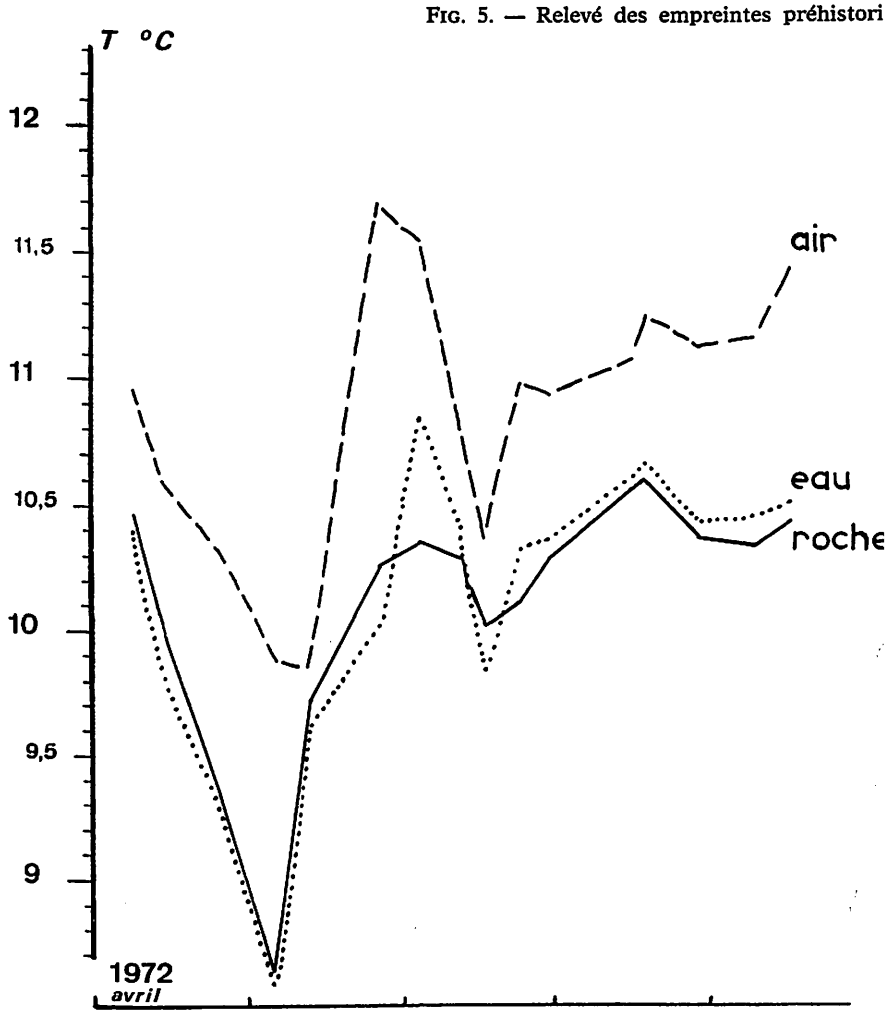
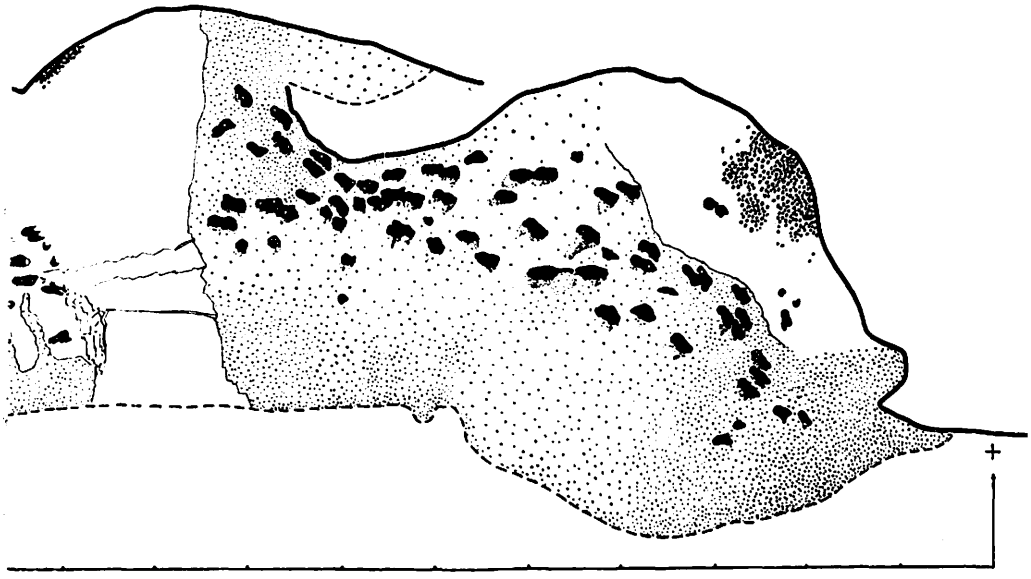


FIG. 5. — Relevé des empreintes préhistori





ıues sur le banc de sable núm. 5 de la Salle des Peintures.

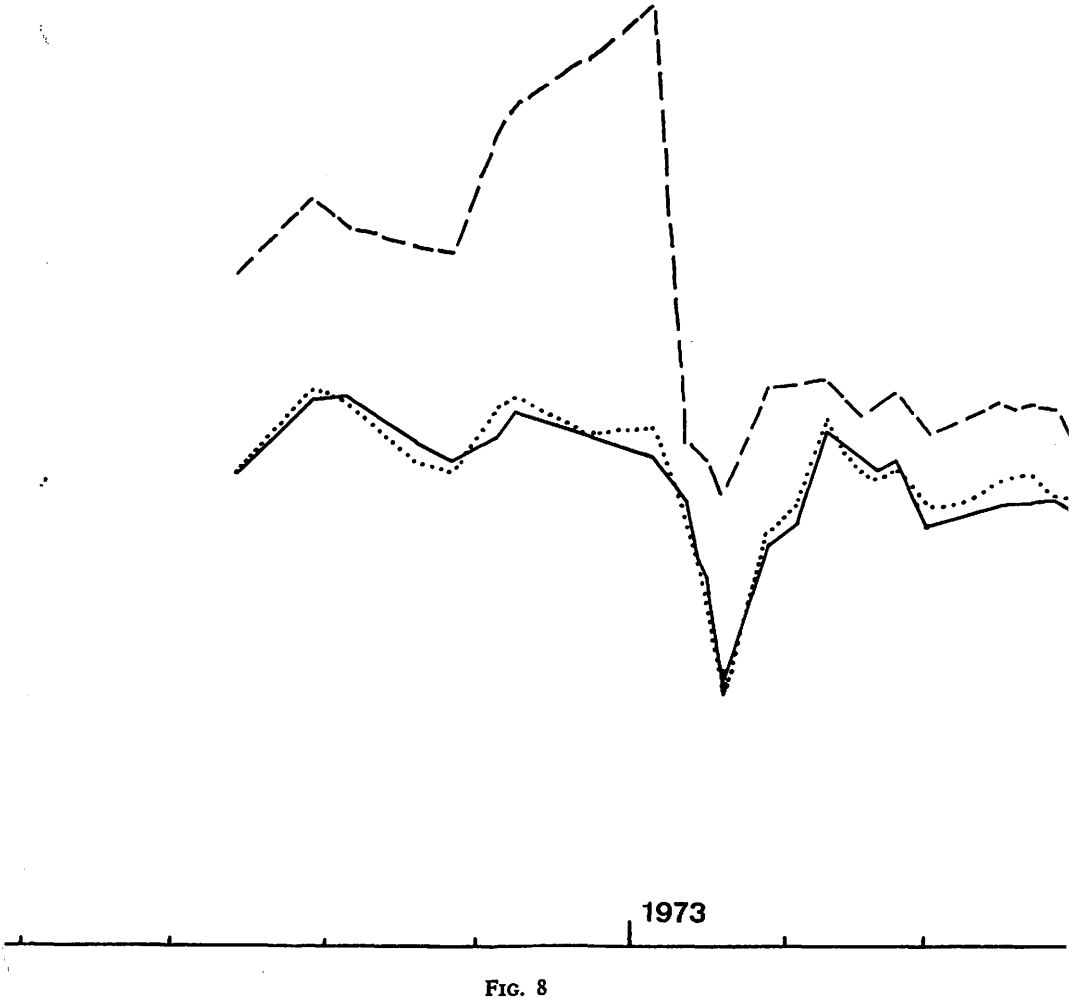
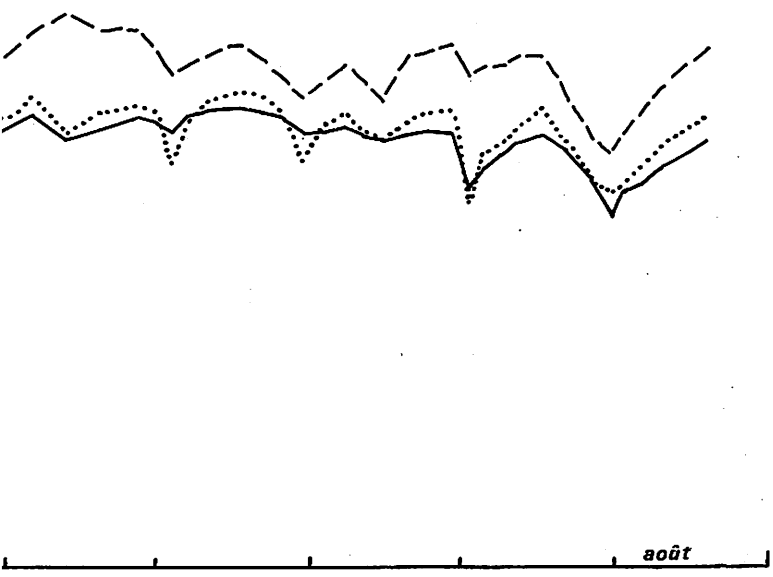



FIG. 8


août

bations enregistrées. D'ailleurs, les enregistrements sonores ont prouvé que les périodes de fortes amplitudes thermiques étaient également celles où se produisaient d'importantes circulations d'eau. En période sèche, au contraire, les amplitudes thermiques sont faibles.

L'eau qui circule lentement à travers les parois provoque un refroidissement général de la cavité, bien que son arrivée brutale se manifeste tout d'abord par un léger réchauffement temporaire, vraisemblablement parce que la vidange des poches d'eau qui existent dans la partie supérieure du massif calcaire où se trouve la grotte a été déclenchée par l'afflux d'une eau nouvelle.

Cette eau est l'élément essentiel qui régit le climat souterrain, et non pas les circulations d'air, comme on le croyait jusqu'ici, ou tout autre phénomène, car d'une part aucune circulation d'air n'est perceptible jusqu'à présent dans le réseau, et d'autre part la température de l'air est toujours supérieure à celle de l'eau ou de la roche. Enfin, nous l'avons vu, les modifications climatiques sont en relation directe avec les arrivées d'eau et ne sont en rapport ni avec les saisons ni avec les températures diurnes ou nocturnes; en outre, les phénomènes de thermoconduction par la roche et par l'air, minutieusement analysés par C. Andrieux, ne permettent pas d'expliquer les faits constatés.

Ce rôle prépondérant de l'eau, pour la première fois aussi clairement mis en évidence, est un facteur déterminant de la conservation des peintures préhistoriques, puisque le mécanisme des transferts thermiques par l'eau entre les parois et l'atmosphère de la salle régit en partie les phénomènes liés à l'évapo-condensation, au concrétionnement et à la corrosion (*op. cit.*). La poursuite des études prévues, et leur extension au Salon Noir de Niaux, ouvert au public et visité chaque année par des milliers de touristes, permettra vraisemblablement de mieux comprendre ces phénomènes, et peut-être de les contrôler.

D'ores et déjà, nous pouvons affirmer que toute interférence avec le système de circulation de l'eau (déboisements, captage, carrières, etc...), même si les travaux entrepris ne sont pas au voisinage immédiat de la cavité, peut modifier de façon considérable le micro-climat souterrain et avoir des conséquences imprévisibles.

*Conclusion:* Pendant des millénaires, les grottes ornées ont été soumises aux seules influences des éléments naturels, qui ont certes pu causer un certain nombre de destructions, et cet aspect de la question n'est pas à négliger dans toute étude de grotte à peintures paléolithiques. Mais depuis quelques dizaines d'années le développement du tourisme, avec pour conséquence l'afflux massif de visi-

teurs dans certaines cavernes, les travaux d'aménagement et autres causes de bouleversement présentent une menace grave à laquelle il faut faire face.

Afin d'éviter des dégâts irréversibles, nous devons d'une part ne pas modifier inconsidérément le milieu en fonction d'objectifs à court terme, d'autre part mieux connaître les phénomènes naturels qui affectent les grottes ornées, de même que l'incidence des visites sur le micro-climat de chaque grotte ouverte au public. Il serait donc souhaitable que des études faisant appel à des équipes pluri-disciplinaires (préhistoriens, microbiologistes, microclimatologistes, hydrogéologues, géologues, etc...) se multiplient, qu'une étroite collaboration s'instaure entre ces équipes, pour que nous apprenions peu à peu à veiller, mieux que cela n'a été fait jusqu'ici, à la conservation de ces inestimables trésors artistiques dont nous avons la garde[7].

7. Je remercie bien vivement mon ami M. le Pr. A. Beltrán qui, à la suite d'une visite de Fontanet et de Niaux, a bien voulu me demander de présenter cet article dans la revue qu'il dirige.

# Los signos en el Arte Parietal Paleolítico de la Península Ibérica

## (CONCLUSIONES DE LA TESIS DOCTORAL)[1]

Por Pilar Casado López

El tema general del arte rupestre ha sido tratado en numerosas ocasiones, y por numerosos autores, aunque una parte de sus representaciones hayan sido menospreciadas o al menos tratadas con menor interés, así ocurre con lo referente a los signos.

Normalmente se ha hablado de tectiformes, término que aplicó Breuil a ese tipo de representaciones por su semejanza a esquemas de chozas o cabañas (Font de Gaume, bien fueran reales o bien de espíritus o antepasados), Jordá los definió como ideomorfos, es decir expresión de ideas abstractas; Leroi Gourhan los engloba en dos apartados bien definidos; signos masculinos y signos femeninos, y recientemente las últimas publicaciones los consideran como representaciones de emblemas tribales.

Para nosotros los signos son todas aquellas representaciones del arte parietal paleolítico que no pueden encajarse entre las figuras animales ni entre los antropomorfos.

Aunque para obtener conclusiones válidas universalmente, no basta con el estudio de las representaciones en las cuevas de la Península Ibérica (ya que sería necesario realizar el estudio completo de este tipo de manifestaciones artísticas a lo largo de todo el área de dispersión del arte rupestre mundial), el conjunto peninsular analizado y estudiado nos ha llevado a las siguientes conclusones:

1. Establecimiento de una tipología basada, primordialmente en la forma de los signos, definiend 35 tipos que corresponden a las denominaciones tradicionales a veces muy subjetivas, de lo que nosotros hemos dado en llamar signos, tipología que servirá para desprendernos de estas definiciones únicamente basa-

1 Tesis Doctoral leída el día 18 de diciembre de 1973, ante el Tribunal presidido y formado por don Martín Almagro Basch, don Luis Pericot García, don Ignacio Barandiarán Maestu, don Federico Torralba Soriano y don Antonio Beltrán Martínez (Director de la misma); habiendo obtenido la calificación de Sobresaliente Cum Laude.
(Trabajo de 815 páginas; 304 láminas y varios gráficos estadísticos).

das en comparaciones con objetos o ideas actuales y que tal vez no pertenecieran a la mentalidad paleolítica. En este orden y aunque las clasificaciones pudieran ser distintas, como nos hemos atenido a criterios formales, de situación y asociación creemos haber obtenido esquemas válidos, por lo menos como hipótesis de trabajo. (Gráficos núms. 1 y 2).

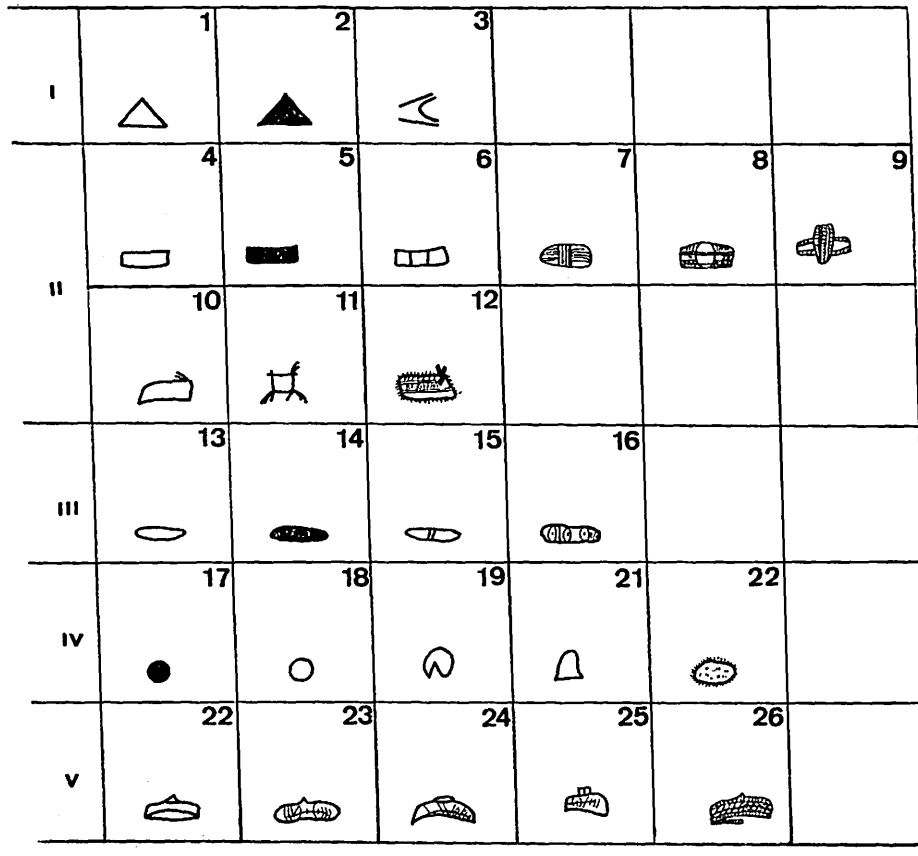



Gráfico 1

2. En cuanto a asociaciones se ha comprobado, tras un minucioso estudio estadístico, que los signos correspondientes a los mismos tipos, se asocian entre sí, alcanzando en algunos casos porcentajes del 100 %; por ejemplo, los signos cuadrangulares-rectangulares se asocian entre sí, los tradicionalmente denominados «tectiformes», también, y así en la mayor parte de los casos.

3. La asociación de signos con animales ha dado un elevado porcentaje de asociación con bisontes y caballos (especies, por otra parte, que más frecuentemente se representan en las cuevas con arte paleolítico), y en menor porcentaje con el resto de las especies animales representadas en las cuevas; no coincidiendo en estas asociaciones de signos con animales, la mayor frecuencia a los signos cuadrangulares-rectangulares, ovalados y «tectiformes» (tipos, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 22, 23, 24, 25, y 26, de nuestra tipología).

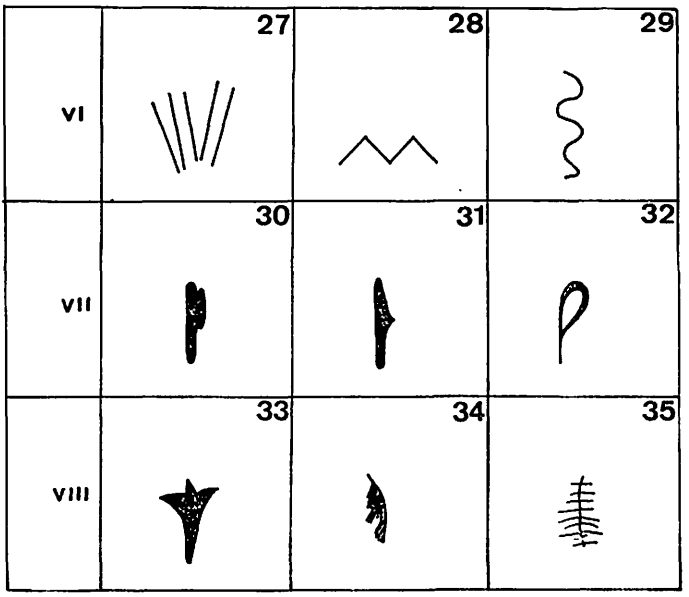



Gráfico 2

4. En cuanto a técnicas de realización, se ha empleado el grabado, la pintura roja y la pintura negra; incluimos en el apartado de pintura roja los signos de color ocre, terroso y amarillo, obteniendo los siguientes resultados:

| | |
|---|---|
| Pintura roja ... ... ... | 49,57 % |
| Pintura negra ... ... ... | 26,92 % |
| Grabado ... ... ... ... ... | 23,29 % |

Estableciéndose así, un predominio de la pintura roja, que corresponde en general a las formas cuadrangulares rectangulares, ovales y «tectiformes».

5. Los signos se hallan situados dentro de las cuevas, bien aislados, en paneles, en conjuntos de figuras menores, y en camarines, en este último caso dedicados generalmente a sólo este tipo de figuras. Aun estando en paneles existe con mayor frecuencia la tendencia a presentarse aislados formando pequeños núcleos entre sí; en estos casos las superposiciones a otras figuras son relativamente escasas.

6. Las áreas de distribución señalan una clara franja de mayor asiduidad en las cuevas del Castillo, Pasiega, Chimeneas y Altamira, para los signos rectangulares, ovalados y «tectiformes» (tipos 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 24, 25, 26, de nuestra tipología), estos últimos fundamentalmente en la cueva de La Pasiega.
   Los signos «escutiformes» (tipos 18, 19 y 20) en Santander, cuevas del Castillo y La Pasiega, y en Asturias, en la cueva del Pindal, y de Tito Bustillo.
   Para los signos «claviformes» (tipos 30 y 31), existen otros dos focos, en Santander, cueva de La Cullalvera y en Asturias en la cueva del Pindal.
   Parece ser que los tipos que con más frecuencia se da en la zona Cantábrica no se repite con tanta intensidad ni claridad en las zonas Centro y Sur Peninsulares.

7. Para dar conclusiones cronológicas, es necesario relacionar los signos con el resto de las figuras de las cuevas en que se hallan. Por tanto hemos de atender a superposiciones, a los posibles cierres de la cueva en período paleolítico, fauna representada y todos los elementos que son necesarios a la hora de presentar una cronología general del arte parietal paleolítico.
   Basándonos en las figuras de cuevas determinadas como las Monedas (Santander), Las Chimeneas (Santander), El Castillo (Santander), las dos primeras realizadas al parecer en un único momento, podemos deducir que los signos correspondientes a los tipos (6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 24, 25, 26) cuadrangulares, ovalados y «tectiformes» pueden ser incluidos entre el Solutrense Final y el Magdaleniense III y principio del IV.
   Los signos vulvares y «escutiformes» (tipos 18, 19, 20), comprobando las superposiciones de los mismos en las cuevas con arte parietal paleolítico y relacionándolos con signos del mismo tipo hallados en bloques caídos, y situados en estratigrafía, podemos decir que se trata de signos de época primera del arte parietal, Auriñaciense coincidiendo con el primer apartado del esquema del Abate Breuil. Los signos «claviformes» (tipos 30 y 31), corresponderían al Magdaleniense III, y Magdaleniense Reciente,

atendiendo al Gran Techo de Altamira y a comparaciones con otras cuevas francesas, donde existe este tipo de representaciones.

Los signos ramificados (tipos 35 y 36), corresponderían a un período Magdaleniense Final o tal vez Aziliense, siendo poco frecuente la aparición de este tipo de signos en la Península Ibérica; esta hipótesis está basada a su vez en otros ejemplares fuera del conjunto de signos que aquí se tratan.

8. Los signos cuadrangulares o rectangulares, ovalados y tectiformes con decoración interior, que en repetidas ocasiones venimos citándolos en grupo por la proximidad que presentan tanto formal como de situación asociación y cronología (aunque en nuestra tipología por estar realizada formalmente se distingan grupos), muestran características similares, tal vez en la mente del artista y por lo tanto del hombre paleolítico participarán todos estos signos de una idea común y las diferencias que aquí presentamos no sean más que variantes de un mismo grupo.

# Sobre la Edad del Bronce en el noroeste de la península hispanica

Por Jorge Juan Eiroa

## PROLOGO

Estas notas «SOBRE LA EDAD DEL BRONCE EN EL NOROESTE DE LA PENINSULA HISPANICA» son el resultado de algún tiempo de estudio e investigación en el campo arqueológico y prehistórico del Noroeste peninsular. No son, ni lo hemos pretendido así, una tesis definitiva, puesto que conocemos nuestras propias limitaciones. Pretenden ser una aportación más al estudio de esta importantísima etapa de la prehistoria española en una región que, por motivos que serían largos de analizar, no ha sido objeto de un detenido análisis de conjunto sobre la Edad del Bronce, teniendo, como tiene, datos y aportaciones de vital interés para la comprensión de la prehistoria española.

Creemos que en este trabajo el investigador no debe buscar soluciones a problemas planteados desde hace muchos años. Solamente encontrará directrices, insinuaciones, todo lo más, bases modestas para un posterior estudio sistemático, minucioso, en cada uno de los aspectos que la Edad del Bronce tiene en Galicia y Norte de Portugal, como zonas con personalidad cultural propias en esta etapa prehistórica.

Si con estas páginas conseguimos despertar intereses, incitar investigaciones o motivar nuevos trabajos, nuestro propósito está cumplido plenamente.

Agradecemos la colaboración del Seminario de Prehistoria y Protohistoria de la Universidad de Zaragoza y las orientaciones de su director el Dr. don Antonio Beltrán Martínez; del Seminario de Estudios Gallegos; de los miembros del Departamento de Prehistoria de la Universidad de Santiago; de los directores y colaboradores de los Museos gallegos; del Instituto Arqueológico Alemán de Madrid y, especialmente, del Dr. Hermanfrid Schubart; del Departamento de Radioisótopos del Laboratorio de Geocronología del C. S. I. C. de Madrid; de la Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas y de todos aquellos que, de una forma u otra, han colaborado y aportado ideas a este trabajo.

## I. LOS ANTECEDENTES DE LA EDAD DEL BRONCE EN EL NOROESTE

Cualquier especialista en el estudio de la protohistoria del Noroeste peninsular, y no pocos investigadores en cuestiones análogas conoce prefectamente las dificultades que ofrece el estudio de los comienzos de la Edad de los Metales en Galicia; dificultades surgidas de la falta de datos, de investigadores, de medios y, en gran parte, de la despreocupación general por un tema que, si bien es verdad que ofrece serios inconvenientes, no por ello deja de ser esencial par el estudio de la primera historia del país.

De aquí parte el hecho de que gran parte de la bibliografía sobre el tema y, de igual modo, una gran parte de los materiales ubicados en los Museos gallegos, se consideren en la actualidad como incompletas las unas y defectuosamente fechados los otros, motivo importante de por sí para que los investigadores de los comienzos de la Edad de los Metales en el Noroeste de la Península Ibérica aborden el tema con grandes reservas en la mayoría de los casos y con una lógica prudencia, evitando así el caer en fáciles afirmaciones incomprobables y en la falsa base de apoyo que, en muchos casos, ofrecen los materiales, de los cuales, en muchas ocasiones, desconocemos incluso su procedencia.

No puede olvidarse aquí la gravedad de un problema inadecuadamente tratado, hasta el momento, como es el de aquellos materiales que, por diversas causas, circulan por el territorio nacional, incontrolados, de difícil localización y de gran importancia para el investigador que ve sus esfuerzos infructuosos, en el mejor de los casos, debido a que dichos materiales están en manos de particulares o son utilizados como piezas de mercado por coleccionistas que, por una simple seguridad legal, evitan a todo trance el acceso de los investigadores a ellos, perdiéndose así más de un dato de vital interés para la investigación.

Somos conscientes, pues, de las limitaciones de nuestro trabajo producidas por la falta de muchos materiales que, siendo importantes, están inutilizados para la investigación y de los que apenas poseemos datos.

Para comenzar sistemáticamente el estudio de los primeros momentos de la Edad de los Metales en el Noroeste peninsular no podemos por menos que poner en tela de juicio el tradicional esquema de periodización utilizado hasta hace bien poco en la región que analizamos. El problema de plateamiento surge, pues, del estudio y análisis de las raíces de la Edad del Bronce del NW. peninsular, planteados desde unos puntos de vista a todas luces faltos de documentación y trabajos de campo y laboratorio.

Si ya el Neolítico y Eneolítico hispánicos presentan los serios problemas que todos conocemos, es fácil imaginar el incremento de éstos al abordar el tema en la región que nos ocupa. En Galicia, el estudio de estas etapas se ha planteado con suma dificultad, con gran escasez de materiales, con la dudosa procedencia de muchos de los que conocemos y con datos bibliográficos dudosos en gran parte.

Esta etapa Neolítica, una de las más brillantes de la Prehistoria española, ha sido estudiada con gran abundancia de datos y materiales encontrados en una serie interminable de yacimientos jalonados por toda la geografía peninsular, aunque, debido sin duda al afán de resolver rápidamente los problemas planteados, encasillados en muchas ocasiones en las regiones y períodos diversos, sin poseer un criterio fijo y determinado, basado en esas líneas paralelas de tiempo y espacio.

La primera llamada de alarma que dio como fruto el primer estudio de conjunto, digno de revisión en la actualidad, fue obra personal del profesor D. Pedro Bosch Gimpera[1] que encontró una modificación esencial en el «Esquema» del Profesor Martínez Santa-Olalla[2].

En el esquema del Neolítico de Bosch Gimpera se resalta considerablemente la existencia de un importante foco cultural centrado en lo que el autor llama «cultura megalítica portuguesa», con una ramificación que tendría su punto de partida en la zona de la desembocadura del Tajo y que se proyectaría, como línea de aculturación, hacia el Norte, llegando así, en última instancia, a la región gallega, produciendo allí un núcleo importante, con manifestaciones muy distintas desde el punto de vista cronológico.

Otra zona de influencias sería la de la Sudmeseta Inferior, aun-

1. Bosch Gimpera, P.: *Etnología de la Península Ibérica.* Ed. Alfa. Barcelona, 1932.
2. Martínez Santa-Olalla, J.: *Esquema Paletnológico de la Península Hispánica.* Madrid, 1946 (2.ª Ed.).

que en este caso la vía de penetración seguiría siendo la zona portuguesa[3].

Sin embargo, es escasa la importancia que presta Bosch y, en general, todos sus seguidores, a la zona cantábrica, como posible vía de penetración, no de la cultura neolítica en general, sino de ciertas manifestaciones de dicha cultura que, en etapas inmediatas vamos a ver en yacimientos y hallazgos sueltos, repartidos por las cercanías del nacimiento del Duero y más al Norte, representativos de un evidente paralelismo con los materiales de la región gallega, incrementado en la Edad del Bronce en su etapa de culminación atlántica.

El núcleo originario de todos estos «subnúcleos» partiría, ramificado en dos, del Sudeste hispánico y de la zona del Estrecho.

Lo que parece acaparar mayor atención es el grupo del Centro, llamado también «de las cuevas», porque de este parece derivarse la cultura del vaso campaniforme, que en la región Noroeste tiene escasos representantes y muy aislados en zonas poco jalonadas, siendo el más interesante, lógicamente, por sus ejemplares, el de Puentes de García Rodríguez.

El tipo de población que desarrolla este movimiento cultural está formada por pastores montañeses[4], con un utillaje de evidente pobreza, aunque con un excepcional tipo de hojas de cuchillos de silex y una cerámica muy típica, tosca y gruesa, que en ciertas ocasiones hemos visto repetida, ya en plena Edad del Bronce, en yacimientos de la Meseta Centro[5], aunque sea lógico pensar en una supervivencia cultural de los tipos propios del Neolítico Final.

Es bastante más amplia la visión de J. Martínez Santa-Olalla[6], dividiendo la neolitización en dos grandes etapas que van desde un Neolítico Antiguo (Mesolítico-Neolítico) hasta un Neolítico Reciente, directamente enlazado con los inicios de la metalurgia.

Pero tampoco Martínez Santa-Olalla hace mención directa a la región del Noroeste, aunque sí a una primera etapa del II período (Neolítico Reciente), del cual los primeros tiempos están bajo la influencia microlítica, dejando al margen ciertas zonas, entre las que incluye la del Asturiense, en las que sigue la previvencia de una cultura con hachas y talla de percusión. La serie de yacimientos situados más o menos cerca de la desembocadura del Miño, por las costas gallegas, han motivado una serie de discusiones acerca de la verdadera edad del Asturiense. Y la verdad es que, según parece,

3. San Valero, J.: *El neolítico hispánico.* IV C. I. C. Prehistóricas. Madrid, 1954. pág. 40. Lám. II.
4. San Valero, J.: Op. Cit. Pág. 6.
5. Eiroa García, J. J.: *Noticia de un yacimiento de la edad del bronce en Aldeagordillo (Avila).* Actas del XII C. A. N. Zaragoza, 1972.
6. Martínez Santa-Olalla, J.: Op. Cit. pág. 51.

la opinión actual se inclina por considerar que este tipo de industria tiene una larga pervivencia, una extensa duración y un origen muy antiguo en muchos puntos de la costa atlántica, teniendo a veces semejanza con piezas del interior peninsular aparecidas en niveles pertenecientes a una evidente Edad del Hierro, para los cuales aún no hay explicación lo suficientemente clara como para su clasificación.

Sin embargo, sin afirmar nada, no descartamos la posibilidad, que debe ser confirmada en el futuro por los trabajos de campo, de un contacto posterior a esta influencia cantábrica sobre la región gallega.

En Galicia, más que en otra parte de la Península, nos encontramos con una extraordinaria pobreza material como punto de partida para el estudio de los movimientos y manifestaciones de las culturas posteriores al Paleolítico. Se trata de un vacío inaccesible, por el momento, debido a la falta de trabajos de campo y a la localización de yacimientos. Sin embargo, después de las pobres manifestaciones de la primera etapa neolítica, llegamos en Galicia a un período Eneolítico, rico y abundante en materiales, que tradicionalmente se ha venido denominando Neo-Eneolítico, término que resulta adecuado sólo si tenemos en cuenta que en esta etapa hay que contar no solamente con las aportaciones propias del Eneolítico, sino también con aquellas que ofrecen un evidente continuidad de lo que debió ser la cultura neolítica en el Noroeste.

Esta abundancia de material surge en Galicia a partir de los últimos tiempos del Neolítico, es decir, hacia el año 2000 a. de J. C., aproximadamenete[7].

La abundancia material en el Noroeste se va acentuando a medida que avanza la Eneolitización, llegando a un alto grado de riqueza en lo que podemos denominar Eneolítico Pleno, que para muchos investigadores sigue siendo la Edad del Cobre, aunque se trate de un término con tendencia al olvido, desde hace algunos años.

Pero no es solamente Galicia la región en la que ocurre este fenómeno de enriquecimiento cultural en la eneolitización, sino que se trata de un fenómeno general en la Península y en el resto de Europa, al mismo tiempo que en el Oriente Cercano se comenzaban a desarrollar civilizaciones superiores de las que, sin duda, llegarían a Europa y a la Península manifestaciones de diversos tipos.

El fenómeno más destacado de este momento cultural es la impronta personalidad que le da al Eneolítico el simple hecho de

7. SCHUBART, H.: *Die kultur der bronzezeit im sudwesten der iberischen halbinsel.* Madrider Forschungen. Berlín, 1971. Beilage 17.

descubrir y comenzar a trabajar ciertos metales, en especial el oro y el cobre, que fueron los primeros en ser trabajados.

Se trata, pues, de una etapa, a la que nos resistimos a llamar «de transición» debido a la personalidad que posee, en la que las manifestaciones de la cultura neolítica evolucionan tan rápidamente que podemos llamarla sin lugar a dudas «etapa de perfeccionamiento» de todos los conocimientos que, ineluctablemente, conducirán a los habitantes de nuestro Noroeste al desarrollo cultural de la Edad del Bronce. Y en esto, debemos afirmar que hay una uniformidad en toda la Península, ya que se trata de un movimiento general que, en ciertas regiones entre las que incluimos a Galicia, adquiere especial interés para la investigación prehístorica.

Sin embargo y a pesar de las opiniones de algunos prehistoriadores, debemos pensar que estas manifestaciones culturales no son, ni mucho menos, originales de la propia región, sino que, al igual que en el resto de la Península, hay que suponer que muchas de estas expresiones de cultura hay que comenzar a estudiarlas en la prehistoria de otros países, como ocurre con las construcciones megalíticas; aunque en otros aspectos, como ocurre con el vaso campaniforme, existan razonables dudas con respecto a su origen y formación, siendo muchos los expertos que, con diversos fundamentos, lo hacen proceder de la Península.

Con todo, y a pesar de la uniformidad relativa de esta eneolitización, hay en nuestra geografía círculos o grupos culturales claramente diferenciados entre sí, con características que le dan una personalidad propia y unas diferencias bastantes definidas. Tal es el caso del Noroeste peninsular que, con seguir la marcha uniforme del proceso general de la península, posee unas características especiales que lo hacen diferir en muchos aspectos del resto.

Es muy difícil afirmar nada acerca de la procedencia de las expresiones culturales del Neolítico gallego, y mucho menos de ese espacio de tiempo que va desde el final de este período hasta los comienzos de la metalurgia. Lo cierto es que en la Península el Neolítico llega pronto, pero sin que conozcamos de forma precisa su motivación. Y el proceso de aculturación es rápido, lo mismo que le ocurrirá al Eneolítico, que no es sino un desarrollo extraordinario del primero, con la aparición de las nuevas técnicas de utilización de los metales.

Ya que para la neolitización de la Península Hispánica se exponen como posibles dos caminos o vías de penetración[8]; el primero, que llegaría desde los arenales de Libia por Egipto, Argelia a las costas alicantinas para, desde allí, distribuirse por la Península; y el se-

8. Bosch Gimpera, P.: *Para la revisión del sistema de prehistoria peninsular.* C. H. E. XLVII-XLVIII I. H. E. Buenos Aires, 1968. Pág. 9.

gundo, desde Asia Menor, por Grecia, hacia la Selva Negra y, desde allí, por el Norte de Italia, hacia España, por los pasos pirenaicos..., parece aceptable suponer que los emigrantes del primer momento, por vía marítima, se distribuyesen por el territorio peninsular y llegasen hasta Galicia, en escasa aportación étnica, mientras que los procedentes de la vía continental fuesen los que, siguiendo el camino de penetración del Valle del Ebro, penetrasen por los puertos de montaña de León (El Manzanal) y Lugo (Piedrafita) hasta llegar a la zona costera y distribuirse por todo el NW., uniendo su aporte étnico al de los contingentes de emigrantes procedentes del Norte de Portugal y a los escasos visitantes llegados por vía marítima procedentes de Irlanda y Bretaña, que más tarde, en la última etapa de la Edad del Bronce sobre todo, incrementarían sus contactos con Galicia[9].

En España se encuentra el cobre inmediatamente. Ya hay cobre en los sepulcros de fosa, Pero el Eneolítico, que para unos es el Bronce I y para otros sigue siendo la Edad del Cobre, es en la actualidad un cajón de sastre en el que, sin demasiada seguridad, se han encasillado una serie de manifestaciones culturales poco conocidas cronológicamente y de díficil interpretación en muchos casos. A los que siguen llamando a esta etapa «Edad del Cobre» habría que pedirles una explicación en el sentido de que no existe una metalurgia propia del cobre, y mucho menos en el Noroeste.

La dificultad que presenta en Galicia el espacio cronológico que se comprende entre el final del Neolítico y el comienzo de la metalurgia, se ha salvado tradicionalmente con la utilización de un amplio término, dudoso en muchos aspectos, como es el «Neo-Eneolítico», en el cual se han encasillado desde hace años manifestaciones culturales propias del Neolítico, Eneolítico y Bronce I, en una mezcla, no demasiado afortunada, que ha servido de base de estudio para esta etapa que parecía ser un vacío en la prehistoria gallega, comprendido entre el final de la utilización de la piedra como materia prima y su sustitución por la metalurgia.

Cierto es que, además, hay que añadir la escasa aportación que han significado los trabajos de campo, muy escasos hasta ahora.

La única realidad actual es que el Neolítico español se conoce escasamente, a pesar de la abundancia de materiales y yacimientos. Son escasos los conocimientos del llamado Neolítico Pre-cerámico, y dejando a parte el supuesto Ibero-Mauritano y la etapa de la cerámica cardial, tenemos que recurrir al Eneolítico, con utilización de metales y sepulcros de fosa, que se encuentran incipientemente en el interior de la Península. Y, de todas formas, nos parace que

9. MacWhite, Eoin: *Estudios sobre las relaciones atlánticas en la península Hispánica en la edad del Bronce.* Madrid, 1951.

se trata de una etapa corta, a pesar de los intentos realizados por alargarla en Galicia, insuficientes para adjudicarle toda la aportación que se pretende.

## II. EL TRANSITO A LA EDAD DEL BRONCE

Tal y como lo demuestran las fechas obtenidas mediante el sistema del Radio-carbono[10], la etapa neolítica significa en el mundo mediterráeno una rápida propagación, desde sus puntos de origen, repartiéndose por todo su marco geográfico y llegando a la Península Ibérica, por la Europa Central en su mayor parte, hacia el quinto milenario antes de Cristo[11].

Ya desde el tercer milenario —tal vez desde los finales del cuarto— comienza un verdadero apogeo de esta cultura por el Egeo y Greta (Heladico Primitivo y Minoico Primero)[12], y, desde allí, llega una colonización a Malta que tendrá una gran influencia en Sicilia y en el Mediterráneo Occidental, mediante relaciones que tendrán su base fundamental en el intercambio comercial de la obsidiana y, más tarde, del cobre de la Península Ibérica. Sin embargo parece estar claro que en España no se puede hablar de una verdadera colonización de elementos procedentes del exterior.

Sin embargo en el tercer milenario se intensificará extraordinariamente toda la relación comercial en Europa; esta relación se realizará en el Occidente mediante los contactos entre las tierras de Bretaña, Inglaterra, e Irlanda, llegando a Escocia.

Otras vías de relaciones comerciales llegan procedentes del Occidente de la Península Ibérica hasta las tierras de Francia y Centroeuropa, con una ramificación a las Islas Británicas, que se intensificará en la última etapa d e la Edad del Bronce[13].

Durante la etapa del desarrollo de la Cultura del Vaso Campaniforme, el territorio que se encuentra dominado por la llamada Cultura de las Cuevas[14] y que poco a poco ha ido debilitándose culturalmente, deja paso y es ocupado en gran parte por la aportación cultural procedente de Portugal en el momento de su desarrollo megalítico. Estos territorios son las actuales Salamanca, Extremadura, Valle del Guadalquivir..., con una ramificación en el Norte que se extenderá rápidamente por la actual región gallega, formando

10. Para España, ANA MARÍA MUÑOZ: *La cronología del radiocarbono en la Península Ibérica.* Pyrenae, 3, 1967, p. 7.
11. P. BOSCH GIMPERA: *La edad del bronce en la Península Ibérica.* A. E. A. Vol. XXVII. 1954. p. 9.
12. M. ALMAGRO Y BACH: *Prehistoria.* Espasa-Calpe. Madrid, 1971. p. 321.
13. E. MACWHITE. *Estudios...* p. 67.
14. A. DEL CASTILLO YURRITA: *La cultura del vaso campaniforme.* A. E. A. Vol. XVI, 1943.

en ella un círculo cultural de intensas expresiones, aunque esta etapa hay, sin duda, que considerarla posterior, cronológicamente, al desarrollo pleno de su núcleo de origen.

Por el W. el avance de esta cultura megalítica influye considerablemente en la Cultura de Almería (Los Millares)[15], con la que parece establecer contacto a través de la provincia de Granada[16]. La cultura de Almería adopta, no tan rápidamente como se ha pretendido, los tipos procedentes de la Cultura Megalítica portuguesa, al tiempo que en Portugal parece apreciarse una importante impronta cultural procedente de la almeriense cultura de Los Millares.

Sin embargo, en Portugal, después del período Mesolítico, se ha fomado intensamente la gran Cultura Megalítica después de haberse propagado por allí el Neolítico con cerámica que en laCultura Megalítica es lisa y sin decoración[17].

En términos generales, el llamado Neolítico Final[18] que para Schubart termina, en sus últimas manifestaciones de la Península, en el año 1800 a. de J.C.[19] corresponde al momento en que, sobre las tradiciones culturales del Epipaleolítico, se sitúan las nuevas técnicas venidas del exterior en su mayor parte (agricultura, cerámica), aunque sin conocimiento aún de la metalurgia.

Pero el uso del metal aparece pronto. Y es entonces cuando se produce un completo cambio cultural en la Península, que alcanza sus límites más occidentales, tal vez con una clara influencia atlántica, dando como consecuencia una creciente riqueza en los ajuares, aunque en el Noroeste su llegada sea algo más tardía de lo que se piensa.

El desarrollo de estos nuevos tipos y de la metalurgia en sus primeros momentos darán como consecuencia la extraordinaria actividad cultural de la etapa Eneolítica, que en Galicia adquiere especial interés.

La utilización del cobre se generaliza, aunque no absolutamente, por la Península, llegando al Noroeste, para, posteriormente ir degenerándose paulatinamente, para perder su apogeo ante el empuje de unos elementos que utilizan una nueva aleación de metales y que prepararán los cambios fundamentales e importantísimos que se experimentarán en los primeros momentos de la Edad del Bronce.

Pero, mientras tanto, en el Noroeste, se ha desarrollado una cultura de caraterísticas especialmente espectaculares, que conviene analizar cuidadosamente y periodizar con cierta meticulosidad, ya

15. P. Bosch Gimpera: Op. Cit. p. 15.
16. P. Bosch Gimpera. Op. Cit. Loc. Cit.
17. O. da Veiga Ferreira: *La culture du vase campaniforme au Portugal* (S. Geol. de Portugal). Memoria 12 Nueva Serie, Lisboa, 1966.
18. L. Pericot: *Terminología de Historia de España*, Tomo I. Instituto Gallach. Barcelona, 1967.
19. H. Schubart: Cronología de la lám. XXXII del Apéndice Gráfico.

que, hasta el momento, este espacio cronológico ha sido tratado con términos muy generales y en un marco cronológico demasiado amplio, sin delimitar etapas y sin distribuir elementos o zonas.

La Cultura Megalítica del Noroeste de la Península Ibérica, parece proceder, y así lo creemos en sus bases esenciales, de una ramificación de la Cultura Megalítica portuguesa.

La influencia del círculo portugués debió comenzar hacia los inicios del Eneolítico (2400 para Schubart[20]).

Mientras en el Noroeste de la Península se está empezando a desarrollar la cultura megalítica gallega, en Portugal estamos en presencia del principio de su apogeo. Sus manifestaciones culturales se enriquecen considerablemente, y es entonces cuando la Cultura Megalítica de Portugal comienza su acción de proyección hacia los demás núcleos de la Península, con plena fuerza. En la provincia de Huelva aparece un fuerte núclo con sepulcros de corredor y galerías cubiertas de forma especial.

En este momento cultural es cuando debió comenzar en Galicia la Cultura Megalítica, con sepulcros que, en ocasiones, tienen pinturas en sus losas como las rupestres seminaturalistas de una etapa avanzada, como en las del sepulcro de corredor de la llamada Pedra Coberta, de La Coruña.

El estudio del megalitismo del Noroeste de la Península Ibérica hay que relacionarlo con un interés general por el mundo megalítico nacido desde los tiempos en que Pericot publicó el conjunto de sepulcros megalíticos de la región pirenaica, hacia 1925 y, más tarde, hacia 1930 el matrimonio Leisner recopiló la documentación reunida por Siret durante más de 40 años[21]. Gracias a estos trabajos en 1943 sale el primer volumen de los sepulcros megalíticos del Sur de la Península y, más tarde, en 1956, los primeros de Portugal y W. de España.

Sin embargo, y a pesar de los múltiples estudios, siguen habiendo algunas diferencias de opinión acerca de esta Cultura, comenzando por la diversidad de nomenclaturas y disparidad en la tipología. Esta última, ha sufrido actualmente una tendencia unificadora.

Los trabajos de Daniel y Powel parecen, según A. Arribas[22], adecuados para la Península Ibérica, a pesar de ser destinados a las Islas Británicas. Parece ser que debe desterrarse el término «megalito», ya que en su definición parecen entrar todos los tipos de sepulcros, cuando hay una variedad interminable para la clasificación. También se desecha el nombre de «Tholos», puesto que es un

20. H. Schubart: Op. Cit. Loc. Cit.
21. G. y Vera Leisner: *Die Megalithgraber der Iberische Halbinsel I.* Oeste. Berlín, 1956.
22. A. Arribas: *I Symposium de Prehistoria Peninsular. La edad del bronce.* «Megalitismo Peninsular». Pamplona, 1960.

término que debe emplearse solamente para el tipo de sepulcros de cúpula aunque en España el nombre está muy arraigado.

Las tres grandes divisiones que deben aceptarse, según A. Arribas[23] y que repite en varias de sus obras[24], es la de:

1. — Sepulcros de corredor.
2. — Sepulcros de galería.
3. — Dólmen.

El sepulcro de corredor es toda cámara funeraria prehistórica, con planta circular, poligonal o cuadrada, y con corredor, en la cual, generalmente, se practican enterramientos colectivos.

Si la cámara y el corredor no están diferenciados, se denomina sepulcro de galería. Y toda cámara sin corredor es un dólmen. Sin embargo, dentro de la definición de megalitos hay que considerar una gran variedad de formas constructivas funerarias y, recogiendo la opinión de Maluquer de Motes: «Todos los monumentos que conocemos con el nombre de sepulcros megalíticos, responden, cierto, a una unidad conceptual. Significan la construcción de una sepultura destinada a ser utilizada más de una vez y por lo tanto no tienen significado individual, es decir, que su mayor o menor tamaño no está en relación con la riqueza o posición individual de quienes ordenaron su construcción, sino en relación a la finalidad que se perseguía»[25].

Siguiendo el trabajo de M. T. Andrés[26] opinamos también que la serie de evoluciones de tipologías se podrían extender hasta el infinito, ya que cualquier detalle especial en el ejemplar a analizar podría significar una diferencia dentro del mismo grupo o zona, con graves dificultades para su interpretación o análisis.

Mucha tipologías son acertadas, aunque por el momento ninguna de ellas pueden ser aceptadas sin reservas[27].

Nos inclinamos por considerar que una de las metas a conseguir en este aspecto es la de una unificación de la terminología al uso, que bien podría partir de los estudios realizados en este aspecto por la Srta. Andrés[28], aunque sin olvidar en el futuro la importancia que el marco cronológico debe tener para estas clasificaciones, ya que la nomenclatura actual no diferencia etapas entre si y es fácil confundir tipos semejantes desarrollados en etapas diferentes.

---

23. A. ARRIBAS: Op. Cit. Loc. Cit.
24. G. TABANERA: *Las raíces de España.* «La edad del Bronce en la Península Ibérica». Por A. Arribas. I. E. A. A. Madrid, 1967. p. 85 y 98.
25. J. MALUQUER DE MONTES: *Notas sobre la Cultura Megalítica Navarra.* «Príncipe de Viana» 91-92. Pamplona, 1963. p. 129.
26. *Sobre la Tipología de los Sepulcros Eneolíticos.* «Estudios» Sem. Prehistoria e H.ª A. de la Univ. de Zaragoza. Tomo I. 1972, p. 44.
27. Véase el trabajo de M. T. ANDRÉS, con bibliografía sobre el tema.
28. M. T. ANDRÉS: Op. Cit. Loc. Cit.

Dentro de conjunto megalítico del Noroeste, la variedad de tipos y su diferente repartición geográfica, nos hacen atacar el tema con suma reserva en lo que se refiere a su tipología y cronología. Por ello, seremos cautos al hacer referencia a estos dos aspectos, corriendo el peligro de, por cautela, ignorar ciertas características peculiares, peligro en el que procuraremos no caer.

En Galicia se pueden distinguir, dentro de la Cultura Megalítica, tres tipos de enterramientos: uno con dólmen, un segundo con cista y el tercero sin elemento arquitectónico en su interior. Generalmente las plantas dolménicas son poligonales en la cámara y, en algunos casos, provistas de un pequeño corredor.

Los ajuares consisten en puntas de flecha de silex o cuarzo, hachas de piedra, vasos lisos de barro de muy mala hechura y en algunos enterramientos aparecen fragmentos de cerámica campaniforme (Puentes de Garí Rodríguez, Lalín).

Los enterramientos en cistas se caracterizan por sus dimensiones más reducidas y por presentar ajuares en los que normalmente aparece el metal (cobre y oro).

También hay monumentos megalíticos en los que se han encontrado manifestaciones artísticas de tipo pictórico como en los dólmenes de Pedra Coberta y de Codesas, o inscultórico, como en Axeitos y Alpériz.

Junto a los objetos encontrados en los enterramientos hay otros que aparecieron aislados, como joyas (pulsera de oro de Monte dos Mouros) (Coruña) y A. Golada (Pontevedra), o armas, como el «acobillo» de Roufeiro (Sarreaus, Orense), consistente en dos alabardas[29], seis puñales con los orificios para enmangarlos, un puñal de espigo, dos hachas planas trapezoidales de cobre. Y algún tesoro tan extraordinario como el de Caldas de Reyes, con brazaletes amorcillados, collares rígidos y excepcionales jarritas y peine, todo de oro, con decoración incisa en triángulos.

Como puede apreciarse nos encontramos ante un variadísimo repertorio de hallazgos tipo y de instrumentos a los que continuamente deberemos hacer mención.

Normalmente los enterramientos en la región del Noroeste suelen hacerse en lo que los prehistoriadores, e incluso el pueblo, ha venido llamando «mámoas», y que son montones de tierra que, normalmente, guardan en su interior uno o varios enterramientos. Con excepción de algunos túmulos simples, estas mámoas guardan una cámara megalítica de planta poligonal a la que se añade en ocasiones un corredor corto, o una cista rectangular construida con

29. *Prehistoria de Galicia* (Varios colaboradores) Guía de la exposición del Instituto «Padre Sarmiento» de Santiago. 1970, p. 5.

lajas puestas de canto y no de pie como en las cámaras citadas en primer lugar.

Es tan notable el número de monumentos megalíticos en Galicia que se da el caso de que en el siglo XVII se autorizó al licenciado Vázquez de Orxas para que pudiera abrir las «tumbras de los gentiles galigrecos» y recoger todo el oro que contuvieran. Es fácil intuir la depredación de yacimientos arqueológicos que con este permiso de Real Cédula hizo este licenciado gallego de hace tres siglos[30].

Parece ser que, por entonces, ya se abrieron más de tres mil tumbas de «gentiles galigrecos». A estos monumentos perdidos para la Arqueología hay que añadir los que en la actualidad se conservan, los que se han excavado y los que seguramente, aún se desconocen, para hacerse una idea exacta de la cantidad de monumentos megalíticos de todo tipo que en Galicia se dieron.

Uno de los peligros que en la actualidad han perjudicado notablemente al megalitismo del Noroeste ha sido la acción de los habitantes rurales, que, sistemáticamente, han ido empleando las enormes piedras de los monuemtnos en sus propias construcciones. Y no es extraño ver, en algunas aldeas de Galicia, casas que sostienen sus paredes sobre cimientos de este tipo, o que utilizan las piedras de algún dólmen como mampostería de sus muros.

Por eso es difícil encontrar en Galicia una construcción megalítica intacta, ya que lo más corriente es encontrarla privada de una de sus partes más esenciales.

Cuando se estudia la cultura megalítica gallega se observa que existe en ella una serie de elementos que aparecen en toda la extensión de su área geográfica, pero que en una parte de esta área, tal vez por contactos con otros círculos, se desenvuelven formas mucho más variadas y ricas, al tiempo que se inicia un fuerte movimiento de expansión que, de una forma u otra, influyen en las regiones vecinas. Se debe este fenómeno a que, mientras las formas de la zona situada al Norte del río Duero permanecen invariables mucho tiempo, las de las zonas más cercanas al núcleo originario de Portugal reciben el aporte cultural de esta región, evolucionando más rápidamente. No ocurre así con la zona del N. E. de Galicia, que solamente proyecta su influencia hacia la región asturiana, tesis que en la actualidad mantiene el profesor Pericot[31].

Una de las fórmulas a emplear para la carta de distribución de estos monumentos, atendiendo también a los tipos, se debería basar en los sistemas de construcción, que varían considerablemente, incluso dentro de los monumentos de una misma etapa.

30. J. VÁZQUEZ SEIJAS: Op. Cit. Loc. Cit.
31. L. PERICOT GARCÍA: Op. Cit., p. 94.

Los sistemas de construcción varían, según A. Arribas[32] entre un tipo que puele tener las paredes formadas por losas puestas de pie, o por obra de piedras pequeñas (mampostería), En otro, las cubiertas están cerradas por una o más losas (sustentadas o no por pilares) o bien por asociación de hiladas saledizas (falsa cúpula) o, en casos, de forma mixta. En el tipo de sepulcros de corredor pueden diferenciars, generalmente, a) aquellos que están levantados por paredes de mampostería y cubiertos por falsa cúpula, y b) con ortostatos en las paredes y grandes losas de techado.

Los hay también excavados directamente en la roca. Y junto a éstos, variantes al lado de formas más o menos puras.

En cuanto a los dólmenes, los puede haber: de cámara rectangular (grupo A) de planta poligonal (grupo B) y de «formas imprecisas» (grupo C)[33].

En el caso de los megalitos del grupo Noroeste, parecen reflejar, generalmente por medio del estudio de sus ajuares, una pobreza uniforme, aunque a veces hay algunos con fragmentos de cerámica campaniforme (Pontes de G. R.) dagas de metal (Atios, Pontevedra)[34]; idolillos, cayados de esquisto y, en determinados sepulcros, cerámica con asas y fondos planos que, desde el punto de vista tipológico, pueden considerarse del Bronce Medio.

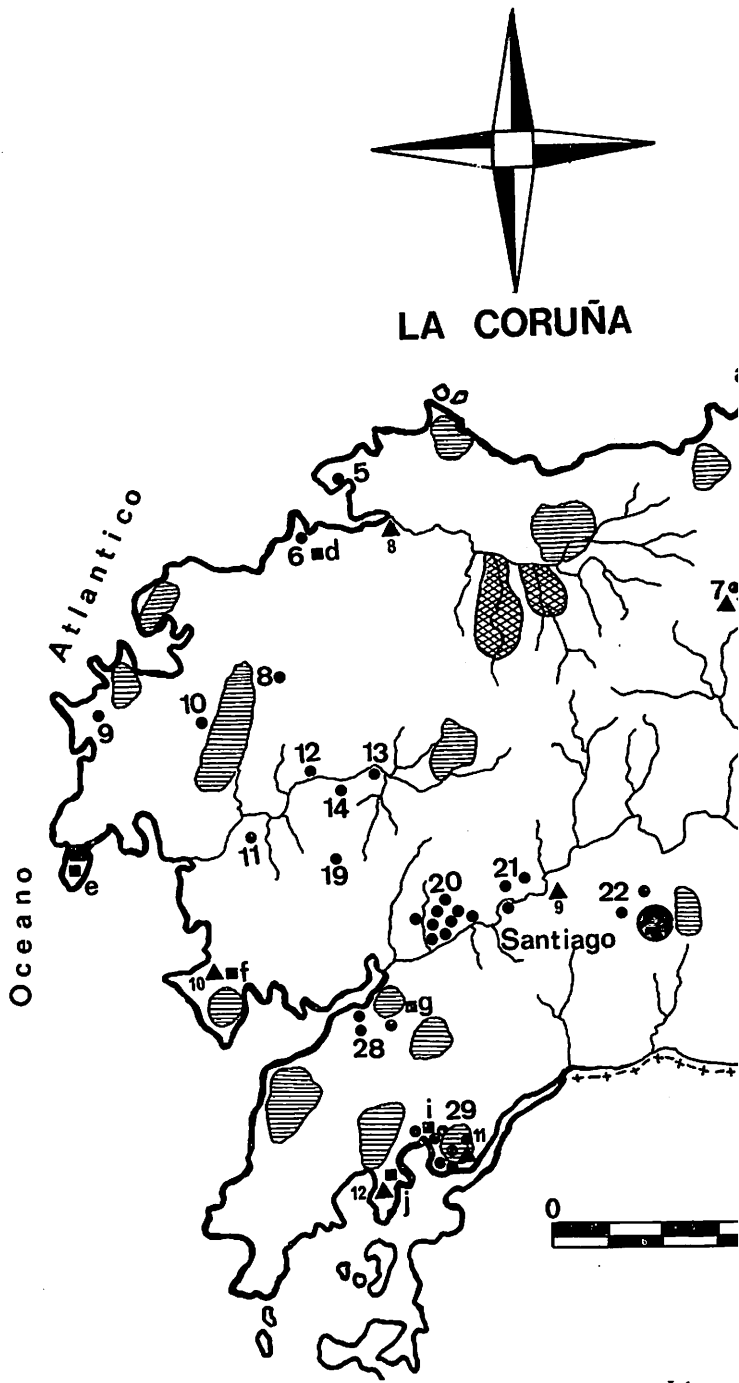
Concretamente, el enterramiento de Atios consiste en una cista con forma casi rectangular, formada por cuatro grandes lajas de granito y otra más pequeña cerrando la junta S. W. Una laja más cubría el conjunto de las anteriores. La losa de cierre medía 2 metros de largo por 1,60 de ancho, siendo su espesor máximo de 25 centímetros. Las dimensiones de la cista son de 1,30 metros de ancho por 1,59 de longitud. Y se situaba orientada hacia el Naciente, haciendo suponer que el cuerpo señalaría la dirección E.-W., con los pies hacia este último punto.

El ajuar de la cista de Atios dio dos puñales de cobre de diferentes dimensiones, dos piezas de oro y una espira de metal noble (¿plata?) y fragmento de otra similar que se perdió al ser extraída[35].

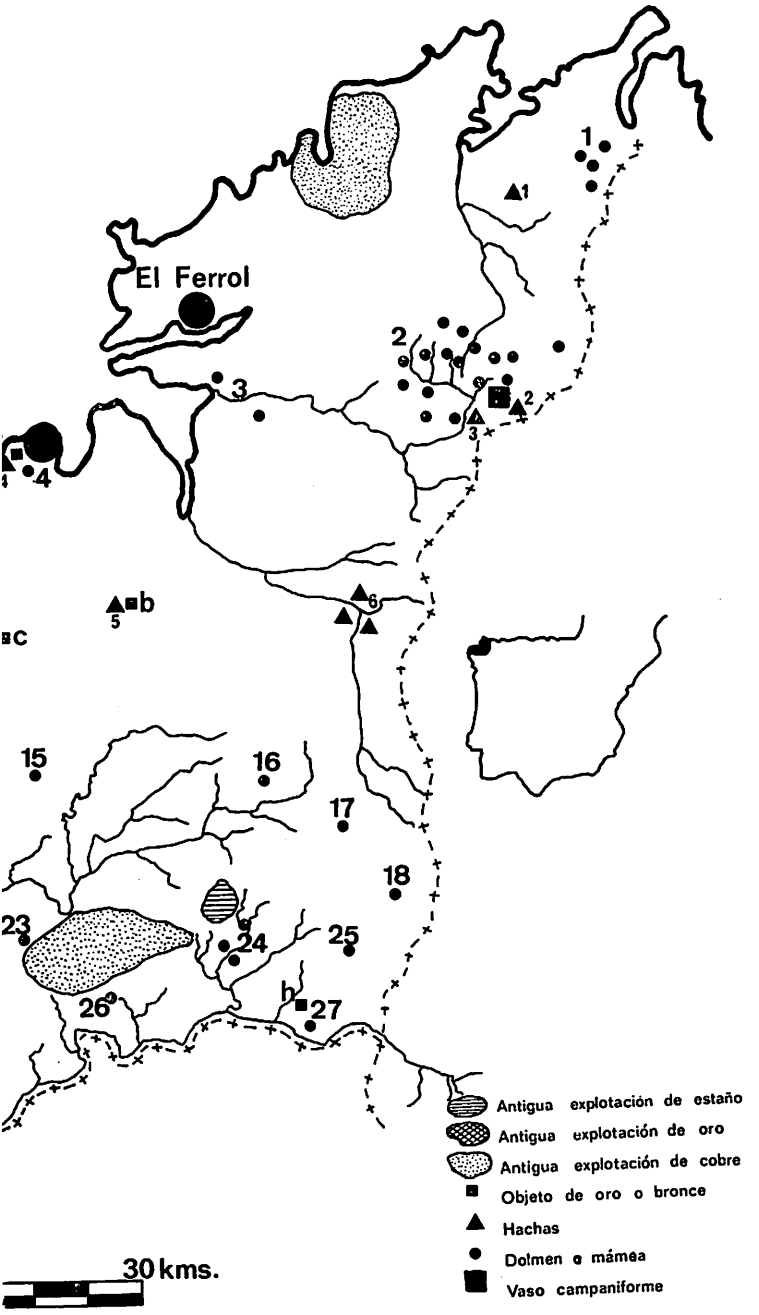
La nomenclatura utilizada para designar a los túmulos en Galicia es muy variada, así como la que se utiliza para nombrar a las cámaras megalíticas.

---

32. A. Arribas: Op. Cit. Loc. Cit.
33. J. M.ª Alvarez Blázquez y otros: *Cicta y Ajuar Funerario de Atios (Porriño)* G. E. G. Tomo XXV. 75. Santiago, 1970, p. 20.
34. Op. Cit. Loc. Cit.
35. Op. Cit. Loc. Cit.


LA CORUÑA
Oceano Atlantico
5
6 d
8
7
8
9
10
12
13
14
11
19
e
20
21
9
22
Santiago
10 f
g
28
i 29
11
12
j
0

LÁMINA


El Ferrol
1
2
3
4
5
6
b
C
15
16
17
18
23
24
25
26
27
h
Antigua explotación de estaño
Antigua explotación de oro
Antigua explotación de cobre
Objeto de oro o bronce
Hachas
Dolmen o mámoa
Vaso campaniforme
30 kms.

Los más corrientes son:

| Túmulos: | Megalitos: |
|---|---|
| Mámoas | Antas |
| Mámulas | Antelas |
| Mamoelas | Antiñas |
| Mamuiñas | Arcas |
| Medoña | Arquetas |
| Medorra | Fornos |
| Medal | Cabanas |
| Medelas | |

El nombre de Mámoa parece proceder de «mamolas» (mamas) por la semejanza que su aspecto exterior ofrece con los senos femeninos[36].

La distribución de estos monumentos megalíticos es muy variada e irregular en todo el territorio gallego. Haciendo una división provisional por provincias, llegamos a la siguiente repartición, mencionando aquellos lugares en los que son más abundantes y aquellos otros en los que, no siendo así, ofrecen especial interés para el trabajo presente.

*Pronvincia de La Coruña* (lám. 1)

1. Ortigueira y su comarca.
2. Puentes de García Rodríguez, Goente, La Boliquera.
3. Taboada (Puentedeume).
4. La Coruña (afueras de la capital).
5. Corme (Ría de Lage y Corme).
6. Dombate (cercanías de la aldea de Borneiro-Lage).
7. Cerceda.
8. Vimianzo.
9. Mondime.
10. Verdoyas (Río del Castro).
11. Barca del Ezaro (Río Jallas).
12. Puente Olveira (Río Jallas).
13. Bradomil (Río Jallas).
14. Mazaricos (Río Jallas). Grupo I.
15. Ordenes y su comarca.
16. Villasantar.
17. Sobrado
18. Togues.
19. Mazaricos (Río Jallas). Grupo II.
20. Negreira (Río Tambre).

36. L. F. Cuevillas: Op. Cit. nota 46.

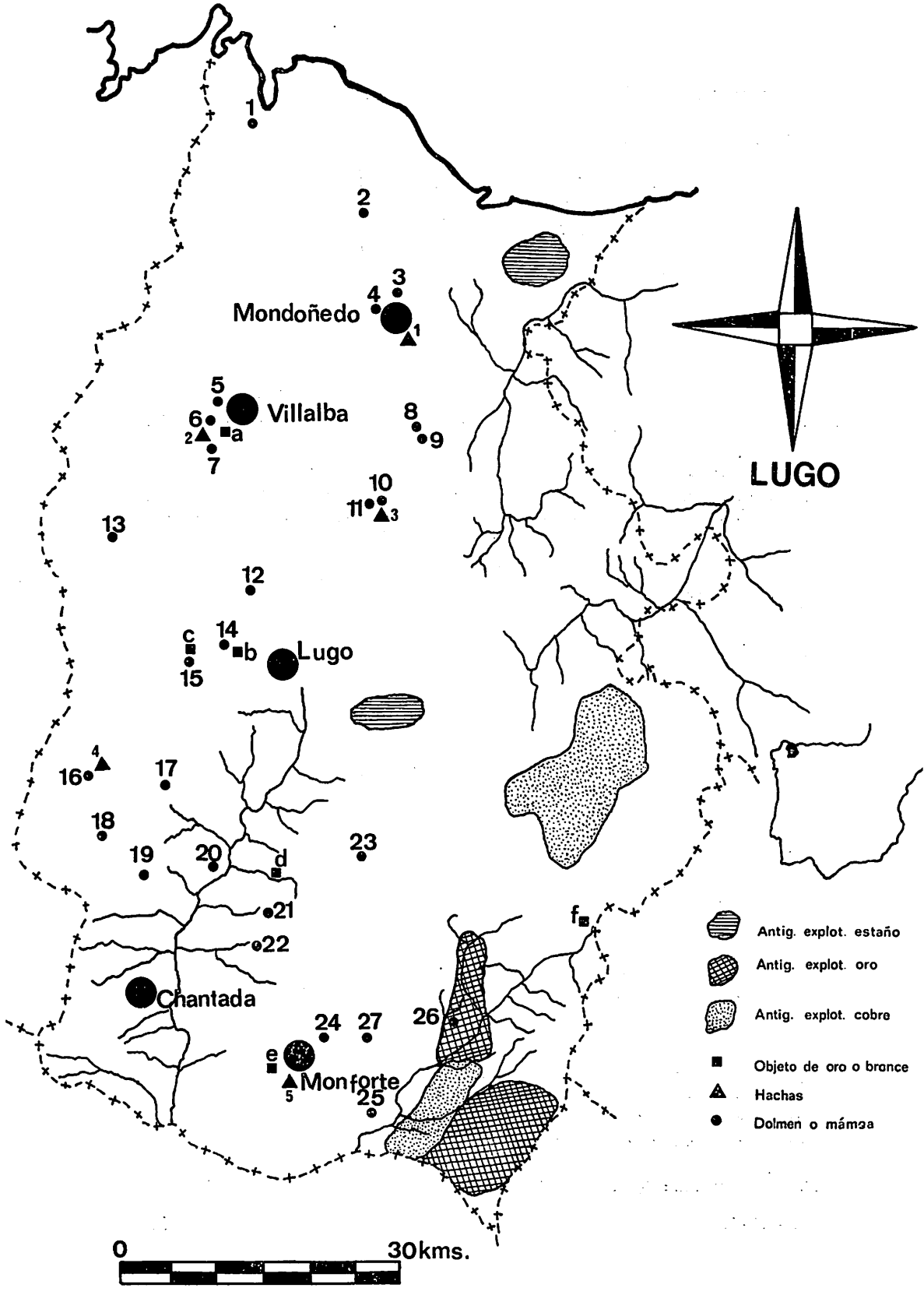

Mondoñedo
Villalba
Lugo
Chantada
Monforte
LUGO
0
30kms.
Antig. explot. estaño
Antig. explot. oro
Antig. explot. cobre
Objeto de oro o bronce
Hachas
Dolmen o mámoa

Lámina 2

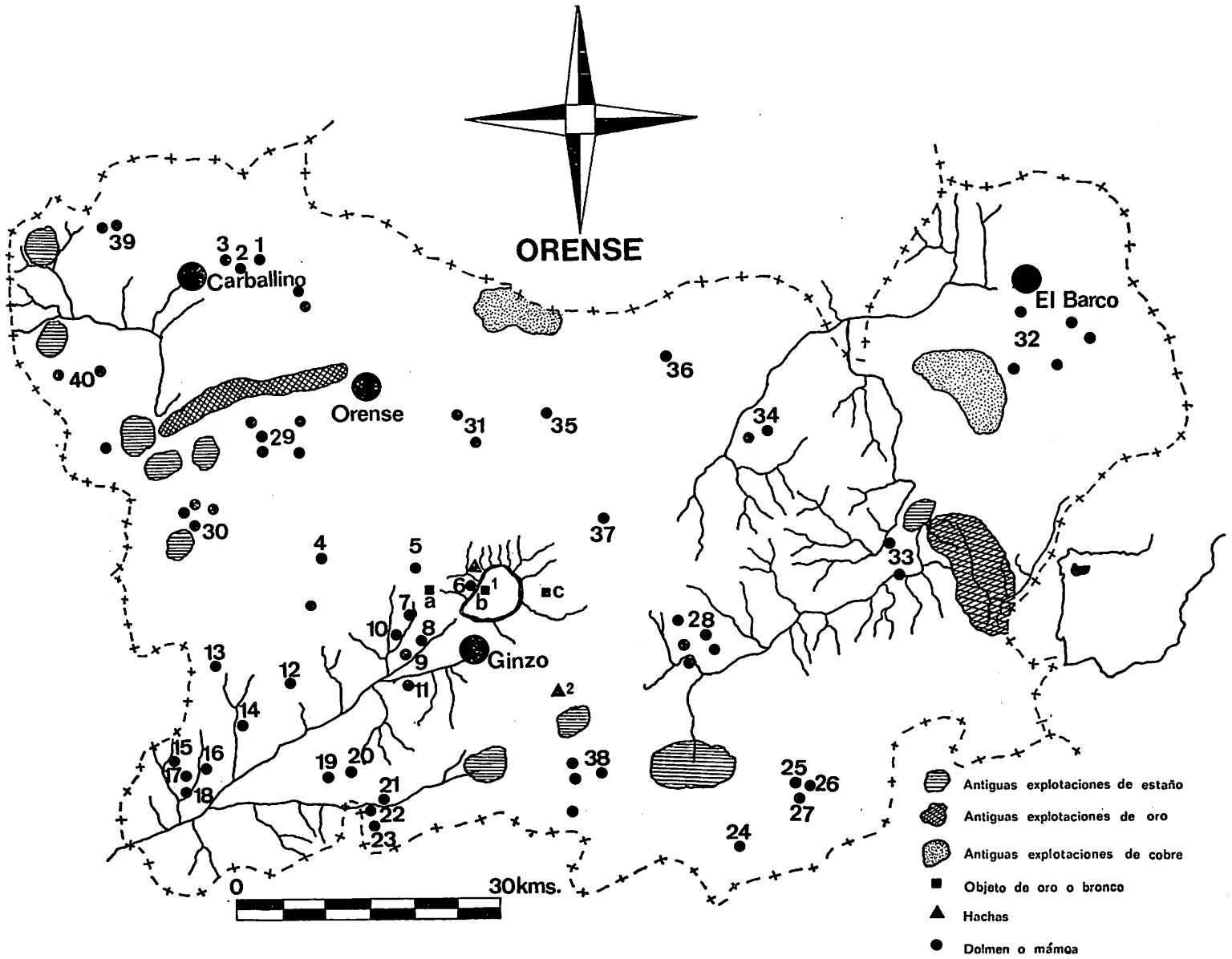
21. Negreira (afueras de la Ciudad).
22. Santiago de Compostela.
23. Enfesta (La Bacolla).
24. Arzua.
25. Mellid.
26. Touro.
27. Santiso.
28. Noya (Lousame).
29. Rianjo.

*Provincia de Lugo* (Lám. 2)

1. Vivero.
2. Ferreira.
3. Oreba (C. de Mondoñedo).
4. Mondoñedo.
5. Santavalla (cercanías de Villalba).
6. Villalba.
7. La Parrocha (Villalba).
8. Pastoriza.
9. Reigosa.
10. Castro del Rey.
11. Quintela.
12. Otero del Rey.
13. Parga.
14. Villalvita (Lugo).
15. Alta (Lugo).
16. Palas de Rey.
17. Camporredondo.
18. Monterroso.
19. Taboada.
20. Paradela ((Río Miño).
21. Castro del Rey.
22. Sobrado (Río Miño).
23. Sarriá.
24. Puebla de Brollón.
25. Vilachá (Comarca de Monforte de Lemos).
26. Parada (Río Loi).
27. Puebla de Brollón.

*Provincia de Orense* (Lám. 3)

1. Cea (Carballino).
2. San Facundo (Carballino).
3. San Facundo (cercanías del Río Arenteiro).


ORENSE
Carballino
Orense
El Barco
Ginzo
0
30kms.
Antiguas explotaciones de estaño
Antiguas explotaciones de oro
Antiguas explotaciones de cobre
Objeto de oro o bronco
Hachas
Dolmen o mámoa

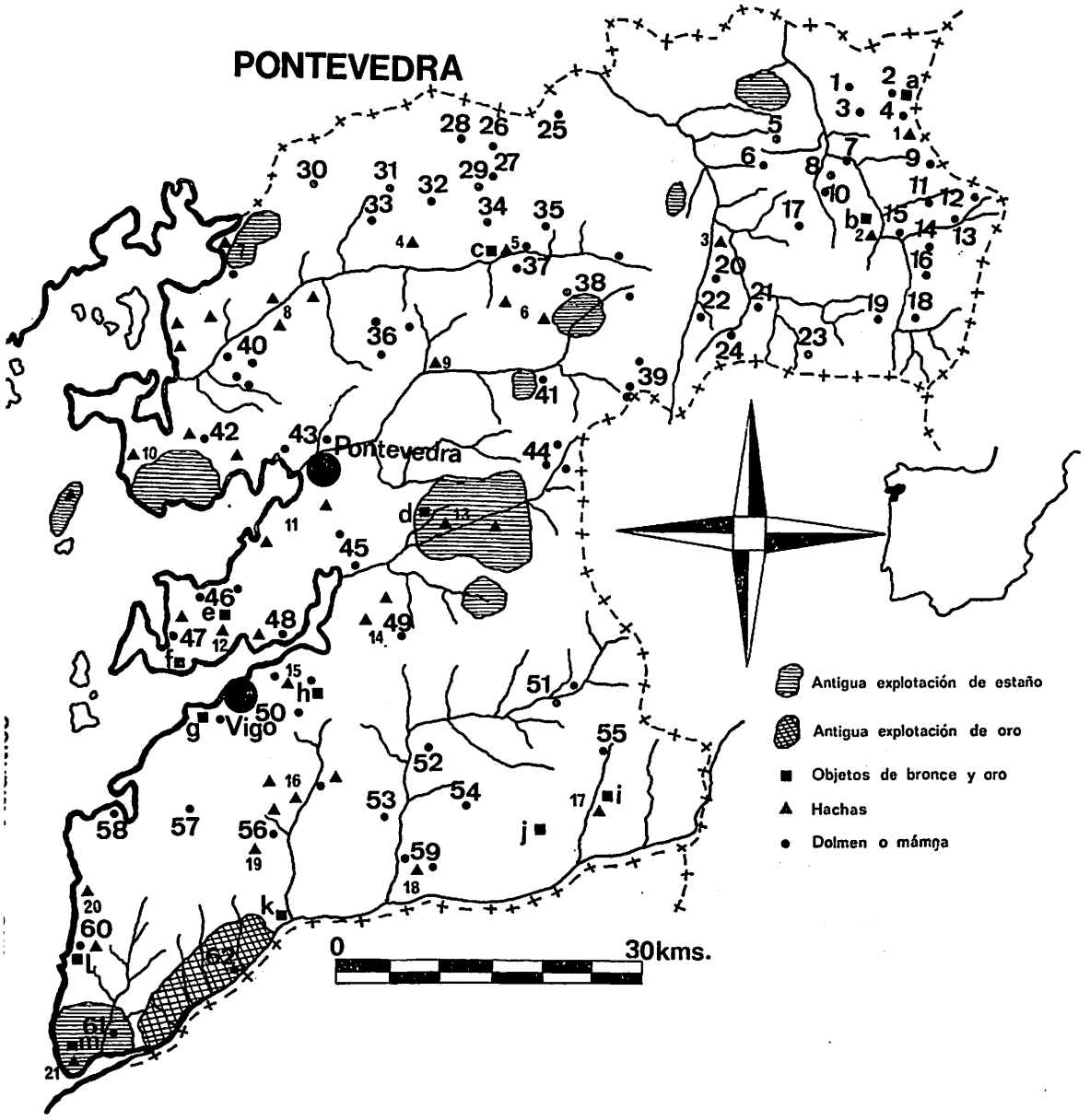

PONTEVEDRA
Pontevedra
Vigo
0
30kms.
Antigua explotación de estaño
Antigua explotación de oro
Objetos de bronce y oro
Hachas
Dolmen o mámoa

Lámina 4

4. Celanova.
5. Arcos.
6. Laguna de Antela.
7. Villar de Santos (Comarca de Ginzo).
8. La Sainza (junto al Río Limia). Comarca de Ginzo. Grupo I.
9. La Sainza. Grupo II.
10. Rairiz de Veiga (Río Limia).
11. Sabucedo (Ginzo).
12. Bande (Río Limia).
13. Calbos (Comarca de Bande).
14. Lobera (Comarca de Bande).
15. Entrimo (Río Limia).
16. Cabaleiras (Río Limia).
17. Olelas.
18. Illa (Río Limia).
19. Mámoas de Salas (conservado en toponimia).
20. Calvos de Radín (Río Salas).
21. Calvos de Radín (Río Salas).
22. Radín. Grupo W.
23. Radín. Grupo S.
24. Tamaguelos. (Comarca de Verín).
25. Fraira (C. de Verín.
26. Progo (C. de Verín).
27. Villaverdós (C. de Verín.
28. Laza (Río Camba).
29. Barbadanes.
30. Gomesende.
31. Paderne.
32. Carballeda (C. de el Barco).
33. Bembribe (Río Camba).
34. Chadreja de Queija (Río Navea).
35. Asadur.
36. Piedrafita.
37. Villar del Barrio.
38. Lucenza.
39. Paraño.
40. Abelo (Comarca de Rivadavia).

*Provincia de Pontevedra* (Lam. 4)

1. Antoño (Lalín).
2. Borrajeiro (Lalín).
3. Borrajeiro (segundo grupo).
4. Golada.

5. Galecos (Río Deza).
6. Moimento (Río Deza).
7. Cadrón (Río Arnego).
8. Moimento.
9. Ventosa (Río Arnego).
10. Goyas (Lalín).
11. Ventosa (Grupo segundo).
12. Ventosas.
13. Rodeiro (Lalín, Río Arnego).
14. Rodeiro (Grupo segundo).
15. Rodeiro (Grupo tercero).
16. Rodeiro (Grupo cuarto).
17. Lalín.
18. Alcama (Río Arnedo).
19. Albarellos.
20. San Bartolamé (Río Deza).
21. Lebozán (Río Deza).
22. Millerada (Río Deza).
23. Dozán (Río Deza).
24. Lebozán (Grupo segundo).
25. Oca.
26. Ribeiro.
27. Callobre.
28. Paradela.
29. La Estrada.
30. Catoira.
31. Valga.
32. Arcos de Furcos.
33. César (Río Umia).
34. La Estrada.
35. Nigoi (Río Umia).
36. Barro.
37. Codeseda (Río Umia).
38. Forcarey.
39. Pardesoa.
40. Meis, Rivadumia (Cambados).
41. Cercedo.
42. Meaño.
43. Poyo.
44. Cernadelo (Río Verdugo).
45. Arcada (Río Verdugo).
46. Bueu (Ría de Pontevedra).
47. Cangas (Ría de Pontevedra).
48. Domeyo (Ría de Vigo).

49. Pazos de Borbem.
50. Comarca de Vigo.
51. Piñeiro (Río Tea).
52. Puenteáreas (Río Tea).
53. Porriño.
54. Guillada.
55. La Caniza.
56. Chenlo (Río Louro).
57. Gondomar.
58. Bayona (Ría de Vigo.
59. Nievas.
60. Oya.
61. Goyán.
62. Currós.

Como puede observarse en las cartas de distribución, las mayores concentraciones de yacimientos están en las provincias de Pontevedra y La Coruña, siguiéndoles en importancia las situadas en las zonas Surorientales de la provincia de Orense y las del N. de Lugo.

El grupo de más importancia y de yacimientos más conocidos arqueológicamente es el que corresponde a la cuenca del Río Jallas, en la provincia de La Coruña, siguiéndole en importancia el grupo de la cuenca del río Deza, en Pontevedra.

Hay que señalar que todos estos yacimientos no han sido objeto, por el momento, de un trabajo de catalogación de conjunto, a excepción del que realizaron Georg y Vera Leisner en 1956[37], aunque en él solamente se incluyeron aquellos megalitos que en la actualidad se conservan completos y, los que tienen motivos pictóricos o grabados. También F. López Cuevillas hizo una localización general de los yacimientos, por zonas, aunque sin incluir muchos de los que en la actualidad tenemos noticias[38].

Hemos apuntado anteriormente que las sepulturas megalíticas gallegas tienen una proyección y una continuidad materializada en yacimientos hacia la zona occidental de la región asturiana, zona que ha sido estudiada por el Dr. Pericot[39] y de la cual menciona más de cien megalitos, con una clara tendencia a disminuir en número conforme se avanza hacia la zona oriental, donde existen dólmenes muy parecidos a los occidentales, en unión a pequeñas cistas muy semejantes a las de tipo levantino y que nos hacen pensar en una clara influencia, por una parte del núcleo pirenaico[40] y, por otra, de la zona mediterránea.

37. G. y V. Leisner: Op. Cit. Loc. Cit.
38. F. López Cuevillas: *La época megalítica en el Noroeste.* C. E. G., X, 1955, p. 5.
39. L. Pericot García: Op. Cit. Loc. Cit.
40. L. Pericot García: Op. Cit. Loc. Cit.

Sin embargo es curioso advertir que las mámoas no penetran ni en tierras leonesas ni en zamoranas, a excepción del Suroeste de esta última provincia, donde parecen haber penetrado desde la comarca de la Beira, faltando en todo el resto de su territorio esta clase de sepulturas de modo absoluto, ya que, aunque existen en Sanabria lugares que llevan el nombre de «anta», esta denominación no se refiere a los dólmenes, sino a piedras terminales o, generalmente, a grandes peñascos.

Este mismo fenómeno se da también en el Sureste de la región gallega, por lo menos en gran parte de la zona correspondiente al Barco de Valdeorras, Viana del Bollo y Puebla de Trives, donde, al parece, no se conocieron los sepulcros megalíticos y en donde la voz «anta» tiene la misma significación que en tierras de Sanabria[41].

Es muy interesante la comparación de la mayoría de estos dólmenes con los de las comarcas meridionales, ya que de ella se deduce la gran semejanza de los mismos con los de la comarca portuguesa del Miño, con los que L. Cuevillas, Bouza Brey, Pericot y otros han formado un grupo con características propias, aunque, a nuestro parecer, no muy distintas al resto, denominado «grupo gallego-miñoto».

Parece ser que los pueblos habitantes en las cercanías de la desembocadura del Tajo fueron los que, por causas que deben ser relacionadas con el comercio de los metales, establecieron en los comienzos del Eneolítico contactos mercantiles con otras zonas, entre las que hay que suponer, debido a muchas semejanzas, que se encuentra la región gallega.

Sin embargo, una de estas zonas a las que estamos haciendo mención, fue la Baja Andalucía, que introdujo allí la cerámica campaniforme[42] y, probablemente, los conocimientos metalúrgicos; y otros, que tal vez fuesen los de las costas del Norte de Africa, introdujeron tipos de objetos de piedra y hueso de origen, al parecer, egipcio, figuras zoomorfas de parecida, sino de la misma, procedencia, estatuillas de traza oriental y algo tan claramente africano como el marfil[43].

Gracias, en gran parte, a estos contactos, se desarrolla en las zonas centro y Sur de Portugal una rica cultura representada por sepulturas y por lugares de habitación en la que se encuentra una gran cantidad de materiales de incalculable valor arqueológico y de indudable interés para el estudio de esta época en el Noroeste de la Península.

41. Noticia por amabilidad del arqueólogo D. Laureano Prieto.
42. A. DEL CASTILLO YURRITA: Op. Cit. Loc. Cit.
43. P. EUGENIO GALHAY: *O castro eneolítico de Villanova de Sao Pedro e suas relaçons con o norte africano e o Mediterraneo Oriental.* Comunicaçao de la 7ª Sección del Congreso Luso-Español de 1942. Oporto.

Este núcleo portugués, del que parte su extensión hacia el Norte, penetrando en Galicia, se extiende también por las regiones salmantinas y extremeñas, continuando también en Castilla la Nueva, penetrando profundamente en Andalucía. Sin embargo, hacia el Norte, se detiene antes de llegar a los límites del Duero, pasando solamente al Norte de este río contados elementos que podemos calificar de nuevos, por considerarlos con toda evidencia, posteriores a los que constituyen la base cultural común de toda la cultura megalítica del Occidente de la Península[44].

De esta zona Meridional proceden, seguramente, una punta de flecha de la Laguna Antela, de base cóncava, otra de base recta procedente de Sabroso y que fue encontrada en una pequeña anta, lo mismo que, es posible, que procedan del mismo sitio unos cilindros encontrados en Troña y la Caeira, aunque deba hacerse constar que todo lo que apareció en la primera de estas estaciones es castreño y que el hallazgo pontevedrés de La Caeira pese a las cazoletas de una de sus bases, se le encontró sólo y sin ningún material acompañante que permita asignarle una fecha aclaratoria para nosotros. Por lo tanto todo lo que estamos analizando son solamente puntos complementarios para nuestro trabajo, sin que esto quiera decir que pretendemos hacer de ello verdad indudable.

Lo que no parece claro es que los fragmentos de vasos campaniformes que han sido encontrados en Galicia hasta el momento proceden con absoluta seguridad del valle inferior del ajo, sin incluir el fragmento de A Laborada que parece ser una pervivencia de la técnica puntillada y de algunos motivos de decoración propios de aquella cerámica aunque fruto de una etapa cronológicamente posterior a la de su origen cultural.

El gran problema que se nos plantea con el vaso campaniforme gallego es que su Grupo se ha formado a base de escasos fragmentos, muy diseminados y poco aclaratorios.

Sin embargo, lo que sí parece evidente, es que en Galicia hay un Eneolítico poco conocido, defectuosamente estudiado, pero con vaso campaniforme.

Los fragmentos gallegos se reducen a los que ya menciona A. del Castillo en su estudio general, más unos cuantos fragmentos hallados en etapas posteriores procedentes de excavaciones realizadas por el Seminario de E. G. de Santiago de Compostela.

En Puentes de García Rodríguez, en las cercanías de Vilavella, en dos mámoas bajo túmulo, se encontraron dos vasos que fueron publicados por el Dr. Pericot y, posteriormente, estudiados e incluidos en los grupos generales por A. del Castillo en su obra gene-

44. F. López Cuevillas: Op. Cit., p. 37.

ral[45] y que en la actualidad, incomprensiblemente, se encuentran en el despacho del Ilmo. Sr. Decano de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Santiago de Compostela (Fig. 1).

Los primeros hallazgos de Campaniforme en Galicia fueron: los ya mencionados de Puentes, tres fragmentos en Finisterre, otros fragmentos encontrados en las Gandaras de Budiño (Porriño, Pontevedra) un fragmento encontrado en un dolmen de Ancora, y otro en la mámoa núm. 4 de Galez (Sierra de Larcuco).

Las formas de estos dos vasos son parecidas a las del Grupo Pirenaico de A. del Castillo y a las de Portugal, con ciertas semejanzas con los vasos bretones, que no dejan de ser interesantes para el estudio de los contactos atlánticos.

Se trata de vasos de perfil duro con el cuello extrangulado y el fondo muy bajo. Un tipo que aparece en la zona pirenaica aunque con la boca más ancha éste de Puentes, pareciéndose en esto a los portugueses.

Su técnica es de puntillado y su decoración a base de zonas paralelas oblicuas en dirección alterna, al igual que los tipos pirenaicos y bretones.

En Vilamarín, cerca de Cea (Piugos), Orense, aparecieron cuatro fragmentos en una mámoa que en la actualidad se conservan en el Museo de Orense y que por su tamaño no dan una forma determinada. También pertenecen a la técnica del puntillado con una decoración en zonas paralelas rellenas de líneas oblicuas.

Otros fragmentos pertenecientes a la Colección Maciñeira, de tres vasos parecidos a los de Vilavella, tienen también técnica de puntillado en zonas paralelas rellenas de líneas oblicuas, que alternan en dirección alterna.

En el castro de Cabras, en Lalín, aparecieron fragmentos de un cuenco en una mámoa de características desconocidas, ya que se desconoce su excavación y los pormenores de su estudio y solamente tenemos la noticia, situada en la carretera de Lalín a Monforte. Este fragmento, permanece inédito y nos ha sido imposible conseguir fotografía del mismo, pero sabemos que se trata de un ejemplar del mismo tipo que los anteriores, también con técnica de puntillado y con decoración en bandas paralelas y alternas.

Otro fragmento de campaniforme apareció en un lugar cercano al anterior (Castro de Cabras) en un lugar situado en la carretera de Lalín a Chantada que, parecen pertenecer a una cazuela. También apareció en otra mámoa, de características desconocidas, y lo poco que sabemos de él es que no pertenece al llamado «estilo atlántico»[47] y que tiene un engobe negruzco.

45. A. DEL CASTILLO YURRITA. Op. Cit. p. 99.
46. P. M. ALVAREZ BLÁZQUEZ. Op. Cit. nota 27.

Hay también, en el Museo de Pontevedra, unos ejemplares procedentes de un dólmen de la Tierra de Deza, de los cuales no tenemos ninguna noticia, pero que pertenecen al llamado «estilo atlántico» y que son dos hermosos ejemplares.

El último hallazgo de cerámica campaniforme en Galicia se debe a la excavación realizada el 13 de agosto de 1970 por el Instituto Padre Sarmiento, de Santiago, dirigida por D. Fermín Bouza Brey en el lugar llamado Abelleira (Parroquia de Roufar), Ayuntamiento de Xermade, cerca de Villalba (Lugo), en un dólmen cubierto de túmulo, totalmente intacto y que, por el momento, permanece inédito. Estos fragmentos de campaniforme pertenecen al tipo de puentes de García Rodríguez, con la misma decoración y de reducido tamaño. No podemos aventurarnos a decir su forma.

Sin embargo, a pesar de todos estos hallazgos, el campaniforme gallego sigue siendo algo deficientemente estudiado, si se exceptúa el análisis de conjunto de A. del Castillo, y sigue planteando en la actualidad el problema de su origen.

Para analizar este problema hay que partir de la base de que la cultura megalítica gallega parece derivarse de la portuguesa, como anteriormente hemos apuntado, y constituye una extensión de la cultura occidental, formando lazo con la zona megalítica cantábrica y pirenaica en esta época que analizamos. Sin embargo, parece menos claro que los vasos campaniformes de Galicia sean procedentes de la zona portuguesa, a pesar de la procedencia portuguesa del megalitismo gallego.

Los vasos gallegos, con tener ciertas semejanzas con los portugueses, tienen también grandes diferencias.

Hay más semejanza en los motivos de decoración de los vasos gallegos con los vasos de la zona pirenaica[48], lo cual ha servido a A. del Castillo para apuntar la idea que él formula como pregunta[49], de que los vasos gallegos proceden del Pirineo. Es una cuestión que, por el momento, resulta difícil de afirmar por los siguientes motivos:

1. Faltan yacimientos intermedios de enlace entre la zona gallega y pirenaica.
2. Los fragmentos de vasos campaniformes encontrados en Galicia son tan escasos que no pueden ser considerados como un Grupo, tal y como los considera A. del Castillo.
3. El desconocimiento de las circunstancias de hallazgo de muchas piezas campaniformes de Galicia nos hacen ser escép-

47. A. DEL CASTILLO YURRITA: Op. Cit. en nota 5.
48. Op. Cit. en nota anterior.
49. A. DEL CASTILLO: Op. Cit. p. 101.

ticos al tratar de analizar su procedencia. Podrían no ser gallegos.

4. Los vasos gallegos son muy parecidos a los de Bretaña, en especial los procedentes de Vilavella que son exactamente iguales.

¿Es posible que el Campaniforme gallego esté más relacionado con los contactos atlánticos que con el Grupo Pirenaico? Esta es una pregunta que, si la Arqueología sigue aportando material, podrá contestarse dentro de algunos años. Por el momento lo más prudente es considerar los fragmentos de campaniforme gallegos como algo a lo que hay que atacar en el estudio y la investigación con prudencia y cautela, sino queremos caer en el error fácil de la confusión.

F. López Cuevillas[50] había apuntado la idea de hacer proceder el campaniforme gallego del círculo Sur del Duero, aunque su llegada a Galicia sería por vía marítima. Las razones que el arqueólogo gallego daba para aportar esta hipótesis es que los puñales de espigo plano tenían igual procedencia e idéntico camino, justificándose esta sospecha por la abundancia del tipo en dicho círculo de cultura, donde se acusa su presencia en grutas de Alcobaça, en la Quinta de Romeira, en las cuevas del Valle del Carvalhal en Cascaes, en Aljezor y en Ceiras, estaciones todas pertenecientes a esta zona del Duero portugués.

En las restantes regiones peninsulares esta clase de armas acompaña a la cerámica campaniforme, es cierto, aunque siguieron en uso después de la desaparición de dicha cerámica y antes de surgir la Cultura del Argar, pero para Galicia nos parece un gran desfase cronológica, ya que no corresponde en el tiempo a la pervivencia de estos tipos. Por eso se impone la revisión del estudio del campaniforme gallego y, desde luego, desechamos totalmente la tesis del Sr. López Cuevillas por las múltiples diferencias que existen entre los vasos portugueses de esta zona y los escasísimos fragmentos de los gallegos, diferencias que son, con mucho, superiores a las semejanzas.

Las mámoas gallegas, en su casi totalidad de las sepulturas tumulares, debieron tener, aunque hoy la mayor parte de ellas estén destruidas, forma de casquetes esféricos, o semi-esféricos en algunos casos. Hay otros tipos más excepcionales sobre todo los correspondientes al N. de la Provincia de La Coruña (Elviña, Vilarraso, Aranga, Porto Roibo); que son mámoas de forma alargada y algu-

50. F. López Cuevillas: *Los comienzos de la Edad de los Metales en el nordeste de la península Ibérica.* C. E. G. X. 1955, p. 21.

nas ovoides, con una concavidad pronunciada en uno de sus lados. Suelen ser estos túmulos sin cámara interior[51].

Sus tamaños suelen ser variables. Diámetros que varían de 8 a 30 metros y alturas entre 1 y 3 metros, siendo lo más normal un diámetros de 13 metros y una altura de 1'20, como término medio. Hay excepciones, como es lógico: los túmulos de Arcos de Valdevez miden 50 metros de diámetro por término medio[52] y puede que algunos sobrepasen estas medidas. El túmulo suele estar formado por tierra con abundantes piedras, aunque los hay con tierra solamente, cuidadosamente colocada en estratos apisonados, como ocurre en Porto Roibo, al N. de Portugal. Otros están rodeados por un círculo de piedras hincadas en su base, o colocadas, también en círculo, sobre la sima.

Sin embargo, las «antas» varían más de formas. Las hay poligonales, sin puerta y con puerta, con tendencia circular con corredor, y cistas megalíticas de grandes dimensiones.

Pero, generalmente, sus dimensiones no suelen ser grandes, oscilando sus medidas entre 1 × 1 y 3 × 3 metros.

En la provincia de Lugo (Parroquia de San Salvador de Césa —municipio de Sarriá—), existen tres mámoas que fueron ya dibujadas en 1906 por D. Nemesio Cobreros[53], de las cuales dos son de forma cónica, una con 18 metros de diámetro y otra de 14, siendo su altura de 8 metros la primera y de 3 metros la segunda. La tercera es de base elipsoidal y tiene 20 metros de eje mayor y 12 metros en el menor con 4 de altura.

En un documento existente en la Iglesia de Lugo redactado en el 752 se las cita con el nombre de «mamolas antiguas»[54].

Las mámoas de Lugo tienen una serie de coincidencias tipológicas con la provincia de Salamanca a las que debemos hacer mención.

En Salamanca a las mámoas se las llama «terriñuelos, tiriñuelos, turuñuelos, tarañuelos, terroñas»[55].

Las analogías entre los túmulos lucenses y las salmantinas consisten en la semejanza de los ajuares funerarios, con cuchillos de silex, hachas pulimentadas, raspadores, puntas, pulidores, cerámica de varios tipos. En Salamanca se coincide en llamar al silex «piedra de rayo», como en Galicia, aunque esto también ocurra en otras provincias. La calidad y finura de la tierra que cubre los túmulos en ambas provincias, etc.

51. L. Cuevillas: Op. Cit. p. 33.
52. F. Alves Pereira: *Un pasio archeologico no conceho dos arcos de Val-de-Vez.* O Archaeol. Port. Vol. VII, p. 143.
53. M. Vázquez Seijas: *Notas sobre túmulos lucenses.* «Zephyrus» IV. Salamanca, 1953, p. 119.
54. A. Meilan: *Historia de la provincia de Lugo.* (Edad Prehistórica). T. I, p. 49.
55. V. Seijas: Op. Cit. Loc. Cit.

César Morán opina que, por estar la provincia de Salamanca en los límites de Extremadura y Portugal, hay que suponer que los constructores de dólmenes dejasen pasar su influencia a las regiones vecinas, entrando en el territorio salmantino por el Duero.

Florentino L. Cuevillas opina que las culturas eneolíticas asentadas al N. y S. del Duero, tienen un fondo común y una idéntica tradición, diversificándose luego y siguiendo distintos caminos, uno hacia el S. y otro hacia el N., rico y progresivo el primero, estancado y pobre el segundo. El punto de partida de esta diversidad hay que situarlo poco antes, según L. Cuevillas, de la etapa que Bosch llama Eneolítico Inicial[56].

En Lugo hay una serie de yacimientos diseminados por sus zonas N W. y S W. tienen todas las características de semejanza propias del conjunto gallego, pero la semejanza con las salmantinas habría que situarla en una etapa posterior al Eneolítico, considerando a ésta como fruto de un contacto debido a la proximidad geográfica del núcleo originario.

Nos basamos para hacer esta afirmación en la evidencia de los materiales que componen los ajuares de los enterramientos lucenses más orientales, en los que abundan utensilios de bronce y otros propios de esta etapa.

Los campos de mámoas lucenses presentan una gran variedad tipológica en sus ajuares: en la de Penacabada, que fue destruida en 1932[57] se encontraron varias hachas pulimentadas, una piedra de esquisto terminada en punta y una vasija de barro que, por su descripción, parece tratarse de un tipo muy primitivo y tosco, perteneciente a una primera etapa eneolítica o a un Neolítico Final.

En la mámoa de Agraceiros de Ramie fueron halladas varias hachas pulimentadas, un cuchillo de silex y restos de cerámica lisa. En el Campo de mámoas de Guillar: puntas de flechas y restos cerámicos; en Piugos: un hacha de cuarzo, otra de lidita y media pulsera de esquisto; en San Martiño de Lanzós: la empuñadura de una espada; en Villalba: la hoja de un puñal de bronce; en Lobán: un hacha plana eneolítica de forma trapezoidal, y, además, diversos hallazgos de tipos variadísimos en mámoas de Monte de Morá, Abuime, Monte Barreiros, Castro del Rey, Cospeito, Friol, Chantada, Logonde, Puertomarín, Páramo, Parga, Trasparga, Abadín, Pastoriza, Otero del Rey, Mondoñedo, Cuesta, Samarugo, Becerreá, Alto de la Goya y las cercanías de Lugo (capital).

Hay que añadir que existe un dólmen en el lugar de Buriz, municipio de Trasparga, que es semejante a los existentes en Villalba

56. P. Bosch Gimpera: Trabalhos de la Soc. Portug. de Antrop. y Etnolg. Vol. III. Fasc. IV. Oporto, 1928, p. 147.
57. V. Seijas: Op. Cit. Loc. Cit.

y a los de Abuime en Saviñao, todos ellos semejantes a su vez a los dólmenes salmantinos de Villarzo, Zafrán, Gejuelo del Barro, Navalito y Sobradillo[58], con lo cual volvemos a incidir sobre la semejanza en los tiempos tardíos del Eneolítico entre esta zona salmantina y el S E. de la Provincia de Lugo.

La preferencia de los lugares de aglomeración de mámoas en el N. W. (concentración de mámoas o campos de mámoas), la tienen los lugares yermos de escasa vegetación, poco asequibles al cultivo agrícola (por lo general gandaras extensas, mesetas terminales de las montañas...) y es raro encontrarlas en lugares bajos o recogidos que la agricultura pudiera utilizar[59]. Si las había en las zonas llanas es algo que no llegaremos a saber completamente, ya que los trabajos de labranza se han encargado, a través del tiempo, de ir terminando con las que existieran.

La mayor parte de las mámoas contienen anta o restos de ella, con las formas típicas normalmente sencillas, a las que ya hemos hecho alusión.

Al tipo de ánta poligonal sin puerta y de pequño tamaño corresponden las de Moruela, San Cibriao, Saá. Al tipo poligonal con puerta y sin corredor pertenecen: Casota do páramo, As Motas y Dombate. Y por último al tipo poligonal con cierta tendencia a circular, con un corto corredor pertenecen los dólmenes de Argalo, Arca de Barbanza y Peña de Raposo.

Hay un tipo más: las rectangulares, aunque son escasos ejemplares, como los de Vilacampa, Recaré, Pedra de Xesta y Calvós.

Las proporciones de las ántas son, por lo general, modestas.

En la lista que se ofrece a continuación pueden apreciarse la de aquellas ántas más conocidas:

| | | |
|---|---|---|
| As Motos ... ... ... ... ... ... | 4 × 2 | m. |
| Laboreiro ... ... ... ... ... ... | 1'25 × 0'90 | m. |
| Saá ... ... ... ... ... ... ... ... | 2'70 × 0'90 | m. |
| Núm. 3 de San Cibriao ... | 1'75 × 1'40 | m. |
| Dombate ... ... ... ... ... ... | 4 × 2'50 | m. |
| Casiña da Moura... ... ... ... | 3 × 2'50 | m. |
| Casota do Paramo ... ... ... | 4'60 × 3'20 | m. |
| Argalo ... ... ... ... ... ... ... | 4 × 3 | m. |
| A Xeitos o Bretal... ... ... ... | 3'50 × 2 | m. |
| Arca de Barzanza... ... ... ... | 4'50 × 3 | m. |

58. A. Calache: *Dos hachas de bronce halladas en Fuentalienta (Salamanca)*, Zephyrus, IV, Salamanca, 1953, p. 517.

59. F. López Cuevillas y F. Bouza Brey: *La civilización neo-neolítica gallega*. A. E. Arte y Arq. T. VII, 1931, p. 41.

El mayor conocido en Galicia, hasta el momento, es el llamado Arca de Barbanza, que, medido cámara y corredor, no pasa de 8 m.

A veces, a pesar de lo anteriormente dicho sobre el emplazamiento de estos yacimientos arqueológicos, ocurre que se descubre una mámoa aislada en un lugar inverosímil, como ocurrió con la mámoa de Fraga do Vello, en Araga, Prov. de la La Coruña[60], descubierta en 1944 sobre una loma rocosa y llena de vegetación, de difícil acceso. Se trata de un lugar poco apropiado para la ubicación de una mámoa. Solo existe en el lugar una sola mámoa de planta oval, terminando en pico casi en un extremo del eje superior. Fue construida con lajas de granito, colocadas de plano unas sobre otras, formando capas sucesivas en disminución hacia la cúsuide del montículo. Sus dimensiones son: 20 m. eje mayor y 11 el menor.

Es un tipo de túmulo poco frecuente, con envoltura pedregosa, de los que ya se conocían algunos en Galicia[61] hace muchos años, pero en los que no aparecieron materiales.

Pero este tipo extraño de túmulo, difícil de fechar y enmarcar cronológicamente, hay que pensar en situarlo en una época muy avanzada de la Edad del Bronce, ya que su forma y estructura apunta hacia una evolución de perfeccionamiento de los tipos usuales en los primeros momentos de los tiempos metalúrgicos.

La realidad es que muchas mámoas actuales pueden pertenecer ya a la Edad del Hierro, siendo una continuación del uso de las mismas durante casi toda la etapa del Bronce. En algunas han aparecido collares de oro que J. M.ª Luengo calificó de «célticos»[62] y puede que en muchos que han sido destruidas y profanadas por los buscadores de oro, como el campo de mámoas de San Victorio-Cambas (Sierra de Loba) con trece mámoas violadas todas ellas, contuvieran más materiales aúreos e incluso de hierro.

Se dá también el caso curioso de que en muchos campos de mámoas, o muy cerca de ellos, (el anteriormente citado: Corceda, Ventosa, Asadur... etc.) existe, desde muy antiguo, una ermita que nos puede hablar de la pervivencia de un culto que santifica el lugar, tal y como puede ocurir en Cogull (Lérida) con el voto de un romano en inscripción latina sobre un panel de pinturas de tipo levantino del Meso-Neolítico mediterráneo[63].

No sólo en este aspecto hay que pensar en la pervivencia cultural del Eneolítico, sino que hay que prolongar su trayectoria en el Noroeste hasta etapas muy avanzadas, debido al retraso de unas

60. J. M.ª Luengo Martínez: *Exploración de mamoas en Araca y Cambas.* (La Coruña), C. E. G., 1952, p. 187.
61. Luengo: Op. Cit. Loc. Cit.
62. Luengo: p. 55.
63. La inscripción se refiere a un latino llamado Secundio, que realizó un voto en Cogull.

zonas de relación, con otras, motivando posiblemente por la cercanía geográfica con el núcleo originario portugués o por el aflujo cultural del Atlántico.

El Dólmen de A Barrosa (Ancora), que por los lugareños es llamado «Lapa dos Mouros» siguiendo esa hispánica tradición popudar de atribuir todo lo antiguo a «los moros», ha sido excavado en varias ocasiones: la primera y de forma parcial, por Martins Sarmiento, y posteriormente por L. Monteagudo[64] y ha sido fechado en tiempos del Bronce I Atlántico, hacia 2.000-1.700 a. de J. C. es decir: en lo que nosotros llamamos Bronce Proto-Atlántico o Bronce I y II.

Este dólmen, de planta poligonal y de corredor corto, se asemeja en todos los conceptos a los de Argalo y Dombate, también en la misma provincia, éste último cercano al castro de Borneiro.

El ajuar hallado consistió en: un raspador microlítico discoidal de silex traslúcido que es un ejemplar único en el Bronce gallego-portugués; un cuchillo de silex de seccción trapezoidal, de cuarzo traslúcido con bulbo de percusión y sin retoque; un hacha pequeña de sección rectangular de diorita, con filo en el corte; cuatro puntas de flecha deltoidales, de pizarra dura, que muy bien pueden ser representantes de cuatro de los seis o siete tipos en los que se pueden sistematizar las gallego-portuguesas. Una de ellas medía 3 cm. de largo y tenía aletas.

También apareció el esbozo de otra punta de flecha, de silex melado, moteado en negro.

Realmente se trata de un ajuar bastante normal en cualquier yacimiento de inicios de la Edad del Bronce, si cambiamos la materia base de que están hechas las cuatro primeras puntas. Pero opinamos que sería conveniente la revisión de este yacimiento, ya que nos parece excesivamente baja la fecha propuesta por L. Monteagudo que, en nuestra opinión, prolonga demasiado en su duración tipos que más bien son propios de una etapa avanzada del Eneolítico gallego.

Lo que nos inclina a sospechar esto es la ausencia absoluta de metal. Hace ya muchos años dijo Hubert Schmidt[65] que «en los hallazgos de los dólmenes de la Península Ibérica se distinguían por la forma y por el contenido de los sepulcros entre grupos antiguos y grupos modernos. De todos modos, al final de todo el período pertenecen los hallazgos acompañados de objetos de metal: armas, utensilios y adornos de cobre y también a veces algo de oro» (...).

64. L. Monteagudo: *Nuevas excavaciones en el dolmen de a barrosa (Ancora)*, A. E. A., XXV, 1952, p. 111.

65. H. Schmidt: *Estudios acerca de los principios de la edad de los metales en España.* J. A. E. J. C., Madrid, 1915. Traducción de P. Bosch Gimpera, p. 37.

«Al mismo tiempo la industria de la piedra alcanza su más alto florecimiento con instrumentos de silex extraordinariamente bien trabajados y con el mejor pulimento de los útiles de piedra».

Con todas las correcciones oportunas al conjunto del trabajo del insigne H. Schmidt, la tesis mantenida en estas líneas nos parece válida, con algunas excepciones, para el conjunto cultural del Noroeste peninsular.

En el dólmen de A Barrosa ni apareció metal, sólo una pieza de silex, ni cerámica, y ni siquiera las puntas de pizarra dura presentaban ese aspecto de perfección que, contando con el retraso cultural gallego en el período que tratamos, las podrían hacer propias de una etapa tan avanzada del Bronce Atlántico. Pero no siempre tenemos la suerte de encontrar yacimientos de este tipo, con un ajuar ta n interesante. Hay ocasiones en las que un campo de mámoas ofrece un aspecto arqueológicamente desolador, como el de Galez.

En Galez, junto al río Lovioa, cerca de la sierra de Larouco, se encontraron, en un campo de mámoas, cuatro de ellas, cercanas a la Iglesia de San Fiz[66].

La mámoa número 1, que dio 16 m. de diámetro y que presentó aspecto de estar removida en su interior en el que pudo haber una cámara dolménica ya que aún había dos soportes derribados, no dio nada en ajuar funerario, salvo una capa de cenizas.

La mámoa número 2, situada a 38 m. de la anterior, tenía 12 metros de diámetro y resultó también arqueológicamente estéril; no ocurrió así con la número 3, que aún conservaba dos soportes de cámara hincados en el suelo, que dio dos fragmentos cerámicos a mano, muy pequeños, sin forma concreta por su reducido tamaño, entre carbones y cenizas. La número 4 también resultó arqueológicamente estéril.

El otro grupo de mámoas, a unos 400 m. de la iglesia mencionada, dio en su mámoa número 2 un fragmento de cerámica campaniforme con 13 líneas angulares paralelas a una zona de 11 líneas incisas.

Las cámaras pertenecían al tipo poligonal del tamaño más corriente en Galicia. No tenían ningún corredor. El lugar de situación era llano y alto, muy corriente en Galicia, al igual que las mámoas de Monte Melide, Valle de Barbantiño, Monte Penide..., etc.

Topográficamente parecen estar relacionadas con las mámoas de la Sierra de Laboreiro, Monte de las Motas, Veiga de Santa Comba. El enlace entre éstos puede ser el grupo de Arcos de Valdévez.

66. F. López Cuevillas y L. Fernández: *Dos necrópolis dolménicas*, C. E. G., T. XIII, 41, 1958.

El fragmento de campaniforme, según la descripción, parece estar emparentado con los vasos de Puentes y los de Vilavella.

De muchos de estos yacimientos conocidos ya no queda rastro, debido a la utilización de sus piedras por los lugareños. Se da el caso de que en el Monte Corzan[67], a 11 km. de la villa de Negreira, existía un grupo megalítico que ya había citado Murgía en su Historia de Galicia[68] situado en el km. 10 de la carretera de Negreira a Jallas, que bordea al Río Tambre por su orilla N. En ese lugar existieron 11 mámoas, todas ellas profanadas. Hoy sólo queda la llamada «Mina da Mámoa», cerca de la carretera. Tiene una cámara poligonal, de tendencia alargada a 2 × 3 m. y tal vez un corredor, del que ya no queda nada hoy.

Los soportes que se encuentran allí tumbados miden 2'50 y 2'70 metros de altura y hay un pequeño pavimento de piedras pequeñas.

La mámoa estaba formada por tierrra vegetal.

La otra mámoa de la que habla Murgía es la llamada «de Espiñaredo» (mámoa número 10) que era la mayor de todas, con un diámetro de 30 m. y una altura de 4'50 m. En tiempos de Murgía tenía 8 soportes. Hoy sólo conserva dos, desmoronados por el suelo.

Lo que no hemos visto en el lugar es el «curioso círculo de piedra» al que hace mención el autor gallego. Y es interesante comprobar que el «círculo» de Murgía es mencionado por Manuel de Saralegui como «... habitaciones simuladas para pueril entretenimiento de los niños»[69], graciosa apreciación que no deja de ser interesante. Sin embargo, el propio Murgía hace la descripción completa del círculo lítico[70], al cual supone como «sencillísimo monumento del sagrado Monte Gorzán, dentro del cual tuviesen lugar los misterios del druidismo», supuesta religión de los moradores antiguos de la zona.

No es ésta la única referencia que tenemos de los supuestos «cromlech» galaicos. El propio Sr. Saralegui[71] nos habla de varios existentes en Puentes de García Rodríguez, descubiertos ya por F. Maciñeira, otro en Corme, cerca de Lage, en la ría del mismo nombre, en un islote denominado «A Estella» (o A Ermida) que está en la zona S E. de la ensenada de Corme.

Nada tenemos que decir al respecto. Conocemos detalladamente la zona a la que se refiere el Sr . Saralegui, puesto que allí hemos nacido, y no hemos encontrado ni rastro del supuesto cromlech de Corme. Igualmente desconocemos el de Puentes. Por lo

67. R. Sobrino: *Megalitos del monte Corzan.* Zephyrus, IV. Salamanca, 1953, p. 177.
68. En la p. 631.
69. M. de Saralegui y Melina: *Los monumentos megalíticos de España.* Madrid, 1918, p. 66.
70. Nota de Saralegui en *p.* pl.
71. Saralegui, p. 62.

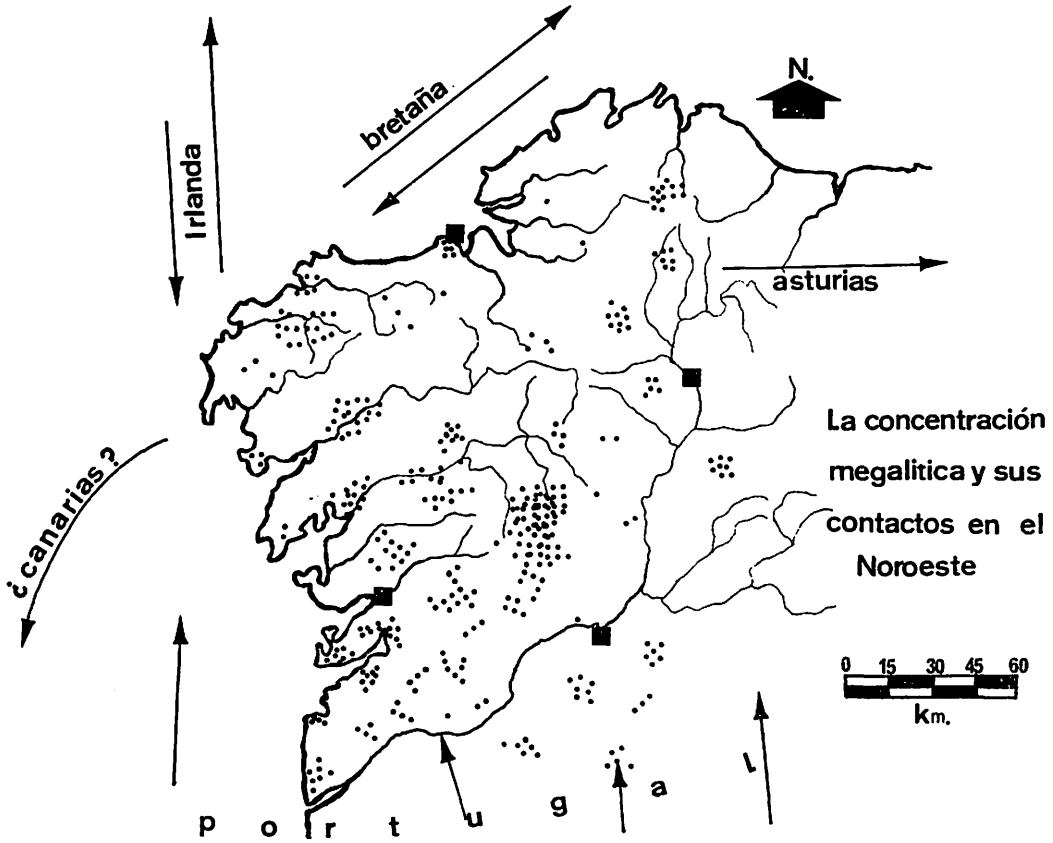

N.
bretaña
Irlanda
asturias
¿canarias?
La concentración megalitica y sus contactos en el Noroeste
0 15 30 45 60
km.
p o r t u g a l

Lámina 5

tanto no podemos opinar de ninguno de ellos, aunque referimos las noticias que la bibliografía nos ha proporcionado.

La distribución, concentración y estructura de las mámoas gallegas nos hacen pensar, además de en su utilidad práctica, supuesta como enterramientos con su correspondiente ajuar funerario, en la motivación que indujo a su construcción (Lám. 5).

No nos referimos ya solamente al megalitismo gallego, sino al conjunto megalítico peninsular.

No es la primera vez que este problema, planteado desde el inicio del conocimiento de la cultura megalítica, se ha presentado ante nosotros. Ante la presencia de todas las manifestaciones físicas del megalitismo proto-histórico en Occidente, se impone el intento de comprender y entender el porqué de su origen. La expresión «cultura megalítica» o «civilización megalítica», encierra en sí un contenido mucho más amplio que el que cabría juzgar por la mera traducción etimológica de tales expresiones, porque está claro que ello implica y trae consigo una configuración cultural que, además de utilizar grandes piedras, lastras, losas y ortóstatos para sus monumentos funerarios (ya sean éstos mensulas, antas, mámoas, dólmenes, cistas o tholos, incluso construcciones más complejas que llegan hasta los sepulcros de corredor, de galería o mixtos, implica, además, una constelación cultural basada en un sistema de creencias y ritos ligados, tal vez, a un sentido espiritual de la vida y a una concepción de la ultratumba que puede llegar a ser móvil de acción, «leif motiv» inspirador de esos monumentos funerarios a los que, confusamente, hemos llamado «cultura megalítica»[72].

Esta ideología puede haber nacido, según J. M. Gómez Tabanera[73], en Oriente, y llegar a Occidente por la vía caucasiana»... El grupo megalítico occidental (Península Ibérica, Francia, Cerdeña y Europa Septentrional) sólo tiene conexión cultural con determinados núcleos del Cáucaso y Próximo Oriente, troqueladores de particulares ideales de ultratumba y difusores de determinadas conquistas económicas) (...) (Dólmenes y antas de Occidente, particularmente del mundo peninsular y atlántico, tienen dependencia genética con el ámbito caucásico, que ha potenciado e inspirado determinadas construcciones en piedra y madera, del Egeo protohistórico y del Bronce mediterráneo, a través del Ponto y del ámbito transcaucásico y anatólico, hasta el litoral sirio-palestino. En el Próximo Oriente la sistematización de determinada mística megalítica tardía, es decir, en épocas históricas dará lugar a la más temprana elaboración órfica, con la leyenda de la nave solar «Argos»

72. A. Arribas: *Megalitismo peninsular.* I. Symposium de P. P. Ibérica, 1960, p. 71. «...en principio el término megalito debe desterrarse» (X. C. A. N.).
73. M. Gómez Taberna: Op. Cit., p. 195.

y con los Argonautas colonizadores de la Cólquida, leyenda popular a la que desvirtuarán múltiples aditamentos cultos[74].

Así, pues, tenemos ante nosotros la idea de no dejar marginado el megalitismo caucasiano, a la hora de justificar las creencias religiosas, o la elaboración de cualquier teoría orgánica sobre los orígenes próximo-orientales del megalitismo peninsular.

Claro que, para afirmar esta procedencia por vía caucasiana, hay primero que confirmar la de los contactos atlánticos en una etapa muy anterior a la de la formación de la cultura megalítica peninsular y, por añadidura, gallega. Es lógico pensar que, si el núcleo originario del megalitismo gallego es Portugal, como así parece ser, los constructores megalíticos portugueses debieron conocer la técnica de la navegación marítima a larga distancia desde los tiempos iniciales del Neolítico; si no, no se comprende ese alarde.

La misma hazaña náutica, pero mucho antes en el tiempo, debieron realizar las gentes ribereñas que, desde algún lugar del Próximo Oriente asumieron la tarea de «colonizar» el Mediterráneo occidental y las costas atlánticas de la Península Ibérica, desde donde sus seguidores —los mismos que enseñarían las técnicas de navegación a los futuros marinos tartessios y se dedicaron con ellos al comercio del estaño— continuaron la «evangelización cultural megalítica» y difundieron las nuevas técnicas por rutas atlánticas: Península armoricana, Galicia, Islas Británicas..., tarea que hay que considerar como una verdadera hazaña digna del mayor respeto.

Es corriente, al hablar del Eneolítico del N. W. peninsular, olvidar un tipo de enterramiento que, sin ser tumular cae cronológicamente dentro del esquema diseñado para esta etapa, por la semejanza de sus ajuares, por la identidad de los materiales que componen esos ajuares con los procedentes de mámoas o dólmenes excavados y conocidos perfectamente.

Nos referimos a unos enterramientos, poco frecuentes, es verdad, en general, que consisten en un simple pozo abierto en la tierra, con su boca estrecha que, a medida que profundiza, se ensancha, formando una gran bolsa de contención, perfectamente acondicionada para recibir un cadáver con su correspondiente ajuar. Normalmente, la boca está taponada por una laja pétrea, de forma irregular, casi siempre recogida de cantera y, excepcionalmente, retocada. Este tipo de sepultura no tumular, al que hay que buscar su origen en los comienzos del Eneolítico, guardan una relación directa, si nos fijamos en sus ajuares, con el megalitismo del N. y centro de Portugal, pero con ciertas semejanzas también con ciertas modas neolíticas, de las cuales parecen recoger una herencia directa.

74. M. Gómez Taberna: Op. Cit., p. 195.

Son relativamente, frecuentes en el Norte de Portugal, habiéndose excavado algunas en el Concejo trasmontano de Vinháis[75] de las que se consiguieron pequeños fragmentos de huesos humanos —las sepulturas presentaron aspecto de haber sido profanadas en tiempos muy anteriores— y una hachas pulimentadas de sección casi rectangular, con el filo muy cortante.

Además, hay otra forma, menos frecuente que la anterior, consistente en unos pozos colocados en fila, de forma semiovoide, de medidas que oscilan entre 1'5 y 2 m. de diámetro máximo, excavados hasta una profundidad de 1 m. aproximadamente, en un nivel de tierra vegetal, y en la capa subyacente de granito descompuesto, que en Galicia se llama «sabrego», «saibro» y «salón».

En el Coto de la Laborada, cerca de la villa de Calvos de Radín, al Norte, en la provincia de Orense, se encontraron cuatro de estas sepulturas[76] que dieron de ajuar sólo piezas cerámicas. La sepultura n.º 1 dio dos vasijas de boca estrecha y borde recto, de cuello alto y panza globular con el fondo curvo, decorada en zonas horizontales del cuello y panza con dos filas de triángulos en posición opuesta y alternante, entre los cuales hay unas líneas paralelas a los lados de los triángulos contiguos. Son vasijas de paredes bien pulimentadas, de alma de color pardo y no muy gruesa.

Otra de las sepulturas mencionadas, la n.º 2, contenía una vasija en forma de cuenco ovoide, de fondo curvilíneo con dos asas insertadas bajo el borde, que era de vuelta plana. En la parte inferior del borde hay una decoración hecha por medio de una serie de incisiones anchas, dispuestas de tal modo que se asemejan a las que llaman «hojas de acacia», impresas con poca profundidad, es decir con incisiones leves.

También salieron vasijas lisas, de formas parecidas a las anteriores y restos abundantes de cenizas.

Estas piezas, tipológicamente, parecen pertenecer al Eneolítico, en su período inicial, debido a su semejanza con la cerámica hallada en la mámoa n.º 2 del Monte Esqueva, en Carballino y a las de la mámoa n.º 3 de Jendive, en Bordorás (Orense), cerámica del mismo tipo y semejantes formas a las anteriores, que aparecieron acompañadas de tres hachas pulimentadas[77].

Sin embargo, parece indudable el entronque que estos enterramientos tienen con los últimos tiempos del Neolítico, ya que a este período corresponden también una serie de piezas muy semejantes, sobre todo hachas pulimentadas de fibrolita, que se encuen-

75. A. Sousa Maia: *A necropole de Canidello (terra de Maia)*, Portugalia, Vol. II. Fasc. IV, p. 127.
76. F. López Cuevillas: Op. Cit., p. 50.
77. G. López Alonso: *Las sepulturas no tumulares de Xebdive.* Rev. «Noroeste», núm. 17, p. 13.

tran repartidas por los museos de las cuatro provincias gallegas, así como en la Facultad de Filosofía y Letras de Santiago y en el Seminario de Estudios Gallegos, sin contar con el incontrolado número de piezas que obran en manos particulares. La gran variedad de formas y tamaños que en este conjunto se aprecia, parece indicar con claridad los diversos usos, unos utilitarios y otros simplemente suntuarios y votivos, que el hombre dio a tales instrumentos..

La piedra comúnmente empleada es pizarrosa, pero no escasean las delicadas piezas de fibolita, serpentina y silex —muy pocas— donde el pulimento adquiere extraordinaria perfección.

Es más, muchas de estas creaciones propias del período Neolítico, tienen una pervivencia muy larga, porque aparecen ya en tiempos históricos, en plena cultura castreña, como más adelante veremos.

Sin embargo, no podemos hablar en nuestro N. W. peninsular, de nada que nos evidencie la presencia de poblados o lugares de habitación colectivos pertenecientes a esta época Eneolítica, como ocurre, por ejemplo, en las estaciones portuguesas de Rotura, Pragança, Vilanova de San Pedro y el castro eneolítico de Zambujal en Torres Vedras, tan extraordinariamente excavado por H. Schubart[78], en el que aparecieron enormes y magníficos lienzos de murallas, un complejo defensivo avanzadísimo y unas piezas arqueológicas excepcionales, entre las que se encuentran ejemplares de vaso campaniforme, ratificado todo por el análisis radiocarbónico[79].

Lo más cercano al N. W. Gallego pudo ser el poblado que, tal vez existiese en el monte A Penha (Sierra Catarina) Guimaraes, Portugal, sin que por el momento exista nada semejante en territorio gallego, a no ser los restos de habitaciones que se pueden señalar por unas cuantas cerámicas y escasísimos objetos de otro tipo, recogidos normalmente, en zona abiertas, sin restos de construcción artificial, en zonas normalmente montañosas, posibles refugios naturales de los habitantes de aquella época.

Es posible, con muchas reservas, que uno de estos lugares de habitación estuviese situado en Gayán, cerca del castro de la Atalaya, a orillas del río Miño, donde han aparecido algunos ejemplares de hachas pulimentadas de pórfiro cuarcifero de color blanco veteado en amarillo y escasos fragmentos de cerámica semejante a la de A Penha junto a otros fragmentos lisos y algún silex sin trabajar[80]. Pero, realmente, no hay rastro de nada que se asemeje a

78. H. SCHUBART: *O castro eneolítico de Zambujal.* Loc. Cit.
79. Trabajos de las excavaciones empezados el 31 de agosto de 1964. Director H. SCHUBART. H Sangmeister y W. Hueberner.
80. F. FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ: *Notas prehistórico-arqueológicas del suroeste de Galicia.* C. E. G., 46, p. 249.

construcción artificial que nos hable de poblado Eneolítico, y mu cho menos, de la categoría de Zambujal o Vilanova de San Pedro.

## III. LA CULTURA DE LA EDAD DEL BRONCE EN GALICIA

Parece evidente, después de haber analizado los momentos del Eneolítico en el Noroeste de la Península Ibérica, que los comienzos de las actividades metalúrgicas en esta región aparecen con un carácter esencialmente distinto al de los mismos momentos en el resto peninsular, aparte de la cultura argárica de Portugal y Andalucía, como afirma acertadamente el profesor P. Bosch Gimpera[81], que estudia estas características un poco al margen del contexto general del Bronce del Noroeste. Más adelante veremos este punto con base en los muchos hallazgos gallegos pertenecientes al Museo de Orense, con filiación argárica.

Posiblemente lo que más impresiona al comenzar este estudio, sea el gran contraste existente en esta etapa de los comienzos de la Edad del Bronce entre el N. W. gallego y la zona mediterránea de la Península Ibérica, contraste que se incrementa en el momento que analizamos las zonas de proyección de ambas regiones y comprobamos cómo el Noroeste tiene una trayectoria esencialmente atlántica con pocos y excepcionales nexos de unión con la zona mediterránea, aunque algunos autores de la vieja escuela[82] y otros más cercanos en el tiempo[83] como Peter Harbison, encuentren analogías culturales en muchos aspectos.

Los primeros momentos de la Edad del Bronce, a los que nosotros denominamos Bronce I, es para E. MacWhite y M. Santa-Olalla el Bronce II, puesto que el período al que estos investigadores denominan Bronce I es para nosotros el período Eneolítico, etapa que mezcla sus aportaciones culturales con el inicio cronológico de la Edad del Bronce en sus primeras etapas, en las que observamos unas claras supervivencias, representadas en el arte rupestre, por una parte, que se encontraba ya en el Eneolítico en las losas de los sepulcros megalíticos y que en los primeros momentos del Bronce evoluciona hasta ofrecernos las múltiples insculturas (graburas) gallegas; y por otro lado, la previvencia de muchos tipos, sobre todo utensillos de cobre, que siguen siendo frecuentes en las estaciones del Bronce Inicial. Estas supervivencias eneolíticas las segui-

81. P. Bosch Gimpera: *La edad del bronce en la península Ibérica.* A. E. A. Vol. XXVII, 1954, pág. 56.
82. E. Alvarez Carballido: *Protohistoria.* B. R. A. G. año I, núm. 1, 1906.
83. P. Harbisón: *Mediterranean and atlantic elements in the early bronze age of northern Portugal and Galicia.* Madrider Mitteilungen 8, 1967, p. 100.

mos encontrando hasta los tiempos del Bronce Proto-Atlántico, coexistiendo con ciertas influencias argáricas y otras procedentes de Europa Occidental[84].

Ya sabemos que en pleno Eneolítico nos habíamos encontrado con la aparición de los primeros objetos de cobre y con cerámica decorada con motivos muy peculiares que, con ciertas variantes, sigue apareciendo durante el primer período del Bronce. Sin embargo, los primeros momentos de este período en el Noroeste reciben también las influencias de diferentes zonas de la Península. La espada de Forcas, del Museo de Orense, parece tener ciertos paralelismos e influencias del Sur peninsular, así como los ejemplares de Santa Eulalia (en Mera o Meira, Pontevedra) y la espada de Bartolomeu do Mar, del Seminario de Estudios Gallegos de Santiago, procedente de Braga, Portugal. Estos ejemplares tienen muchos elementos en común con la cultura del Argar e incluso no falta quien apunte la posibilidad de su procedencia sureña[85], lo mismo que las hachas lisas que se conocen por el nombre de «tipo Cabrales», por aparecer con más frecuencia en Cabrales (Oviedo), como ejemplar tipo.

Hay otros hallazgos de este tipo en Orense, así como en la región de Minho, Lugo, Oviedo, zona del litoral del Douro portugués... etc.

Es posible que exista cierta semejanza entre las hachas del Bronce inicial y las aparecidas en Vilanova de San Pedro y Caldela.

Ya D. F. López Cuevillas[86] publicó en 1925 los objetos argáricos del Museo de Orense, aunque incluyendo, dentro de los tipos argáricos, los objetos encontrados en Roufeiro (Nocelo da Pena —Sarreaus—) que consisten en: dos hachas planas de filo curvo, tendiendo a trapezoidal; un punzón cónico, una hoja de alabarda y seis hojas de puñal de dimensiones que oscilan entre los 8 y 17 cm., así como algunos pequeños objetos, no muy bien descritos por el autor del trabajo.

Estos hallazgos de Roufeiro que L. Cuevillas señala como argáricos, no lo son. Entre otras opiniones que confirman el error del arqueólogo gallego están las de H. Schubart, que no considera los tipos como propios de la cultura argárica, y la de P. Harbison, que también niega la filiación argárica de los objetos del Museo de Orense[87].

La filiación que L. Cuevillas dá a los objetos de Roufeiro la justifica con unos supuestos paralelismos tipológicos entre ellos y

84. Bosch: Op. Cit., p. 56.
85. P. Harbisón: Op. Cit. Loc. Cit.
86. *Objetos argáricos del museo de Orense.* B. R. A. G. Año XX, núm. 173, p. 97, La Coruña, 1955.
87. Nota citada en 3.

el material de cobre y bronce hallados en los poblados y necrópolis de Almería, pertenecientes a los momentos iniciales de la Edad del Bronce, basándose en Bosch Gimpera[88] y en su foco portugués procedente de Almería, del que L. Cuevillas hace proceder los objetos de Roufeiro.

Sin embargo la semejanza entre los objetos de Roufeiro y los de Almería es muy relativa, y la influencia argárica en el Norte de la Península Ibérica solamente queda clara en la zona cantábrica, ya que Portugal y Galicia constituyen un caso aparte por sus peculiares características.

Al mismo tiempo que el mundo argárico se extiende por la Península, en Portugal y Galicia surge una cultura caracterizada por los tipos de orfebrería, que perdurará hasta muy avanzada la Edad del Bronce.

Esta orfebrería se explica, sobre todo, por la abundancia de metales en el territorio del Noroeste peninsular.

Los yacimientos más conocidos son los de la Quinta de Agua Branca, en Santa María de Lobelhe, donde apareció una diadema de oro decorada simétricamente con tipos geométricos, junto a anillos también de oro.

Sin duda, parte de los viejos poblados que se habían levantado en Portugal durante los tiempos del Eneolítico, siguieron ocupados por los orfebres de esta variante atlántica de la cultura peninsular.

Pueden agruparse en esta época, por los tipos avanzados que muestran, algunos grabados de hachas de filo semilunar y espadas en losas sepulcrares, como los hallazgos de Mombeja, Beringel, Santa Vitoria —en una sepultura que contenía un vaso de tipo argárico— en Beja, Defesa en Caem, Panoias en Ourique, Pereiras en San Bartolomé de Serra, en la que la espada va unida a una especie de cinturón y además se extrajo una alabarda de mango bastante largo.

Son de difícil datación, pero pueden se colocados aquí, los macizos anillos de oro, con decoración geométrica, encontrados en Evora y Penella, así como el collar de oro de Cintra, formado por tres anillos, con una especie de pequeñas campanillas en los extremos, así como la lúnula de oro y los discos de Cabeceiras de Bastos, del N. de Portugal.

Todos estos hallazgos, además de otros que en la actualidad figuran en colecciones particulares ó, lo que es peor, en manos de traficantes de antigüedades, sólo hacen que demostrar la extraordinaria riqueza de este metal que poseía el Noroeste de la Península Ibérica en estos tiempos a los que hacemos mención.

88. P. Bosch Gimpera: *La arqueología prerromana hispánica.* Apéndice a «Hispania», de A. Schulten. Brona, 1902, 167.

Parece conveniente, a nuestro modo de ver, el no aceptar la procedencia argárica del hallazgo de Roufeiro y, al mismo tiempo, considerar el núcleo argárico portugués del que habla B. Gimpera con cierto escepticismo, en espera de hallazgos que lo documenten más.

Hay que afirmar que Bosch, después de 1902, no volvió a mencionar el núcleo del Norte de Portugal y redujo esa influencia a la zona Sur, con una ramificación muy dudosa que no sube más allá de la línea de Oporto, con el yacimiento de Quinta da Agua Branca[89].

Las hachas de tipo Barcelós recuerdan mucho a las de tipo Bujões. La mayor concentración de estas hachas están en un área entre el Duero y el Miño, pero tampoco es aceptable comparar estas hachas con las de Porcieu-Amblagnieu (Isére), por variar entre ambos tipos la materia y la forma considerablemente. Lo que sí sería posible es la asociación de ciertos hallazgos de esta etapa con el vaso campaniforme, aunque tropezamos con el inconveniente de que esta cerámica no es muy frecuente en el área gallega. Sin embargo, podría asociarse a las puntas del tipo Palmella de Vilavella (Lalín). En Portugal la gran necrópolis de Alcalar es muy semejante a la de Los Millares por sus tipos constructivos[90] tanto en planta como en alzado , mientras que Alapraia y Carenque parecen ser tipos más cercanos al modelo de Alcaide. Los sepulcros de corredor de cámara poligonal (anta) están muy extendidos desde la zona Sur portuguesa hasta Gaalicia, donde dominan, como ya hemos visto, los tipos de dólmenes sin corredor y las cistas y cámaras rectangulares.

Esta distribución, que en parte se explica por el doble carácter comercial y religioso, se caracterizó por su rapidez y es posible que desde los contactos portugueses se extendiese por vía atlántica a Bretaña, Islas Británicas, y hasta las costas del Mar del Norte. Las fechas de esta expansión nos ponen en contacto con el origen, significado y expansión del vaso campaniforme, por lo que aumentan las dificultades de conectar el hallazgo de Roufeiro, descartado su argarismo, con este tipo cerámico tan escaso en Galicia y tan poco conocido.

E. MacWhite, al hacer mención de lo argárico, desestima en su obra general[91] la influencia que el yacimiento de El Argar pudiera haber tenido en el N. W. porque en Galicia la cultura del Eneolítico pervive evidentemente en el primer Bronce, pero muy poco influida por lo argárico. Sin embargo, hay en Portugal concretamente en Barcelós, hachas de filo extendido y con ligeros rebordes, que bien

90. A. ARRIBAS: En *Las raíces de España*, p. 85.
91. E. MACWHITE: Op. Cit.

podrían llamarse y apellidarse «argáricas». Y hay bastantes estaciones portuguesas con hachas de este tipo: Conça (Guimaraes) Avis, Monte de Chóriz, Condomar, Guimaraes, Chaves... y en España, los que ya conocemos.

Este tipo de hacha, en su representación hispana, se limita al núcleo del Noroeste, con su principal centro productor en el Noroeste portugués como ya hemos visto, y su tipo de filo es nuevo y extraño en el resto de los núcleos de la Edad del Bronce peninsular.

Su origen es muy problemático. Habría que pensar en la familia de hachas repartidas por Europa en la cultura de Aunjetitz, Wessex, Ródano..., sincrónicas en cierto modo, con el Argar. Sin embargo queda bastante oscuro el panorama francés, por lo poco que se conocen los posibles enlaces bretones.

En una mámoa situada en el Monte de Penamá (entre Allariz y Ginzo),que tenía una cámara cuya forma no ha podido ser determinada y que fue «explorada» por C. Valvis, apareció un puñal calificado de argárico por F. López Cuevillas[92], que tenía 130 mm. de longitud por 38 de ancho en la base. Su forma es alargada y estrecha, con «cresta» central y sin rebajes marginales ni filetes. Parece un tipo frecuente en el Noroeste, que tiene semejanza con dos puñales aparecidos en una mámoa de Boel (Noya) con perforaciones para clavos, de unos 120 mm. de longitud y con los ya mencionados y conocidos de Roufeiro, Guimaraes y los de la Ría de Vigo. Aunque fuese calificado también de argárico por F. L. Cuevillas, debemos repetir lo que afirmamos al hacer referencia al hallazgo de Roufeiro.

En cuanto a la posible filiación de las hachas de Penamá, supuestas de tipo Barcelós, recordamos que este tipo sólo tiene unos pocos hallazgos fuera de su núcleo original, entre ellos uno en Cartagena y cuatro en Cataluña, pero no iguales a los gallegos, sino simplemente semejantes. Se trata de otros tipos diferentes. Los únicos que pueden compararse a los del Noroeste hispánico son los procedentes de La Gironda, Vendee y Bretaña (y, tal vez, algunas irlandesas) fruto, desde luego, de los contactos marítimos entre ambas regiones.

Y en cuanto a los puñales, hay que afirmar que los más abundantes en el Noroeste en los comienzos de la Edad del Bronce son los triangulares con espigo plano y aparecen por primera vez asociados a la cerámica campaniforme en Finisterre. Podría ser que los puñales fuesen posteriores a la cerámica, pero por el momento no está comprobado[93]. Estos puñales de espigo coinciden en su localización con las puntas del tipo Palmella, que deben ser de-

92. F. López Cuevillas: *Un puñal argárico encontrado en una mamoa.* C. E. G. XXXIII, p. 299.

93. Noticias de estos hallazgos en F. L. Cuevillas: *Los comienzos*, p. 5.

terminados, cronológicamente, por los últimos vasos campaniformes y por los comienzos, en las otras zonas, de la influencia de la cultura argárica. Su aparición en el Noroeste parece ser fruto de la anterior afluencia cultural procedente de las zonas portuguesas del S. del Duero[94].

En el valle inferior del Tajo, tan abundante en cobre durante los tiempos del Eneolítico, del que se estudia ahora una posible relación con el Norte de Africa y Almería, se inició la creación de utensillos de cobre de un modo paulatino, primero mezclándose con instrumentos de piedra y, más tarde, con predominio total sobre los instrumentos líticos, desarrollándose su expansión en tres fases: 1). — el núcleo de Palmela, con campaniforme y puñales de espigo plano, muy influyente en Galicia; 2).—núcleo de Alcalar, con puñales de escotadura lateral y diademas de oro en forma de cintas y 3).—la zona del Algarve con puñales con perforación en la base de la hoja.

A partir de aquí, hay un período de «aclimatación» cultural, hasta el Bronce I, en el que mientras en el Noroeste tiene un papel pasivo, recibe la aportación portuguesa y activa la labor cultural gallega, cambiando la moda de fabricación de objetos de cobre por los de bronce (armas, sobre todo) que se evidencia por la aparición de hachas planas, que algunas son aún de cobre, con filo curvo y saliente, que se prolongan desde Galicia al Sur, son las hachas del tipo Barcelós.

Como consecuencia hay, pues, un fuerte movimiento cultural y comercial (comercio metalúrgico, esencialmente) y se trata de una época de descubrimiento y explotación de yacimientos minerales que continuará durante mucho tiempo después.

El N. W. se transforma en una zona creadora de tipos nuevos, muy activa, con relaciones atlánticas importantes.

La actividad económica de este período, basada sobre todo en el intercambio de materias primas para la fabricación de armas, es rica y con tendencia al desarrollo rápido[95].

Sin embargo, es evidente la supervivencia cultural del Eneolítico. El megalitismo no desaparece con el inicio de la Edad del Bronce gallega, por lo menos en sus principios. Todo el arte megalítico de los grabados que se encontraba en las sepulturas tumulares, en las losas de los sepulcros, en su fase de transición del seminaturalismo al esquematismo, pasa así a transformarse en un arte esencialmente esquemático ubicándose exclusivamente en el área gallega.

94. Cit. nota anterior.
95. D. D. A. SIMPSON: *Economy and settlemet in neolitic and early bronce age britain and Europe*. Leicester University Press, 1971,a partir de la p. 133.

Este arte rupestre, esencialmente distinto al del Eneolítico, pervive en Galicia hasta muy avanzada la Edad del Hierro, dándose frecuentemente más de lo se ha supuesto, en la cultura de los castros[96].

Podemos afirmar que en el Noroeste la transición entre el Eneolítico y los primeros tiempos de la Edad del Bronce viene dada por el hecho del abandono de los enterramientos megalíticos, de forma paulatina, y el uso de simples cistas, con túmulo o sin él (mámoas) que, a medida que avanza la civilización del Bronce, irán evolucionando.

Pero no es solamente ésta la herencia del Eneolítico en Galicia. Dice acertadamente Bosch Gimpera[97] que «los pueblos no célticos de la Península son, indudablemtne, el resultado de la evolución de los neoeneolíticos, en los que tiene sus raíces». Es obligado, pues, pensar que entre los celtas de Galicia hay una supervivencia de elementos neo-eneolíticos, herederos directos de los pobladores gallegos en los momentos del apogeo megalítico.

---

El paso a la verdadera Edad del Bronce, con sus primeras, pero ya firmes manifestaciones metalúrgicas propias del período, debió ocurrir en Galicia hacia el año 1700 a. de J. C.

La zona costera es la que más desarrollo cultural presenta entonces, puesto que es en los momentos del Bronce inicial cuando se incrementa considerablemente la producción de objetos de bronce y las relaciones con otros puntos productores.

Pero la aculturación es recíproca, puesto que otras zonas, como Irlanda con su producción de objetos de oro, a menudo con decoración de tipo geométrico, incide culturalmente en el suelo gallego, aportando unas interesantes travectorias de influencia que ya no se interrumpirán hasta casi finalizar el período del Bronce.

Es en estos momentos iniciales de la metalurgia del bronce, que por algunos autores ha sido llamado Bronce Antiguo o Proto-Atlántico[98], en el que la influencia cultural se simboliza por la presencia del llamado «estilo III» del vaso campaniforme, ó lo que nosotros llamamos, siguiendo la nomenclatura de A. del Castillo[99], el estilo atlántico.

El campaniforme gallego no aparece, por lo general, en estratigrafías claras y el estilo atlántico, tampoco.

96. P. Bosch Gimpera: *Etonología...*, p. 215.
97. P. Bosch Gimpera: *Sistema de la prehistoria peninscular.* C. H. E. XVLII, XLVIII. Buenos Aires, 1968, p. 29.
98. P. Bosch Gimpera: Op Cit. en nota 1, p. 59.
99. A. del Castillo Yurrita: *Cronología de la cultura del vaso campaniforme en la P. I.* A. E. A., 53, 1943.

Pero parece claro que el vaso campaniforme gallego no ha sido utilizado ni valorado como elemento cronológico, ni siquiera por A. del Castillo.

Savory[100] ha señalado la influencia del «estilo III» en el Noroeste gallego, tal vez aumentando su valor considerablemente. Savory atribuye la cerámica excisa a la segunda oleada céltica y, sin embargo M. Santa Olalla fija dos fases para el Bronce Atlántico, la primera con hachas de talón (1200-900) y la segunda con espadas (900-650), atribuyendo la cerámica excisa de la Meseta y las hachas de talón y espadas a invasores indoeuropeos pre-celtas, procedentes del «pueblo de los túmulos» del W. de Alemania, con lo cual sólo serían célticos las dagas o puñales con antenas del Hallstatt final.

Aunque las fechas y períodos de Santa Olalla merezcan una revisión total, esta divergencia procede de la escasez de cerámica, sepulturas y poblados, lo que también ocurre en Gran Bretaña, aunque allí son menos frecuentes los «depósitos», tan abundantes en Galicia por su zona costera.

En la Península aparecen las hachas de talón esencialmente con espadas de las llamadas «de lengua de carpa».

Pero para afirmar que las hachas de talón del N. W proceden del Bronce medio del Rhin, hacen falta jalones intermedios, hallazgos estacionados en ruta, que por el momento no existen, por lo cual no podemos aceptar por ahora, esta supuesta procedencia centroeuropea.

Tampoco podemos aceptar la cronología del investigador gallego D. F. López Cuevillas con respecto a las mámoas gallegas con campaniforme. El espacio «desde el Neolítico Final hasta comienzos de la Edad del Bronce»[101], tal y como afirma el autor, nos parece un marco excesivamente amplio.

En realidad, el grupo del vaso campaniforme gallego está formado con muy pocos materiales. Se desconocen más yacimientos, por el momento. Lo que sí sabemos es que en Galicia aparece el campaniforme en el Eneolítico, a pesar de lo poco conocido que es este período de la prehistoria gallega.

El gran problema del campaniforme gallego es, como puede suponerse, su origen.

Los vasos gallegos se parecen a los portugueses de forma muy relativa. Y si pensamos que la cultura megalítica gallega quiere originarse en Portugal, sería lo más lógico pensar que los vasos campaniformes gallegos tienen también sus orígenes en el país vecino.

100. H. N. SABORY: *A influencia do povo beaker no primeiro periodo de idade do bronze.* R. G. LX, 350.

101. F. L. CUEVILLAS: *As mamoas do concelho de Lobeira.* Bol. R. A. G. XX, núm. 170, La Coruña, 1925.

La decoración de los fragmentos gallegos es más semejante a los vasos pirenaicos que a los portugueses. Pero es muy aventurado afirmar que el campaniforme gallego proceda del Pirineo por la falta de yacimientos intermedios que justifiquen tal afirmación.

La cultura pirenaica se extiende de Oriente a Occidente, lo cual es un interesante dato a considerar. Y, por otra parte, los vasos gallegos no tienen nada que ver con los del grupo de la Meseta.

Lo que sí parece evidente y posible de afirmar es la relación entre Bretaña y Galicia, con base en intercambio cultural con el vaso campaniforme, ya que los vasos bretones son idénticos a los gallegos, sobre todo los de Vilavella.

Puede apuntarse aquí una base para el estudio de las relaciones atlánticas en los tiempos del desarrollo de la cultura del vaso campaniforme.

En la actualidad el vaso campaniforme gallego está siendo objeto de revisión. Se están planteando una serie de problemas en torno suyo, que por el momento no ha dado aún fruto determinado, aunque es de esperar que muy pronto podamos tener nuevas aportaciones sobre este problema de interés general.

Lo que en la actualidad se discute es la procedencia del campaniforme gallego del círculo Sur del Duero.

Se pone en tela de juicio la procedencia, aceptada desde siempre, portuguesa, que se extiende hasta Galicia por vía marítima. Esto servía de base para afirmar que los puñales de espigo plano tenían igual procedencia y hayan seguido idéntico camino.

En las restantes regiones peninsulares, esta clase de armas acompaña a la cerámica campaniforme, siguiendo en uso después de la desaparición del vaso y antes de surgir la cultura del Argar.

Las relaciones posibles con Bretaña se explican en parte por la extraordinaria semejanza de los vasos bretones y gallegos. Los vasos gallegos, que tradicionalmente han sido calificados de eneolíticos son abundantes, formando un grupo con características muy peculiares y muy compacto, con posibles enlaces con los vasos pirenaicos y los de Portugal y Centroeuropa. La bretona es esencialmente una cultura megalítica, con tipos de sepulcros de galería y cistas con hachas de piedra pulimentada muy finas, puntas de flecha con pedúnculo y aletas y pequeños objetos de cobre, bronce y oro. La técnica es muy variada, con predominio del puntillado y línea continua. Los fondos de los vasos no suelen ser decorados.

A. del Castillo no menciona la posibilidad de las relaciones marítimas en los momentos del vaso campaniforme entre este círculo bretón y el gallego. Lo que sí menciona es la posible procedencia exterior del vaso bretón y apunta dos posibles orígenes: Portugal y Mediodía francés.

Es cierto: en Portugal hay formas que se repiten exactamente en Bretaña y que, por otro lado, no aparecen en los vasos del círculo pirenaico. Los vasos gallegos son también exactos a los bretones y es posible que los contactos e influencias se viesen favorecidos por las corrientes marinas, favorables de una a otra parte.

A. del Castillo acepta el origen portugués del vaso bretón, «como hipótesis de trabajo» (p. 116).

Por otra parte está el grupo de Irlanda. La estación más importante está en Moytirra (Sligo) en el Norte occidental de Irlanda. Allí se encontraron unas fragmentos que en la actualidad se encuentran en el Museo de Dublín. También tienen la técnica del puntillado y líneas lisas. Pero los vasos irlandeses se reducen a solamente tres fragmentos, por lo que es muy conveniente no fantasear con el tema de los contactos atlánticos con base en el campaniforme irlandés. Habrá que esperar nuevos hallazgos de este tipo para poder emitir un juicio determinante al respecto.

En el eneolítico la cultura bretona proyecta una influencia notable sobre Irlanda. Aunque es algo dudoso el ratificar solamente por esto la procedencia bretona del megalitismo irlandés.

Sin embargo, en Inglaterra, la Edad del Bronce comienza con los «Beakers», que parecen estar emparentados con los vasos campaniformes del Continente[102].

V. Gordon Childe emplea esta palabra inglesa para distinguir los vasos ingleses de los continentales y así evitar confusiones que podrían ser peligrosas.

Estos «Beakers» tienen dos etapas, caracterizadas por los dos tipos: el A y el B, con un sub-grupo en Escocia, que no siempre deben ser considerados como degeneración de los anteriores, que sería el grupo C.

Los vasos del grupo B parecen ser los más cercanos al vaso campaniforme europeo, asociados al puñal de hoja plana. No ocurre así con los del grupo A, que parecen estar asociados a los puñales triangulares con clavos (¿tipo gallego?) y son más distintos de los vasos europeos.

Tenemos que recordar que, gracias a la riqueza en oro y estaño de las Islas Británicas, fueron muy pronto importantes centros de actividad metalúrgica, en relación con los otros centros del Continente.

Lo difícil —y en esto discrepamos con V. Gordon— es discernir cuál de los dos centros —Continente e Islas Británicas— fueron los exportadores y cuál los importadores de esos productos. Parece un poco aventurado hacer llegar de Inglaterra las influencias de la me-

102. V. Gordon Childe: *Nuevas fechas para la cronología prehistórica de la Europa Atlántica.* C. H.ª P. año 4, núm. 1, Madrid, 1947, p. 11.

talurgia al Noroeste de la Península Ibérica, ya que el Noroeste hispánico supera con mucho a los centros de producción ingleses, por su más variada riqueza y por la fecundidad de sus tipos, influyentes en otras zonas vecinas de Europa.

Parece ser que el problema que se plantea en torno a esta etapa en la que el vaso campaniforme es uno de los principales elementos arqueológicos, es el de señalar cuál de los estilos o tipos es primero y cuál posterior, problema difícil de solucionar por el momento porque lo que falta esencialmente es una estratigrafía de los hallazgos de campaniforme en España. Se han ordenado los estilos y motivos de decoración en período más o menos consecutivos, pero falta una estratigrafía que demuestre cuál es el más antiguo[103].

Hacia el año 1.000 a. C. debe ser situada en el N. W. de la Península Hispánica la plenitud, o el momento cumbre, de la Edad del Bronce, etapa en la que las manifestaciones de esta cultura se desarrollan con más fuerza y sus relaciones exteriores se acentúan marcando una clara influencia cultural sobre zonas más o menos alejadas del núcleo originario gallego.

Para Martínez Santa-Olalla y Eoin MacWhite esta etapa recibe el nombre de Bronce Atlántico III, que no es más que una segunda Edad del Bronce a la que Boch Gimpera llama «Bronce Medio»[104], aunque no deba ser aceptado este término sin reservas, puesto que en nuestra área no hay, por el momento, una civilización característica del Bronce Medio.

Realmente el Bronce Medio es muy dudoso en toda la Península y más de un especialista ha negado la existencia de este período en nuestras tierras[105].

En esta etapa de los momentos iniciales del Bronce III, con características atlánticas, se mezclan los elementos más característicos de la cultura de la Edad del Bronce Atlántico con los del Bronce francés llegados, tal vez, por los pasos pirenaicos y entrando en relaciones, a su vez, con las culturas mediterráneas.

La zona del Noroeste hasta la línea natural del Duero, zona acertadamente señalada por E. MacWhite y aceptada por Savory[106], aunque este último llama al grupo del Noroeste «grupo de Penha-Cogotas», por opinar que los hallazgos de bronces corresponden al mismo nivel estratigráfico que el de la cerámica de la Penha de Guimaraes, que se relaciona con la excisa de Las Cogotas.

Esta cerámica de La Penha tiene paralelismos con las localida-

103. CHILDE: Op. nota anterior, p. 23.
104. P. BOSCH GIMPERA: Op. Cit. p. 66.
105. J. BRIARD: *L'age du bronze*. P. Univ. Franc. París, 1964, p. 86.
106. H. N. SAVORY: *The atlantic bronze age in S. W. Europe*. Procc. Prehist. Coc. XV, 1949, p. 128. (Publicado en portugués por la R. G.).

des vecinas de San Tortuato, Soto, Matamá, San Juan del Puente, Caldelos, cerca de Braga, Penacova y Seco, todas ellas situadas en la región de Chaves.

También en Galicia hay un yacimiento con cerámica de este tipo: una mámoa con cámara en la Ermita del Viso (Lobeora. Orense), donde se encontró cerámica del tipo La Penha, con fragmentos de vasos lisos y una punta de flecha de base convexa[107]. Se trata de una cerámica de pasta tosca, con mucho desengrasante de arenas de cuarzo, de color pardo negruzco y rojo.

Las formas varían, pero se han reconstruido dos vasijas de boca ancha, de fondo esférico, bajas y con el borde algo vuelto hacia el exterior.

La decoración puede ser por incisión o impresión[108] y los motivos decorativos varían en puntos, impresiones lineares, líneas rectas continuas y paralelas, líneas ondulantes y el ajedrezado.

Bosch[109] considera esta cerámica como perteneciente a la llamada «cultura de las cuevas» y emparentada con el grupo de Extremadura-Segovia, aunque A. del Castillo Yurrita opina[110] que está más relacionada con el campaniforme de la Meseta, donde aparece en el castro de Las Cogotas.

Pero parece que llamar al grupo del N. W. con la terminología de Savory no es muy acertado, porque la cerámica de Las Cogotas parece de filiación centro europea, llegada como fruto de los movimientos célticos, en su primera oleada, a la Meseta.

En esta etapa del Bronce gallego son característicos los llamados «acobillos», o depósitos de mercaderes de bronce, en los que se encuentran útiles de este metal, muchas veces sin usar. Son espectaculares los «acobillos» de Valdevombre (León) Melide (La Coruña). Simes (Santa María. Pondevedra), con cuarenta hachas de talón, de las cuales había dos en el Museo de la Sociedad Arqueológica de Pontevedra, fechadas en el Bronce III, y otras tres se encuentran en el Museo de Pontevedra con los números de catálogo 2.814, 2.816 v 2.817. Una de las hachas de Simes estuvo en la Exposición de 1905 de Santiago y ahora pertenece a la Colección de Sánchez Otero, de Santiago de Compostela. Estas hachas las publicaron Florentino López Cuevillas y Fermín Bouza[111].

Otro «acobillo» es el de Paradela, cerca del citado anteriormente, en el que en una caja de losas de piedra fueron encontradas en 1881 nada menos que sesenta y tres hachas de talón, de forma variadas y un molde para fundirlas; hoy solamente se conserva un

107. F. L. Cuevillas: *La cerámica tipo la penha.* C. E. G. XL, 17, p. 47.
108. S. Junior: *A cerámica campaniforme de Mairos.* Homenagen a M. Sarmento, p. 364.
109. Bosch Gimpera, P.: *La formación de los pueblos de España.* México, 1945, p. 66.
110. A. del Castillo: *Eneolítico.* H.ª Esp. R. M. Pidal. I, 622.
111. F. L. Cuevillas y F. Bouza: *Osoestrimnios...* «Arquivos», II, p. 66.

ejemplar, de 250 × 56 mm., fechado en los tiempos del Bronce III. La publicó G. Alvarez Limeses[112].

En el «acobillo» de Tremoedo (Villanueva de Arosa) aparecieron, al pie de un castro, sesenta y dos hachas de talón de dos anillas, dos de las cuales ingresaron en el Museo de la Sociedad Económica de Santiago de Compostela y fueron publicadas por López Cuevillas y Bouza Brey[113], haciendo mención de ellas Angel del Castillo en posteriores notas.

En Codeseda (La Estrada) aparecieron en el año 1951 un hacha plana de cobre, de corte circular, de tipo Barcelos y dos puñales, aunque parece ser que en el mismo «acobillo» había también otros objetos que se perdieron o que se llevaron a Lugo. Se adquirieron para el Museo de Pontevedra y están inéditas con el número de catálogo 2.635 y 2.638.

En Hio (Pontevedra), en una grieta del acantilado, apareció un «acobillo» con cinco hachas de talón de una anilla, una espada, dos puntas de lanza, dos hachas de sección cuadrangular, dos anillos y varios fragmentos de cerámica. Se encuentran en el Museo de Pontevedra con los números de catálogo 2.582 y 2.598. Todo lo publico Obermaier[114].

Pero el hallazgo más espectacular de todos fue el del «acobillo» de Samieira, en las cercanías de Pontevedra, descubierto en 1946 por un labrador durante las faenas agrícolas. El escondrijo tenía 152 hachas de talón, aunque es posible que fuesen más (¿175?). Las hachas están en el Museo de Pontevedra.

Es posible que algunas de las hachas de Samieira fuesen vendidas a algún chatarrero antes de comunicar el hallazgo a las autoridades, pero nada se sabe en concreto.

El lugar del hallazgo fue uno junto al mar, en el lugar llamado «Ladrons», cerca de Samieira, en el ayuntamiento de Poyo, en la ribera septentrional de la Ría de Vigo, a unos 10 km. de la ciudad.

La noticia del hallazgo de estas piezas la dio el profesor García Bellido[115], veraneante por entonces en las cercanías de Vigo.

Las hachas salieron a 50 cm. de profundidad, debajo de una losa granítica de forma cuadrangular de 50 × 50 cm. de lado y con un grosor de 8 cm.

Las hachas estaban colocadas en capas regulares y superpuestas en número de cinco. Casi todas las hachas estaban en perfectas condiciones, completas y a flor de fundición, sin usar; solamente 10 de

112. Alvarez Limeses: *Provincia de Pontevedra* en H.ª Gral. de Galicia. Brona. 1936, p. 449.
113. Op. cit., p. 66.
114. Obermaier, H.: *Impresiones de un viaje prehistórico por Galicia.* B. C. M. de Orense. VII, p. 148, Orense, 1923 (separata).
115. A. García y Bellido: *Un depósito excepcional de hachas de bronce encontrado en Galicia.* A. E. A. XIX, Madrid, 1946, p. 263.

los ejemplares estaban fragmentados. Tenían una capa de óxido de color verduzco y entre capa y capa de hachas había una de tierra fina. Al final de la última capa había una de arena y, bajo ésta, suelo natural.

Las hachas pesaron en conjunto 92 kgs.

Eran tipos corrientes en el Noroeste, aunque hay que destacar que se reconocieron varios tamaños.

Una de estas hachas es objeto de análisis metalográfico en este mismo trabajo.

Otro «acobillo» interesante es el de Ribadelouro (Santa Comba), lugar en el que hacia el año 1930 se encontraron tres hachas de bronce de talón de dos anillas, que pasaron a poder de los señores Gil Casares y Blanco Cicerón, coleccionistas de Santiago de Compostela. Son ejemplares inéditos y conocemos el dato por referencia verbal de D. José F. Valverde.

El hecho de que muchas de estas hachas y objetos de bronce fuesen encontrados «a flor de fundición», sin haber sido usadas, hace pensar en la posibilidad de un fecundo tráfico de útiles de bronce a escala atlántica, ya que es interesante resaltar que todos los escondrijos conocidos con elementos perfectamente fechables en el Bronce III, aparecieron en lugares costeros, muy cercanos al mar.

Hay que destacar que, a pesar de las transformaciones culturales de esta etapa, perviven formas y tipos de períodos anteriores, como las hachas planas que se asocian, a veces, con otros tipos procedentes de las zonas occidentales europeas y, en particular, del S. W. de Francia; y las hachas de rebordes laterales, que también se encuentran en zonas más alejadas, como en Cataluña (Cavarrós y Besora) y en Gerona (Cufort y Cix).

En los depósitos de las costas gallegas del Bronce III hay dos fases que parecen estar bastante claras: la primera se caracteriza por los hallazgos de hachas de talón, en general, y la segunda fase, por la presencia entre las hachas de talón de hachas tubulares o de cubo.

En un «acobillo» basó Angel del Castillo su estudio de 1927[116] sobre las hachas de talón, concretamente en el de San Julián de Cumbraos.

El «acobillo» de Cumbraos estaba formado por siete hachas, una rota (¿Para ver si era metal valioso?) y las demás comparadas por un particular. Una de ellas fue donada al Museo coruñés y otra al Seminario de Estudios Gallegos de Santiago de Compostela.

116. A. DEL CASTILLO: *Hachas de bronce de talón.* Bol. R. A. G. XXII, 194, T. XVII, págs. 33-75-95-124.

En la actualidad tenía una de Cumbraos D. Fermín Bouza Brey. Todas las hachas eran de talón, con dos anillas, de unas dimensiones que oscilaban entre 23 y 25 cms. de largo, todas con tres nervaduras. Las hachas presentaban el defecto de fundición de rebabas sin pulir.

Otro «acobillo» apareció en Saa (Ortigueira), formado por veinte hachas de talón de dos anillas. Estas hachas fueron vendidas a un comprador de metales viejos al precio de 15 pesetas ejemplar y revendidas luego a un fundidor de Puentes de García Rodríguez, con lo que, una vez más, se perdió un buen dato para la primera historia del Noroeste de la Península.

Pero no sólo en la costa, aunque la mayoría de ellos aparezcan allí, se han encontrado «acobillos» de la Edad del Bronce. En el interior, concretamente en Pastoriza (Lugo) fueron encontrados ciento veinte hachas, todas de talón con dos anillas y nervios, de las cuales solamente se conserva una, puesto que las restantes, al igual que las hachas de Sáa, fueron vendidas a un chatarrero y fundidas posteriormente, según nos cuenta Obermaier[117]. Este de Pastoriza es el primer «acobillo» encontrado en Galicia.

También de tierra adentro es el «acobillo» de Distriz (Monforte, Lugo), descubierto en 1897 y compuesto por siete hachas de talón de dos anillas, que salieron a la superficie a causa de un oportuno desprendimiento de tierras.

Dos de las hachas de Destriz están en el Museo Arqueológico Nacional, con los números de catálogo: 20.196 y 20.197, y otra más en el Museo del Hombre en París (?).

Sería muy largo hacer referencia de todas las hachas de la Edad del Bronce encontradas en Galicia a lo largo de los últimos años. Por ello solamente haremos referencia a los hallazgos que, a nuestro juicio, merecen especial atención, aparte de las ya citadas, procedentes de los «acobillos».

Hasta antes de la Guerra Civil había en Galicia dos colecciones privadas de hachas de talón, que, después de muchos años, se han perdido, yendo a parar las piezas a manos de otros coleccionistas y, algunas, a los Museos Provinciales, donde en la actualidad aún se pueden ver. Estas últimas han sido las que mejor fortuna han tenido para la Arqueología.

Las dos colecciones eran las de D. Casto Sampedro, que fue Delegado de Bellas Artes en Pontevedra y la de D. A. Maciñeira y Pardo de Lama.

La primera consistía en un grupo de cinco hachas de un asa

117. OBERMAIER: Op. Cit. Loc. Cit.

y veinte de dos. La segunda colección estaba compuesta por doce hachas de talón de dos anillas y tres de una anilla.

También en la Colección de la Sociedad Económica de Amigos del País, de Santiago de Compostela, tenía en sus vitrinas una colección de cuatro hachas de talón de dos anillas, mezcladas entre las hachas pulimentadas del Eneolítico gallego, con un cartel en el que se podía leer: «Hachas célticas».

Una de las hachas de este museo de la Sociedad se encuentra en la actualidad en el Instituto «Padre Sarmiento», de Santiago de Compostela, el cual, gentilmente, nos ha proporcionado una muestra para su análisis metalográfico.

La característica de todas estas piezas es el denominador común de «Procedencia desconocida», por lo que la tarea del investigador se ve interrumpida al verse obligado a colocar la coletilla de «Lugar indeterminado de Galicia».

Estas hachas de talón son en la actualidad estudio del señor don Luis Monteagudo, encargado por un centro de estudios alemán, del catálogo y análisis de las hachas de talón hispánicas, en especial gallegas.

Pero el estudio de las hachas de talón ya se viene efectuando desde los tiempos de Dechelette[118] que, aunque no hace una clasificación ordenada de las mismas afirma que, a veces, tienen un anillo lateral destinado a fijar mejor la enmangadura. Dechelette afirma también que ese anillo no lo tenían las hachas más antiguas, con lo cual establece una primera diferenciación cronológica. También parece ser, según el investigador francés, que las hachas de talón de dos anillas laterales es procedente de la Península Ibérica; desde donde ha sido exportada hacia Francia y las Islas Británicas.

A pesar de lo atrevido de esta hipótesis, es posible que, realmente, algunos de los tipos de hachas de talón sean originarias de la Península pero sin generalizar este hecho, puesto que, por el momento, desconocemos muchos de los datos esenciales para ello.

Es de esperar que el trabajo del señor Monteagudo nos aclare muchos aspectos de esta cuestión.

Pero, con el fin de establecer unas analogías por medio del estudio comparativo con las hachas de procedencia francesa, hemos realizado sobre piezas diversas, un análisis metalográfico con el fin de conocer la composición y características de los bronces.

Este análisis, realizado por el profesor D. Ramiro Ayoza, de la Facultad de Ciencias de la Universidad de Zaragoza, se hizo sobre muestras de los siguientes materiales:

118. DECHELETTE: *Manuel*, T. II, 1.ª parte, p. 241.

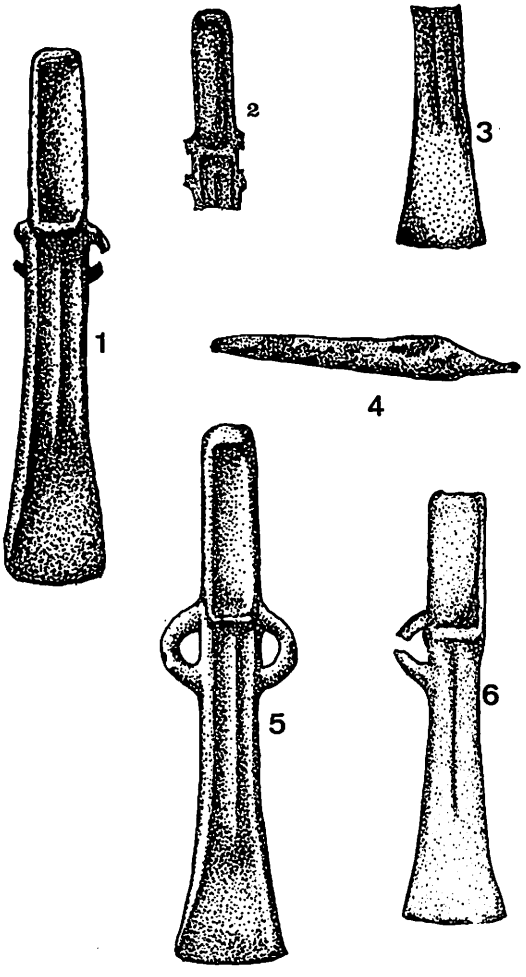



Lámina 6

*Muestra núm. 1.* — Hacha de talón de dos anillas, de los cuales uno está solamente representado por los muñones y el otro casi completo; tiene tres nervaduras y presenta una fuerte pátina verde, hallándose bastante corroída. La aleación es altamente porosa y aún conserva a lo largo del cuerpo una marcada y saliente rebaba de fundición. Se encuentra incompleta en el tope.

No hay referencias exactas de su origen, aunque es procedente de Galicia.

Se encuentra en el Instituto «Padre Sarmiento» de Santiago de Compostela (Lám. 6).

Medidas:

| | |
|---|---|
| Longitud ... ... ... ... ... ... | 303 mm. |
| Peso ... ... ... ... ... ... ... ... | 1.160 grs. |
| Ancho en filo ... ... ... ... ... | 55 mm. |
| Ancho en el tope ... ... ... ... | 30 mm. |
| Largo del talón. ... ... ... ... | ? |
| Grosor del talón ... ... ... ... | 35 mm. |

*Muestra núm. 2.* — Hacha de talón de dos anillas de la que sólo se conservan los muñones. Tiene nervaduras y pátina verde. Está aserrada aproximadamente por la mitad, mostrando una aleación con alto porcentaje de cobre. No se conserva ninguna indicación sobre su origen, constando únicamente ser donación de D. Alfredo Alvarez. Es posible que proceda de la comarca de Mellid.

Se encuentra también en el Instituto «Padre Sarmiento» de Santiago de Compostela.

Características:

| | |
|---|---|
| Longitud ... ... ... ... ... ... | 220 mm. |
| Peso ... ... ... ... ... ... ... ... | 800 grs. |
| Ancho filo ... ... ... ... ... ... | 35 mm. |
| Ancho tope ... ... ... ... ... ... | 20 mm. |
| Longitud talón. ... ... ... ... | 93 mm. |
| Grosor ... ... ... ... ... ... ... | 38 mm. |

(Lám. 6).

*Muestra núm. 3.* — Restos de la mitad inferior de un hacha de talón de dos anillas que, en un principio se creyó que se trataba de la parte inferior de la pieza anterior. Los análisis han demostrado el error de esta creencia.

*Muestra núm. 4.* — Puñalito de La Bastida (La Estrada) Pontevedra.

Características:

| | |
|---|---|
| Longitud. ... ... ... ... ... ... | 156 mm. |
| Peso ... ... ... ... ... ... ... ... | 51 grs. |
| Longitud espigo ... ... ... ... | 40 mm. |
| Ancho máximo espigo ... ... | 18 mm. |
| Ancho mínimo espigo ... ... | 4 mm. |
| Ancho máximo de la hoja ... | 20 mm. |

Le falta un pequeño trozo en la punta (Lám. 6).

Parece ser que fue analizado en Alemania hacia el año 1965, pero los resultados del análisis no nos constan.

Se encuentra en el mismo lugar de las piezas anteriores.

*Muestra núm. 5.* — Hacha de talón de dos anillas procedente del «acobillo» de Samieira (Pontevedra).

| | |
|---|---|
| Peso ... ... ... ... ... ... ... ... | 960 grs. |
| Longitud ... ... ... ... ... ... | 280 mm. |
| Ancho filo ... ... ... ... ... ... | 47 mm. |
| Longitud talón ... ... ... ... ... | 100 mm. |
| Grosor talón ... ... ... ... ... | 40 mm. |

(Lám. 6).

*Muestra núm. 6.* — Hacha de talón de una anilla, procedente de un lugar incierto de Galicia. Se encuentra en el Instituto «Padre Sarmiento», habiendo estado anteriormente en la colección de la Sociedad Económica de Amigos del País, de Santiago de Compostela.

| | |
|---|---|
| Peso. ... ... ... ... ... ... ... ... | 530 grs. |
| Longitud. ... ... ... ... ... ... | 143 mm. |
| Ancho tope ... ... ... ... ... ... | 19 mm. |
| Longitud talón ... ... ... ... ... | 47 mm. |

(Lám. 6).

Los análisis han sido realizados en los Laboratorios de Aula Dei, de Zaragoza, perteneciente al Consejo Superior de Investigaciones Científicas, por el profesor Ayoza.

Para el estudio de la aleación se ha analizado, sobre todo, el % de los siguientes elementos: Cobre, Estaño, Plomo y Zinc.

| | *Cu* | *Sn* | *Pb* | *Zn* |
|---|---|---|---|---|
| Muestra núm. 1. | 47,2 % | 36,3 % | 5,2 % | 2,5 % |
| » núm. 2. | 50,3 % | 28 % | 7,1 % | 0,6 % |
| » núm. 3. | 63 % | 21,7 % | 2,6 % | 1,2 % |
| » núm. 4. | 70 % | 20,2 % | 3 % | 2 % |
| » núm. 5. | 27 % | 48,2 % | 8,3 % | 3 % |
| » núm. 6. | 66 % | 22 % | 2,3 % | 1,2 % |

(Fe. — Indicios en todas las marcas.)

Los análisis que realizó el doctor Jungans para los materiales de la Edad del Bronce del Languedoc Occidental, Russillon y el Ariège[119] coinciden con los realizados sobre las piezas gallegas en el % relativo de las aleaciones. Ambos análisis dan como resultado el predominio del cobre sobre el estaño, y del estaño sobre los restantes elementos componentes de la pieza, lo cual parece lógico ya que se trata de la base de la aleación. Pero por lo que respecta al plomo, los análisis franceses dan como resultado cantidades que oscilan entre el *0,33 %* y el *5,40%*, siendo mayor en los materiales de Galicia, con porcentaje que oscila entre el 2,3 % y el 8,3 %.

Lo mismo ocurre con el zinc, que en los materiales franceses se presenta en cantidades inapreciables que oscilan entre el *0 %* y el *0,02 %* estando en los materiales gallegos presentes en un % que oscila entre el *0,6* y el *3*.

Hay que aclarar que en el análisis realizado sobre los materiales gallegos se han despreciado, y ello por carecer de demasiada importancia para el fin que perseguimos, la presencia de elementos como el Arsénico, Antimonio, Bismuto, Fósoro, Cobalto, Manganeso... etc. que, desde luego, están presentes, pero en cantidades inconmensurables a no ser que se realizase un examen minucioso sobre cada elemento.

Lo que sí hay que destacar es la presencia de indicios de hierro en todas las muestras, al igual que en los materiales franceses.

Solamente hay una pieza (muestra 5) de las gallegas en la que no existe el predominio del cobre sobre el estaño, sino de este último elemento sobre el primero (*48,2 %* de estaño sobre *27 %* de cobre) y también es esta la pieza que tiene mayor % de plomo (*8,3 %*) y de zinc (*3 %*), lo cual hace pensar en su distinta procedencia geográfica y cronológica, con respecto a las restantes.

No podemos extrañarnos de que entre las piezas francesas y las gallegas existan estas semejanzas, además de otras más importan-

119. GUILAINE, J.: París, 1972, S. P. Française, T. 9, pág. 429.

tes como son las tipológicas. Los trabajos arqueológicos y los estudios de las características tipológicas atestiguan un evidente contacto entre el Noroeste hispánico y los finisterres franceses. Incluso parece que las hachas de talón de dos anillas de Aurignac, el Alto Ariège y Tarbes son, al igual que las bretonas, de importación gallega[120], aunque no hay que descartar, por supuesto, la influencia irlandesa, sobre todo en los objetos de oro, torques, principalmente.

La vía de penetración de los objetos de importación y exportación desde Francia serían los ya conocidos pasos pirenaicos, además del mar, llegando hasta el valle del Ebro, que «toma el papel de camino que une los pasos del Pirineo Occidental por la llamada de Alava y el cruce de Miranda, con toda la depresión hasta el mar»[121], dando así lugar a una continuidad hacia el Noroeste; y con la particularidad de que esta relación con Europa cesará parcialmente con el proceso de iberización. La romanización, más tarde, tomará, una vez más, el valle del Ebro, como punto de apoyo en su marcha.

Otros análisis metalográficos realizados sobre muestras de hachas de cubo procedentes de Bretaña[122] y presentados por J. Briard en su tesis doctoral, muestran también el predominio del cobre sobre el estaño, aunque en este caso el % de estaño sea muy inferior en la aleación al % del plomo.

Los % de Cu oscilan entre *66,7 %* y *48,1 %;* mientras que el Sn se encuentra entre *11,17 %* y *1,20 %*. El predominio del plomo sobre el estaño oscila entre el *48,2 %* y el *26,5 %*.

Hay que tener en cuenta que se trata de un tipo diferente, de una etapa posterior a la que se refieren los análisis gallegos, pero puede ser un indicio de la evolución del tipo de aleación entre uno y otro modelo de hachas.

El estudio de J. Briard está realizado sobre 461 hallazgos de bronce, repartidos sobre cinco departamentos bretones[123].

Pero lo que caracteriza la evolución de las composiciones de las piezas de bronce durante los períodos de la Edad del Bronce en los finisterres es: la presencia de cobres abundantes en arsénico en los comienzos de la Edad del Bronce; en la primera etapa del Bronce: objetos de bronce con mayor porcentaje de estaño. Durante el llamado Bronce Atlántico: aleaciones con gran cantidad de estaño. Y, por último durante el Bronce final, aleaciones con descenso de contenido en estaño y aumento de contenido en plomo.

Podemos aventurar, pues, que de las piezas gallegas analizadas,

120. GUILAINE, J.: Op. Cit. Loc. Cit., pág. 344.
121. BELTRÁN MARTÍNEZ, A.: *La edad de los metales en Aragón*, Zaragoza, 1955, pág. 45.
122. J. BRIARD: *Les depts bretons et l'age du bronze atlantique*. Rennes, 1965, pág. 259.
123. J. BRIARD: Op. Cit., pág. 283.

Lám. 7.—Hachas de: 1. Puentecaldelas; 2. Lantano. San Pedro. Pontevedra; 3. Hio; 4. Cambados. Santa Mariña d'Ozo; 5. Simes. Santa María. Pontevedra; 6. Tremoedo. San Esteban; 7. Portas. Santa María; 8, 9 y 10. Lugo; 11. La Coruña; 12. Procedencia desconocida; 13. Tuy; 14. San Salvador. Lérez. Cobre. Museo de Pontevedra.

las 1, 2, 3, 4, 6, pertenecen al Bronce III probablemente, y la 5 a una etapa anterior, dada su abundancia de contenido en estaño. Además, tipológicamente, parece estar confirmado.

Es posible que las hachas de talón que han servido de base a nuestro estudio sean semejantes a las de Noalla (Cambados-Ría de Arosa), de las cuales hay dos en la actualidad que estaban en poder de D. Fermín Bouza Brey[124], que hasta hace poco eran conocidas en Galicia con el nombre de hachas del tipo «galaico-portugués» y que en realidad son del estilo atlántico (Bronce III) (Lám. 7).

Los hallazgos de objetos de bronce se reparten en la geografía gallega por sus cuatro provincias de forma bastante regular, aunque los hallazgos han sido más cuantiosos en la de Pontevedra, sobre todo en las zonas próximas al mar.

Véanse las láminas 1 a 4 para hacerse una idea de la distribución de estos hallazgos.

*Provincia de La Coruña* (Lám. 1)

1. Insoa (Ortigueira).
2. Puentes de G. R.
3. La Boliguera.
4. La Coruña (capital).
5. Carral.
6. Aranca.
7. Cerceda.
8. Puenteceso (Río Allones).
9. Ames (Negreira).
10. Carnota.
11. Rianjo (Ría de Arosa).
12. Boiro (Ría de Arosa).
13. Lage.

a) La Coruña (capital).
b) Carral.
c) Cerceda.
d) Lage.
e) Finisterre.
f) Carnota.
g) Noya.
h) Santiso.
i) Rianjo (Arosa).
j) Boiro.

124. F. Bouza Brey: *Os machados de talon de Noallia*, núm. 70, T. 7, p. 51.

*Provincia de Lugo* (Lám. 2)

1. Lindín (Mondoñedo).
2. Boizán (Villalba).
3. Castro del Rey.
4. Abres.
5. Palas de Rey.

a) Villamartín (Villalba).
b) Tocay (Lugo).
c) Villalvite (Lugo).
d) Paradela (Río Miño).
e) Monforte de Lemos.
f) Cebrero.

*Provincia de Orense* (Lám. 3)

1. Cea.
2. San Facundo (Carballino).
3. Río Arenteiro.
4. Celanova.
5. Arcos.
6. Laguna Antela.
7. Villar de Santos.
8. La Sainza (R. Limia).
9. Rairiz de Veiga.
10. Sabucedo.
11. Castro.

a) Castro.
b) Sarreaus (R. Ginzo).

*Pontevedra* (Lám. 4)

1. Golada.
2. Lalín.
3. Cuntis (Río Umia).
4. Silleda (Río Deza).
5. Codeseda (Río Umia).
6. Quireza (Caldas de Reyes).
7. Cambados.
8. Viladomiño.
9. Campo Lameiro (Río Lerez).
10. Gondar.

11. Marín.
12. Cangas (Ría de Vigo).
13. Puente Caldelas.
14. Sotomayor.
15. Vigo.
16. Porriño (Río Louro).
17. Creciente.
18. Salvatierra de Miño.
19. Santa Comba.
20. Oya.
21. Camposancos.

a) Borrajeiros.
b) Goyas.
c) Nigoi (Río Umia).
d) Tourón.
e) Moaña.
f) Cangas (Ría de Vigo).
g) Bouzas.
h) Cabria (Vigo).
i) La Cañiza.
j) Arbo.
k) Tuy.
m) La Guardia.

Y además de todos estos hallazgos de objetos de la Edad del Bronce, los hay también en las vitrinas de los museos provinciales de Galicia, sin procedencia conocida, pero originarios de Galicia.

Así, el puñal de lengüeta procedente de un lugar indeterminado de la Ría de Arosa y que en la actualidad se conserva en el Museo de Antropología de Madrid y que fue publicado por Juan Cabré[125] en 1915.

Las mismas circunstancias existen para una espada encontrada en un lugar «incierto» de Pontevedra, supuesta argárica por F. L. Cuevillas[126] y que en la actualidad se conserva en las vitrinas del Museo de Pontevedra.

Hachas y cobre, pertenecientes a los primeros tiempos de la Edad del Bronce en Galicia se han encontrado en: Lérez (San Salvador), en el castro de La Lama (Pontevedra); en Puentecaldelas; en La Coruña, en Trasmaño (San Vicente), en Mougas... etc., así como en el monte de Santa Tecla (La Guardia), donde se encontra-

125. J. Cabré: *Espoli funerario amb ciadema d'ord d'una sepultura de la primera edad del bronce de Montilla (Córdoba)*. Anuari del I. E. C., 1915, Crónica, p. 539.
126. F. L. Cuevillas y Bouza Brey: *Os oestrimnios...*, p. 32.

ron seis hojas de puñal de bronce y varias hachas de talón de dos anillas.

Mención aparte merecen los hallazgos de objetos de oro, abundantes en toda Galicia, pero que tienen una evidente relación con Irlanda y Bretaña como ha demostrado E. MacWhite en sus estudios.

En la actualidad hay en las vitrinas de los museos gallegos algunas de estas piezas, así como en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid. En La Coruña hay dos torques de oro de procedencia desconocida que nos fueron mostrados por el que fue Director del Museo D. J. M.ª Luengo Martínez, el cual los compró, con fondos del Estado, a un artesano coruñés. En el Museo de Pontevedra hay un collar y dos anillas de oro, de la Edad del Bronce (Bronce III?), que fueron entregados al Museo por el señor Cachafeiro, procedentes de Golada (Partido de Lalín) Pontevedra y que ya fueron publicados por L. Cuevillas[127] y por E. MacWhite[128]; figuran en el Museo con el número de Catálogo 486.

Pero la colección de objetos áureos más expectacular de toda Galicia se encuentra en Santiago de Compostela en la Colección de D. Ricardo Blanco Cicerón, coleccionista que poseía además, una gran cantidad de objetos de la Edad del Bronce de Galicia con hachas de talón de una y dos anillas. Hachas del tipo Barcelos, fíbulas, anillos y los objetos de oro de los que queremos hacer una pequeña referencia por considerarlo de interés.

La colección Blanco Cicerón estaba compuesta por cuatro torcues de oro y varios fragmentos de otros, ocho cuentas de collar de oro, un alambre también del mismo metal y otros objetos más.

Las cuentas fueron encontradas en Barbanza, parroquia de Cures (Boiro), localidad en la que parece que en 1893 fueron encontradas otras cuentas de oro diferentes que fueron a parar a manos de un platero de Noya[124]. Además, hay en la Colección dos diademas de oro, encontradas en Mellid y un collar de plata encontrado en las cercanías de Mondoñedo.

De los torques, el más notable es el que recibió el señor Blanco Cicerón de manos de D. Rosendo A. Rey, de Arosa, que era mesonero en Corbite, y que fue encontrado en la punta de Marzán (Foz) cerca de un lugar llamado «Cu do Castro», junto a molinos de mano, cerámica y objetos de bronce.

Además de los torques de la Colección Blanco Cicerón existen otros siete. Dos que pertenecieron a D. Angel Arteaga, de Orense,

127. L. CUEVILLAS: *El tesoro de Golada*. E. M. P., I, pág. 57.
128. MACWHITE: Op. Cit., pág. 58.
129. Según LÓPEZ FERREIRO: *Historia de la iglesia de Santiago*, T. I, pág. 272 (nota), Santiago, 1890.

y que se perdieron al morir éste, sin que en la actualidad se sepa dónde pueden estar. Seguramente que han sido fundidos, como otros lo han sido anteriormente.

Tres que se guardan en el Museo Arqueológico Nacional: uno que existe en la Academia de la Historia y otro más que pertenece a la colección de D. José Villamil y Castro, de Orense.

De los que se conservan en el Museo Arqueológico Nacional, uno se adquirió en 1872: es liso, compuesto de varilla de sección circular que pesa 503 grs. y figura con el número 16.854 y se dice procedente de la provincia de León, aunque tiene todas las características de los torques galaicos.

Los otros dos, similares, de 130 grs. uno y 75 grs. el otro, figuran con los números 1.856 y 16.855.

. En la Academia de la Historia se sabe que fue encontrado por un peón en 8167 a unos kilómetros de Mellid (Santiago de Juvial)-Arzua. Y, por último, el del señor Villaamil y Castro, enocntrado en la «Croa de Riotorto», Mondoñedo, con un peso de unos 120 grs.

Además hay fragmentos de otros, incompletos, pero de características similares a los ya citados.

Torques similares a los gallegos existen en el Museo de Dublín[130], con características que, sin llegar a ser del tipo gallego, se asemejan en mucho.

Otros tres torques de oro publicó Fermín Bouza Brey (C. E. G., tomo XX, número 60, 1965, p. 5, «Tres torques de oro de Galicia»), hace unos pocos años, torques que, al aprecer, permanecían inéditos hasta entonces, ya que se sabe que, desde 1910, en Vigo, fueron pasando de uno a otro propietario, hasta llegar a manos del señor Bouza, por medio de un conocido que ahora es dueño de esas joyas prehistóricas.

Son tres torques, de procedencia desconocida, así como las circunstancias de su aparición en el mercado de joyeros de Vigo.

Son torques del tipo de remate de perilla, con las perillas achatadas, dos de ellos y el tercero con las perillas redondeadas.

Parece ser que son torques del llamado tipo «ártabro», según la tipología de L. Monteagudo*.

Parece ser que estos torques han sido identificados en parte con los de Villaamil y Castro, que eran tres también y que se han perdido. Si así fuese habría que pensar que eran los torques de la «Croa de Riotorto», pero Bouza Brey no se atrevió a afiirmarlo ya que los torques se parecen poco a los de Villaamil, de los que se conservan los dibujos y fotografías.

130. *Catalogue of the antiquies of gold in the museum of the Royal I Irisch Academy.* Dublín, 1862, 4.º, by W. R. Wilde, pág. 37 y F. Bouza Brey: *Tres torques aureos de Galicia.* C. E. G. T. XX, 60, 1965.

* («*Los Torques castreños de alambres enrrollados*» A. E. A. Tomo XXV, núm. 86, 1952)

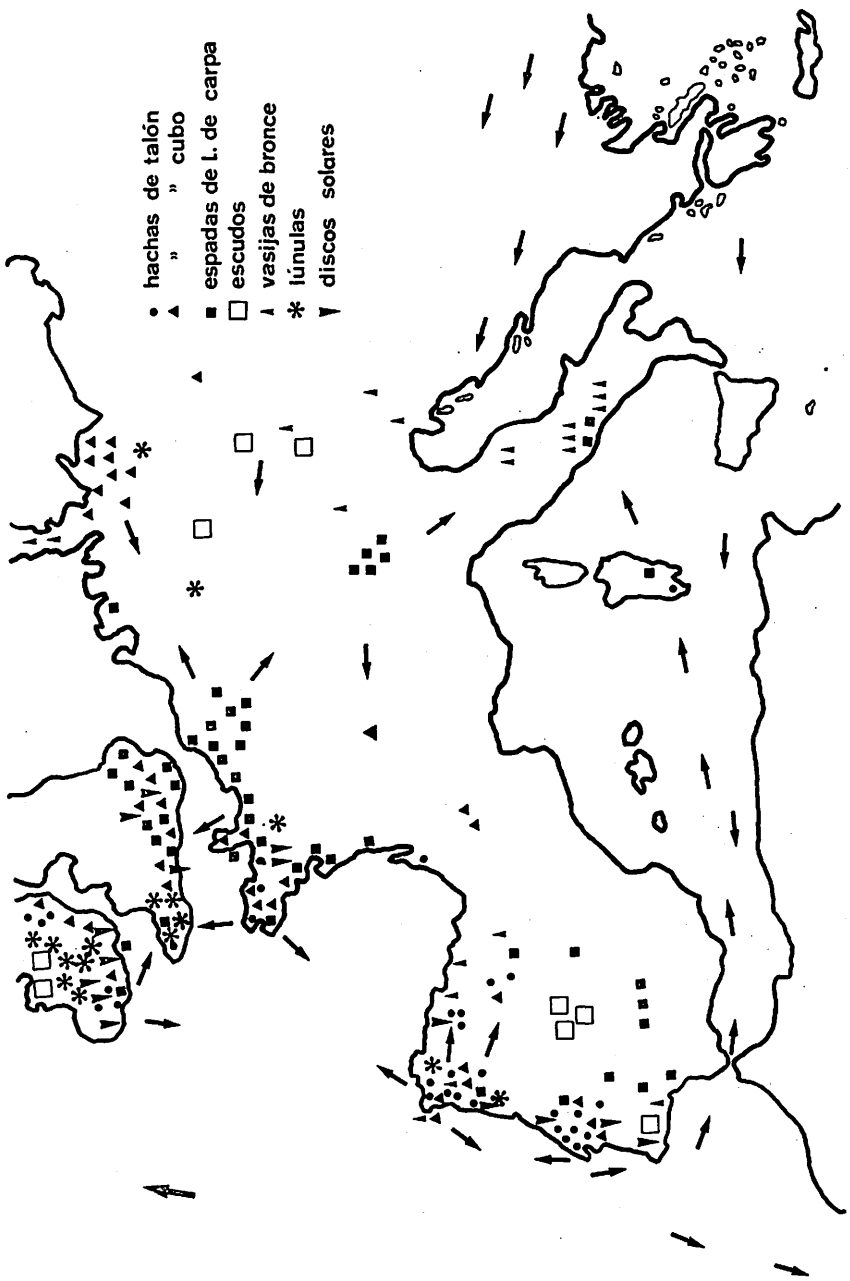

• hachas de talón
▲ » cubo
■ espadas de l. de carpa
□ escudos
◭ vasijas de bronce
* lúnulas
▼ discos solares

Lámina 8

Parece ser que estos torques de Bouza deben ser fechados hacia el siglo IV a. de J. C.

En el Museo francés de Toulouse hay otros ocho torques, más delgados y de menos peso que los de Galicia, pero del mismo tipo: así como en el Kunsthistorische Museum, de Viena hay otros dos torques, uno de pequeñas dimensiones, mayor el otro. De semejantes características a los anteriores.

En Bretaña, aparte de las lúnulas de oro, ya conocidas, existen ejemplos de objetos de oro de diferentes formas, pertenecientes a las varias etapas de la Edad del Bronce bretona (Lám. 8).

Sirva como ejemplo los collares de oro (gargantillas) de Saint-Pere-en-Tetz, muy parecido al collar de Goyas (Portugal), y los torques de Murde-Bretagne[131] y de Hinguet en Vieuz-Bourg-de Quintin (C. du Nort-Bretaña), y los brazaletes áureos de Saint-Marc-le-Blanc (Bretaña), Belz, Saint-Jean-Trolimon y Saint-Cado en Belz, todos en Bretaña[132]. El peso de estos objetos de oro oscila entre 746 y 388 gramos los torques y 45-64 grs. los brazaletes.

Los torques de oro pueden ser, normalmente, de sección cilíndrica o poligonal y, algunos, suelen estar decorados con motivos geométricos (líneas y trazados varios paralelos y cruzados). A veces la decoración se dispone en bandas horizontales o alternas, normalmente incisas cuidadosamente.

Estos objetos de oro, normales en el Bronce Medio europeo y en el Bronce final hispánico, son muy difíciles de fechar con exactitud. Parece ser que hay que hacer proceder estos objetos, o al menos su técnica de fabricación, del Próximo Oriente, y que hasta los momentos del Bronce II no empezaríana fabricarse en nuestras costas, perfeccionándose su técnica en los momentos del Bronce Final.

Las joyas británicas, irlandesas y, tal vez, las gallegas, pueden ser de importación, copiando los modelos bretones. Pero estos modelos serían a su vez de procedencia asiática, penetrando por vía continental y repartiéndose por vía marítima por las costas atlánticas del Occidente europeo.

Es muy raro el oro en lingotes. Solamente aparece en motivos ornamentales, por lo que hay que pensar en la escasa valoración desde el punto de vista económico que se le daba al metal, siendo más apreciado, naturalmente, como adorno.

Los torques gallegos pueden ser de origen bretón, aunque no hay que descartar la vía de penetración que supone el núcleo del Centro de Portugal, con contactos marítimos con tierras de más allá del paso de Gibraltar.

131. Briard: Op. Cit., pág. 44.
132. Briard: Op. Cit., pág. 44.

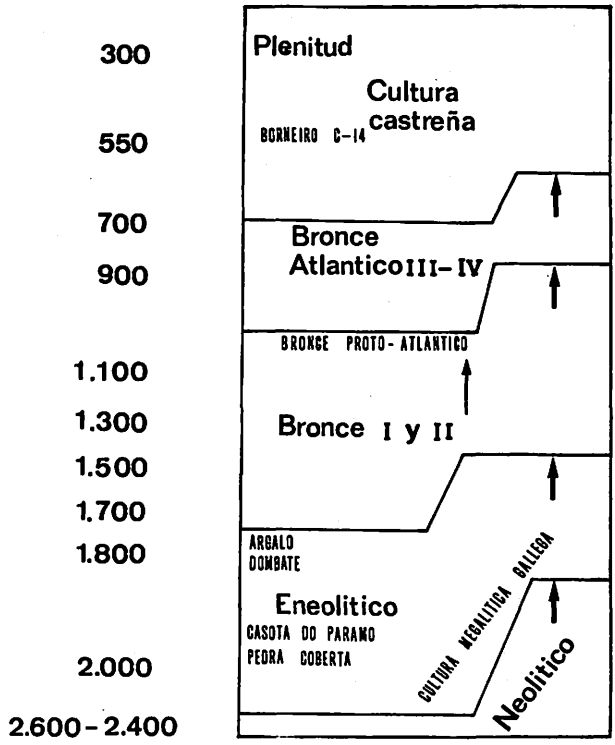

300
550
700
900
1.100
1.300
1.500
1.700
1.800
2.000
2.600 - 2.400
Plenitud
Cultura castreña
BORNEIRO C-14
Bronce Atlantico III-IV
BRONCE PROTO-ATLANTICO
Bronce I y II
ARGALO
DOMBATE
Eneolitico
CASOTA DO PARAMO
PEDRA COBERTA
CULTURA MEGALITICA GALLEGA
Neolitico

Lámina 9

En los moemntos del Bronce III y IV, en Bretaña y en el Noroeste de la Península Ibérica, los brazaletes de oro alternan con otros brazaletes del mismo tipo, pero en bronce, que copian los modelos y los motivos de decoración de los primeros. Son frecuentes en Bretaña en Mauvés (Nantes) y en Galicia, en La Coruña y zona de La Guardia (Pontevedra).

Hay que señalar que, en muchos vasos, la nomenclatura aplicada a estos objetos de oro no está unificada. Así, por ejemplo, los materiales de la colección Blanco Cicerón, han sido clasificados de diversas formas por los distintos estudiosos de Galicia, y en todos ellos existen discrepancias con respecto a los nombres aplicados a cada objeto.

Lo más interesante de estos objetos de oro es el hecho de que, en plena Edad del Hierro, en lo que denominamos «Cultura de los castros», perviven estos torques áureos, siendo muchos los castros de nuestro Noroeste en los que se han localizado leyendas y tradiciones basadas en la existencia de «filones de oro» o de túneles llenos del rico metal. La realidad es que hay que suponer estos torques áureos propios de una Edad del Bronce Final (Bronce III y IV de nuestra cronología, Lám. 9), y que, al llegar la innovación de la metalurgia del hierro, se conserva, sin duda, la tradición de estos objetos que siguen apareciendo en los castros, casi con el mismo tipo de decoración, volumen y peso.

Hay quien ha pensado en dar a los torques de oro un valor monetario equiparable al que se le pretende dar a las hachas de talón. Para Villaamil y Castro[133] estas hachas de talón son «monedas» de los celtas en los primeros momentos de la metalurgia en Galicia. Los torques podrían ser lo mismo. Pero es posible que los que dan al oro de la Edad del Bronce el valor que en la actualidad se le da, se olvidan de lo que en aquellos tiempos de los comienzos metalúrgicos se valoraba más. Es posible que fuese más valiosa un arma de bronce que un magnífico collar de oro. Lo primero tenía una evidente finalidad en utilidad. El oro posiblemente sólo estaría destinado al adorno y la decoración. Recordemos, de paso, que el primer metal que se empleó como moneda en Grecia fue el hierro en forma de lingotes finos y alargados y que, en los primeros Juegos Olímpicos de la Antigüedad a los atletas se les premiaba con trofeos de hierro, inmensamente más valiosos que el oro.

Lo más difícil dentro del estudio de la Edad del Bronce del Noroeste Peninsular es la localización de un yacimiento «tipo» que nos sirva para establecer las secuencias del Bronce gallego.

133. L. Villaamil y Castro: *La metalurgia gallega en los tiempos remotos*. Orense, 1907, pág. 15.

Han sido varios los intentos para establecer, por medio de yacimientos determinados, las secuencias del paso del Bronce al Hierro, es decir, la secuencia final de la Edad del Bronce gallega.

Debemos decir, corriendo el riesgo de que nuestros apreciados colegas de Galicia no estén de acuerdo con nosotros, que en esa área cultural no existe, por el momento, un yacimiento tipo en el que se pueda establecer la secuencia del Bronce final. Lo que sí es frecuente es el hallazgo de los «acobillos», muy circunstanciales y de dudosa filiación en algunos casos, que es de donde se han sacado todos o casi todos los materiales clasificados hasta hoy.

Un intento de establecer la secuencia final de la Edad del Bronce gallero lo hicieron, no hace aún muchos años, los gallegos L. Cuevillas y Bouza Brey, con la excavación del castro del Neixón, pequeño y estupendo poblado litoral, que en la actualidad ha sido excavado por el doctor Balil de Santiago, y que según sus excavadores representa el ejemplo de la transición del Bronce final a un incipiente de Hierro.

Los resultados de esta excavación están un tanto en el aire. El material hallado es: molinos de mano, parte de una manilla de bronce, de forma circular y de sección plano convexa adornada por series de ocho semicírculos juntos de cuatro en cuatro y separadas unas de otras por trazos verticales de número variable. En este caso, el paralelo más inmediato se encuentra en las manillas del depósito de Bard (Loire) datado a finales del Bronce.

Además, dos colgantes bicónicos de bronce, con anillo para colgar que se parecen mucho a los adornos metálicos del Bronce de Billy (Loire-et-Cher). También dos conos de bronce con agujero en su cara plana y dos perforaciones laterales, semejantes a las piezas terminales de vainas de espadas y regatones de lanza del Bronce IV francés y de Huelva.

Pero todos los materiales están faltos de una exposición clara, puesto que lo que no se ha dicho hasta el momento de escribir esta memoria es la secuencia estratigráfica en la que aparecieron estos hallazgos, los cuales solamente han sido objeto de un estudio comparativo con los materiales similares de Francia, sin equiparar el contexto cultural en el que aparecieron.

Más posible nos parece establecer esta secuencia utilizando el mismo sistema por medio del estudio de los hallazgos sueltos que, siendo más abundantes, darán más motivos para su comparación y estudio.

Lo cierto es que, hoy por hoy, no es posible dar la secuencia del Bronce Final y el paso a la Primera Edad del Hierro en Galicia, a no ser por los datos que en este sentido nos ofrecen algunos

castros de la región, con hallazgos sueltos que bien podrían ser colocados tipológicamente en el Bronce III.

Lo mismo podemos decir de los objetos que han sido situados cronológicamente en la etapa final del Bronce, y que, debido al contorno que los rodeaba, pertenecen más bien a los primeros momentos del incipiente Hierro, ya que es lógico pensar que los tipos y formas de la Edad del Bronce no mueren con el final cronológico de esta etapa, sino que perviven en la Edad del Hierro, hasta muy avanzado este periodo.

Son muchos los hallazgos de la Edad del Bronce en Galicia que podrían ser la base, y de hecho lo son, para el estudio de estas secuencias finales de la Edad del Bronce (Figs. 4 y 5).

Aparte de los hallazgos de los depósitos de hachas de talón, pertenecientes al Bronce Final y en relación muy directa con otras zonas atlánticas de Europa, otros objetos pueden ser base para este estudio.

Martín Almagro estableció esta secuencia basándose en el hallazgo de la Ría de Huelva[134], aunque en Galicia no hemos tenido la suerte de encontrar unas piezas semejantes en valor arqueológico.

Es nuestra modesta opinión que las secuencias finales de la Edad del Bronce en Galicia hay que buscarla en los castros.

Muchos de estos poblados fortificados presentan una continuidad cultural que muy bien deben ser enlazadas a los últimos tiempos de la Edad del Bronce de Galicia, como por ejemplo el castro de Borneiro, en el que hemos visto elementos que están más cerca culturalmente de la Edad del Bronce que de la del Hierro, confirmándose esta hipótesis de trabajo por el análisis de las muestras de cenizas de una de las casas por el método del C-14, que nos ha dado una fecha muy interesante: 520 a. de J. C.

Sin embargo esta afirmación solamente podría hacerse después de la excavación sistemática de un gran número de castros en los que estas secuencias podrían establecerse, porque como somos conscientes de nuestras propias limitaciones, debemos decir que un solo yacimiento excavado no puede ser base de una afirmación tan importante.

Son muchos los hallazgos de la Edad del Bronce que han sido extraidos de la tierra en las proximidades de un castro de la Edad del Hierro. Esto, que no es, friamente, indicio válido, puede ser una incitación para la investigación de este hecho que a nosotros nos parece interesante.

134. MARTÍN ALMAGRO: *El hallazgo de la ría de Huelva y el final de la edad de bronce en el suroeste de Europa.* Ampurias, Vol. II, 1940, pág. 85.

Los hallazgos de la Edad del Bronce se reparten por la geografía gallega con gran proliferación.

Son tantos los datos de hallazgos sueltos, que sería imposible reseñarlos aquí, pero de ellos hay algunos que merecen especial interés por nuestra parte, por los datos que pueden aportarnos.

Muchos de estos hallazgos han sido publicados ya, aunque con no demasiada fortuna. Otros están inéditos en las vitrinas de los museos de Galicia, y algunos en manos de particulares, que, ni siquiera han dado la noticia a especialistas, sino que los venden y compran, en un vergonzoso tráfico de piezas de incalculable valor para la Arqueología del Noroeste.

Tenemos noticias de que en Finisterre, junto a unos framentos de cerámica campaniforme, apareció un puñalito de bronce o cobre (la noticia no lo aclara) que habría sido de sumo interés si se conociese.

Utensilios de bronce, básicos para el estudio de esta etapa gallega son: la lanza de bronce que Angel del Castillo descubrió en un campo de mámoas en Campo Grande (Comarca de Melide), que está sin comprobar por el momento y de la que no tenemos más noticia que esta que damos.

Luis Monteagudo encontró, en una mámoa de las cercanías de La Coruña, un adorno de bronce semejante a los encontrados en Sao Benito (Portugal).

Y más lanzas de bronce, concretamente tres que se encuentran en el Museo de Pontevedra, halladas en la Laguna de Alcayán (La Coruña), que son semejantes a las analizadas por J. R. dos Santos Junior[135] en Lama Chá (Montalegre —Portugal—), que son cuatro lanzas de bronce datadas hacia el 1.400 a. de C. Monteagudo fechó las estudiadas por él en el año 1000 a. de C.

Precisamente lanzas de este tipo que mencionamos fueron las que sirvieron de base, entre otros hallazgos a M. Almagro, para datar el conjunto de la Ría de Huelva y señalar la secuencia final del Bronce en el Occidente europeo.

Las lanzas, puñales y espadas de bronce son bastante frecuentes en Galicia (Fig. 2). Alvarez Carballido encontró en el Monte de Penamá (entre Allariz y Ginzo) un pequeño puñal de bronce, con perforaciones en la empuñadura, cresta central y sin rebajes en los bordes.

Otro puñal fue encontrado en el castro Nemezo, también de bronce y con cresta central. En Meira (Ría de Vigo) se encontró un puñal con base curva y perforada en corona. Y en Beluso, en

135. *Quatro lanças de bronze de Lama Cha (Montalegre)*. Inst. Antrop. Univ. Oporto. Oporto, 1968, pág. 339, fas. 3-4, Vol. XX.

la ya fértil Ría de Vigo, otro puñal (éste de cobre) con base estrecha y larga y con tres perforaciones en el enmangue.

Es famoso en la prehistoria gallega el puñalito de La Bastida (Valle de Lemos), de cobre, con espigo plano, de 155 mm. de largo; y otro, de bronce encontrado en Domaio (Ría de Vigo), con dos escotaduras laterales y perforaciones en el enmangue, al igual que el anterior (Fig. 2-1).

También en Portomouro apareció un puñal con espigo plano, decorado por líneas incisas y rectas.

En Carnota apareció un conjunto de tres espadas de bronce que en la actualidad se conservan en el Museo de Pontevedra (sólo dos), junto a una pieza que se parece algo a una muñequera de arquero de cuatro perforaciones.

También en Cebrero (Lugo) apareció otra punta de lanza, en el Monte Ponteu, de sección triangular, y una espada de bronce sin empuñadura.

Otra punta de lanza apareció en Hio (Pontevedra), en el conjunto de un «acobillo», de sección triangular, junto a seis hachas de talón, una de cubo, cuatro puntas de lanza en mal estado, y una espada dividida en cinco fragmentos.

En Castro Nemezo (Bergantiños) apareció otra punta de lanza de bronce con gran predominio de cobre en la aleación, a la que le falta el cubo o cilindro hueco para meter el asta.

Otra lanza de bronce apareció en la cima llamada de San Trocado (Barbantes Miño), y en la cima de este lugar existen restos de un castro de la Edad del Hierro, lo cual apoya nuestra idea anterior.

La lanza se encuentra en el Museo Provincial de Lugo[136] y la publicó F. L. Cuevillas, el mismo que lanzó la teoría de las lanzas de bronce que eran ofrendadas al río Sil[137].

Se trata de un conjunto de lanzas que aparecieron en un hoyo en el cauce del Sil, cerca del monasterio de San Esteban. Son lanzas de bronce frágiles, de mala fundición, que estaban junto a una espada con lengüeta y aletas caladas y un colgante «amorcillado» de bronce.

Se encuentran estas piezas en el Museo Arqueológico Nacional y fueron publicadas por Ferro Couselo, Director del Museo de Orense y Lorenzo Fernández.

Parece que hay e n ello una tradición del culto a las aguas del Sil, río de plata.

136. F. López Cuevillas: *Una lanza de bronce.* C. E. G., XIII, III, 1958, pág. 297.
137. F. L. Cuevillas: *Armas de bronce ofrendadas al Sil.* Zephirus VI, Salamanca, 1955, pág. 233.

Hay antecedentes en fuentes: Nerín (Vichy), Saint Honoré y Saint Synphorion de Mamagne.

Parece que el culto a las aguas se desarrolló en plena Edad del Bronce y perduró hasta muy centrada la Edad del Hierro.

Perteneciente al Bronce II es el puñal con espigo que se encuentra en el I. «Padre Sarmeinto» y que fue analizado por la señorita Bouile, de la Universidad de Stuttgart. Permanece inédito, y hemos tenido oportunidad de verlo y fotografiarlo.

También en el Museo de Pontevedra hemos podido ver una espada en cinco fragmentos, de bronce, de procedencia desconocida; la parte inferior de una lanza (punta), y una hoja de puñal, de los que Cuevillas calificó de argárico.

Pero los hallazgos más numerosos son de hachas de bronce, de diferentes tamaños y tipos, desde las de talón de una anilla a las de cubo (más escasas en Galicia), pasando por las de tipo Barcelos, anteriores a éstas.

Hay hallazgos importantes de hachas de bronce, ya aparte de las mencionadas anteriormente como base al estudio metalográfico de las que hemos analizado, en Ponferrada, un hacha de talón con una anilla, con filo abierto tipo Barcelos; en La Coruña: tres hachas de talón, con dos anillas y una con una sola anilla. También en La Coruña apareció una de cubo, que se conserva en el Museo de San Antón.

Hachas de talón aparecieron en (Fig. 3 y Lám. 7): Isla de Ons, Castro Peneda, Redondela, Simes, Meaño, Marcou, Meis, Carballino, Cuntis... etc. (ver cartas de distribución) y objetos de bronce varios que, no solamente se encuentran en yacimientos de la Edad del Bronce, sino que es frecuente encontrarlas en otros de la más cercana Edad del Hierro, como las cuentas de bronce decoradas de los castros galaicos que ha publicado recientemente F. Bouza Brey[138], que en gallego reciben el nombre de «doas» que fueron encontradas en el castro de Santa Eulalia de Arca, Pino (La Coruña), consistentes en piezas macizas, con orificio, de unos 70 grs. de peso y decoradas con motivos geométricos.

Son, en fin, muchos los hallazgos, unos documentados y otros con escasas o ninguna noticia de las circunstancias de su aparición, pero todos ellos de interés para el estudio de nuestra Edad del Bronce.

Pero, volviendo a nuestra opinión, creemos que nada de esto, a excepción hecha de las cuentas de bronce, las lanzas de bronce aparecidas en los castros, y algunos hallazgos sueltos, es imposible que este conglomerado de objetos, de los que a veces desconoce-

138. Bouza Brey: *Cuentas de bronce decoradas de los castros galaicos*, C. E. G., XVIII, 54, Santiago, 1967, pág. 5.

mos incluso su procedencia, puedan servir para el estudio de las secuencias finales de la Edad del Bronce en el Noroeste de la Península.

Creemos, y así queremos exponerlo, que este estudio debe basarse en el análisis de muchos de los castros de la Edad del Hierro que permanecen intactos en espera de la mano del excavador; porque solamente allí, en esos poblados, es posible encontrar el nexo de unión entre los últimos tiempos de la Edad del Bronce y la transición a la Primera Edad del Hierro en Galicia.

## IV. — ALGUNAS CONCLUSIONES CRONOLOGICAS

«Uno de los postulados de la Prehistoria es que el problema del tiempo en la evolución humana es de primordial importancia, y, por tanto, en nuestra historia sin héroes, como podíamos definir a la Arqueología, es esencial poder conocer lo más que se pueda acerca del tiempo requerido para la organización y desarrollo de cada uno de los procesos culturales...»[139].

Y este problema, tan sencillamente planteado, es sin lugar a dudas el de más difícil solución de todos los que se nos presentan a lo largo y ancho de nuestros repetidos trabajos; tal vez porque, con el pretexto de un positivo amor a la Cultura, se han cometido graves y abundantes errores en los múltiples esquemas que, desde hace muchos años, se han presentado como «definitivos», cuando todos sabemos perfectamente que en una labor como la del investigador de Prehistoria y Protohistoria no puede, al menos así parece demostrarlo la experiencia diaria, darse nada como definitivo, sino que todo debe ir con el modesto apellido de «provisional», hasta que alguien, con más conocimientos o con más medios, pueda añadir algo más a lo que, con nuestro trabajo y nuestra experiencia personal, hemos podido ir elaborando con los medios a nuestro alcance.

Que la Cronología es el punto de más discusión en el trabajo arqueológico, es indudable. Junto con la interpretación de los hechos es, seguramente, el gran pilar en el que se basan discusiones y tesis antagónicas, por llamarlas así, que tienen una parte positiva para nuestra Cultura, y es que de ahí, precisamente, es de donde, sin lugar a dudas, puede y debe surgir la verdad, única meta de nuestra investigación.

Muchos de los errores cometidos en el pasado y los que el futuro nos traiga, se deben a la apreciación y consideración cronoló-

139. Beltrán Martínez, A: *El tiempo en Arqueología.* P. F. F. L. Zaragoza, 1957. Serie I, núm. 31, pág. 4.

gica, en la mayoría de los casos. Hemos podido comprobar cómo historiadores de la talla de Jaime Vicens Vives afirman en sus obras más importantes cosas como que «... los prehistoriadores se lanzaron alegremente al campo de la más pura divagación... basta mirar un mapa arqueológico para convencerse de que la distribución de los yacimientos corresponde más a la proximidad de un centro universitario o a la de un servicio prehistórico que a la posible realidad de la difusión de una cultura...»[140].

Haciendo, después, una dura crítica a los bruscos cambios de opiniones de los arqueólogos y prehistoriadores, aparentemente injustificados, o mal justificados.

Posiblemente la culpa no la tenga nadie en concreto y todos en conjunto. Pero es una culpa ajena, puesto que la investigación —y en el caso de la Cronología, especialmente— no es algo estático e inamovible, sino que tiene y sufre las lógicas variaciones de una ciencia joven y de poca experiencia, aunque ya ha comenzado a caminar por sendas más firmes y, por añadidura, más seguras.

De cualquier manera, el punto más difícil de nuestro trabajo, así como del trabajo de cualquier prehistoriador, es el de la cronología; campo lleno de anteriores errores, de confusiones, de afirmaciones aventuradas que no han hecho sino complicar aún más este enmarañado aspect o de la historia en general.

En lo que se refiere a la datación de la Edad del Bronce o de los comienzos de la metalurgia en Galicia, el panorama no puede ser más desalentador de lo que en la actualidad es, ya que carecemos casi por completo de otra fuente de información que no sea la tipología, tantas veces empleada y muchas de ellas con tan poca fortuna. Muchas de las piezas que en la actualidad figuran en las vitrinas de los museos y colecciones gallegos tienen al pie unos datos que en la mayoría de las veces no está confirmado por ningún dato o ratificación arqueológica, sino que por medio de la semejanza tipológica, ya que en muchas ocasiones se desconoce incluso su lugar de procedencia, se trata de hacer un esquema cronológico general para toda Galicia, sin pensar que, casi siempre, se están utilizando datos de dudosa veracidad, cuando no intencionalmente falseados.

Otro de los inconvenientes que en Galicia se plantea a la hora de la datación de los materiales, es la falta de un criterio unificado y de una terminología aceptada por común acuerdo de los investigadores del Noroeste. Los trabajos aislados, la falta de un criterio unificado en términos y esquemas, hacen mayor la confusión, sobre todo si a esto añadimos la falta de una labor investi-

140. VICENS-VIVES, J.: *Aproximación a la Historia de España.* Col. RTV, núm. 57. Madrid, 1970, pág. 163.

gadora realizada de acuerdo con las técnicas actuales y una serie de trabajos de campo sistemáticamente llevados. Son muy pocos los centros de investigación que en la actualidad se dedican con más o menos acierto a la tarea prehistórica en Galicia. Sobra erudición y faltan científicos que trabajen sistemáticamente, si exceptuamos las recientes excavaciones realizadas por el Instituto Padre Sarmiento de Santiago de Compostela y los llevados por los jóvenes licenciados de la Facultad de Letras de la misma ciudad. Esta labor, que podía ser más completa si se prescindiese del individualismo característico en los investigadores gallegos, posiblemente empeñados en la realización del «gran esquema» que, por el momento —y digámoslo con toda modestia— no es posible hacer para nuestro Noroeste, por falta de unos datos imprescindibles que, por desgracia, deben ser considerados como definitivamente perdidos. Otro de los inconvenientes con los que nos encontramos es el de la ausencia de «directores» de trabajos de investigación. La falta de maestros en el campo de la Prehistoria y, el éxodo de los que podían suplir esta ausencia, es uno de los pilares ausentes que deberían sustentar la investigación prehistórica en el Noroeste de la Península.

Durante muchos años se ha aceptado el esquema cronológico tradicional, puesto en circulación hacia los años 20 de nuestro siglo, con modificaciones incompletas que nada añadían al mismo. La evolución observada en otras zonas de la Península con respecto a los sistemas de periodización utilizados —fruto, sin duda, de una difícil tarea investigadora— no se aprecia en los estudios gallegos, que siguen basándose en unos sistemas anticuados hace ya años sin haber experimentado las correcciones oportunas, por falta de una labor de laboratorio que ratificase los trabajos de campo.

Es ahora, en los inicios de la década de los 70, cuando la Prehistoria gallega parece intentar levantar la cabeza, con una serie de estudios más documentados y más detallados, en los que, por primera vez, se están utilizando técnicas arqueológicas, desconocidas hasta ahora en Galicia, como el análisis químico de las piezas, los análisis radiocarbónicos, los estudios de terrazas... y una serie más de datos de vital interés para la Arqueología.

Por eso, las dificultades con las que nos encontramos al intentar hacer un modesto análisis del esquema cronológico del Noroeste peninsular son muchas, pero no por ello hemos dejado de indagar en los viejos y nuevos estudios, tratando de encontrar en ellos datos tipológicos, estadísticos, físicos... etc. que nos pudiesen dar la oportuna orientación para esta labor.

Sin embargo, queremos dejar bien claro que, como conscientes de nuestra propia incapacidad para solucionar estos problemas de

forma definitiva, intentaremos dar una visión lo más completa que nuestras posibilidades nos permitan de este aspecto de la cronología de los comienzos de la metalurgia en Galicia.

No espere el lector encontrar en nuestro trabajo un esquema cronológico completo y definitivo. Eso, que por ahora es una tarea imposible de realizar, es el destino que deben tener los trabajos de investigación de la nueva generación de prehistoriadores gallegos, que —al menos así lo creemos nosotros— estará preparada para enfrentarse firmemente a todas estas cuestiones y preguntas.

Nosotros nos limitaremos a dar una orientación que en el futuro pueda servir de punto de partida para la elaboración de una auténtica sistematización cronológica de la pre-protohistoria del Noroeste. Esa, y no otra, es nuestra intención. No pretendemos, pues, dogmatizar. Todo lo que aquí digamos en este sentido es susceptible a una urgente modificación, fruto de una larga labor investigadora, tan necesaria ya.

Muchas y muy variadas han sido, hasta el momento, las opiniones cronológicas dictadas, desde las aulas o desde las publicaciones, para enmarcar en el tiempo las culturas protohistóricas del Noroeste de la Península Ibérica, por lo que nos es difícil tratar, aunque sólo sea de una forma esquemática, de todas ellas. Sin embargo en todas estas opiniones se ha tratado de dejar en claro la existencia de dos etapas diferentes en influencias y en realizaciones culturales durante los tiempos de la Edad del Bronce y, más tarde, en los primeros momentos de la Edad del Hierro.

Estas dos diferencias radicaron, desde los primeros momentos, en la evidencia de dos áreas influyentes en Galicia: por un lado, el interior de la Península y el Norte de Portugal de forma especial y, por otro, el Océano Atlántico, como medio de tránsito y vía de comunicación idónea para el aporte cultural de otras zonas limítrofes al N. W. español y, del N. W. español a los demás «finisterres» atlánticos. Por eso es importante que, antes de introducirnos en nuestras propias cronologías para el estudio de la primera Historia de Galicia, hagamos una visión panorámica de lo que han sido los estudios cronológicos referentes a esa zona, desde los comienzos de su estudio sistemático.

Desde 1920, el profesor Pedro Bosch Gimpera[141] ofreció a su escuela catalana un esquema cronológico en el que las facies megalíticas eran vistas como un «Neolítico Final —Eneolítico Inicial», seguidos de un Pleno Eneolítico que daba introducción a un período que Bosch denominó Edad de Bronce Algárico, para terminar en lo que hoy llamamos Avanzada Edad del Bronce.

141. Bosch Gimpera, P.: *Antropología Prerromana Hispánica*, Barcelona, 1920.

Sus ideas pueden resumirse en el presente esquema:

| | | |
|---|---|---|
| I. (A-B) ... ... ... | 2500-2000 | Campaniforme. Fases megalíticas. |
| I. (C)... ... ... ... | 2000-1700 | |
| II. ... ... ... ... ... | 1700-1400 | Argárico. |
| III. ... ... ... ... ... | 1400-1200 | |
| IV. ... ... ... ... ... | 1200-1000 | Hachas de talón. Huelva. |

Este esquema, presentado someramente como resumen de las ideas del profesor Bosch Gimpera, presentaba a su vez una serie de coincidencias con el esquema europeo de Montelius, hacia fines del siglo pasado. El autor de «Materiaux», en 1885, publicó una cronología dedicada y aplicable solamente a Escandinavia y, más tarde, contando con los materiales y datos aportados por las excavaciones de Troya y Micenas, materiales fáciles de datar porque aparecieron con buena estratigrafía y con cerámicas y sellos egipcios, etcétera, realizó un esquema cronológico dividido en seis períodos, de los cuales el I pertenecía al Eneolítico o Calcolítico, más tarde denominado Edad del Cobre; el IV, era inesistentes en Europa; el VI, correspondía a la I Edad del Hierro y al Hallstatt A-B.

En el esquema de 1920 de Bosch, se aprecia claramente en los sincronismos del período I C ibérico, con el período I C (de cistas) nórdico; así como en el IV ibérico con el IV nórdico.

Este sistema cronológico fue seguido atentamente, más tarde, por L. Pericot[142], aunque no tardó mucho en modificar algunas fechas y en rebajar otras.

Desde los tiempos de Mortillet, que representó el primer esquema de clasificación general de toda la Prehistoria, haciendo de la Edad del Bronce (dejando aparte los objetos de cobre) dos curiosos períodos: I, el de los fundidores y II, el de los caldereros[143], hasta los momentos actuales en los que toda la cronología de la Península está en plena revisión, han ido sucediéndose visiones para todos los gustos, aplicables a una o varias zonas a la vez, y sin demasiado rigor científico, tal vez porque aún no existía por entonces una verdadera ciencia prehistórica.

Más tarde, se aplicó en muchos países la conología propuesta por Dechelette, en la que la Edad del Bronce oriental y griega que-

142. *Historia de España*, T. I (dedicado a la España primitiva y romana J. MALUQUER). Barcelona, 1934, 2.ª Ed. en 1942.

143. I. BARANDIARÁN MAEZTU: *Apuntes del Curso Monográfico de la Edad del Bronce*. Zaragoza, 1969.

da separada por un abismo cronológico de la Edad del Bronce del Occidente de Europa.

Hoy parece estar cambiando las motivaciones que cada vez inducen más a variar los esquemas tradicionales. Cada día más, se utilizan los métodos tipológico y cartográfico tradicionales, acompañados de los datos obtenidos por el Carbono 14, perfectamente aplicable en muchos casos a la Edad del Bronce de la Península Ibérica y, aplicados por primera vez en Galicia[144] en 1972.

Ya hace algún tiempo, Bordes definió la Tipología como: «la ciencia que permite reconocer, definir y clasificar las diferentes variedades de útiles que se encuentran en los yacimientos prehistóricos». Pero es optativo del prehistoriador, el adoptar los métodos más idóneos: descriptivo, geográfico, estadístico...

El método descriptivo es aplicable para que el investigador se ocupe de 1) separar un objeto hecho por el hombre de otro natural, 2) estudiar las técnicas de elaboración, y 3) para intentar saber la utilidad y función del objeto a estudiar.

Con esta visión, se llega a comprender los dos aspectos de estos materiales: forma y función, lo cual es un pilar elemental para la elaboración de una cronología comparada, aunque suceda que, a veces una sola forma desempeña varias funciones o que varias formas realicen una sola función. La función debe ser comprobada por vía experimental.

Hay que conocer lo que se puede hacer con el objeto y, a veces habrá que echar mano de la Etnología Comparada si queremos saber el exacto (a veces sólo aproximado) dato cronológico.

Hay otro sistema más, consistente en observar las asociaciones de ese objeto con otros de los cuales ya sabemos la función que tenían; también por otro procedimiento más reciente, consistente en la observación microscópica de las huellas que el uso ha podido dejar en las piezas, sistema del que es pionero el ruso Selanov.

Todo esto, que en teoría es perfecto, ha servido en muchos casos para una interpretación erróneo de los útiles, tal vez por falta de práctica en la aplicación de estos principios o, lo que es más peligroso, debido a la rigurosa aplicación de ellos solamente[145].

La edad del Bronce, no sólo en la Península Ibérica, sino en toda Europa, ha sufrido las consecuencias de la falta de criterios unificados para la interpretación de estos métodos de los que hablamos.

Desde los tiempos de Thomsem, danés al que debemos el nombre dado a la Edad del Bronce hasta nuestrosdías, la cronología

144. Eiroa García, Jorge J.: *Una fecha radiocarbónica para el Nooreste Peninsular.* «Estudios II», de la F. F. L. de Zaragoza, 1973, pág. 48.
145. Barandiarán, I.: Loc. CIF. núm. 5.

protohistórica ha experimentado unas variaciones que, en la actualidad, hacen que los hechos y los útiles se nos presenten más cercanos a la realidad científica de lo que estaban antes.

La aparición del sistema de estratigrafía comparada, aplicada a la Edad del Bronce[146], los conocimientos sobre esta importante etapa han sido aumentando paulatinamente y en la actualidad se conocen más sincronismos que derivan de la existencia en yacimientos europeos occidentales de objetos bien fechables.

Añadamos a esto, especialmente interesante, el estudio metalográfico de los objetos, de reciente utilización y casi imprescindible en un estudio completo que en la actualidad quiera hacerse de la Edad de los Metales.

Mediante la utilización del estudio metalográfico se puede determinar la contemporaneidad de dos hachas de talón, por ejemplo, de diferentes yacimientos, sólo con un simple análisis físico-químico, mediante el cual el metal reacciona de una forma determinada ante la presencia de reactivos de diferentes tipos.

Actualmente, este tipo de estudio se ha realizado, creemos que por primera vez, en Galicia, en la Facultad de Letras de la Universidad de Santiago, gracias a la labor de los jóvenes investigadores dependientes de la misma[147].

Sin embargo, debemos decir que lo que caracteriza a los sistemas cronológicos utilizados hasta hoy en aplicación para nuestro Noroeste, es la falta de un criterio unificado, la falta al mismo tiempo de una clara terminología y, la ausencia de datos obtenidos científicamente, mediante los trabajos de campo.

El Bronce Hispánico tiene su primer esquema importante y generalmente aceptado con el profesor D. Julio Martínez Santa-Olalla[148], el cual propone una doble clasificación de la Edad del Bronce en la Península Ibérica, relativamente aplicable sólo en algunas zonas y, absolutamente rechazable para otras en las que rebajar las fechas iniciales marcadas por el Sr. M. Santa-Olalla.

La realidad es que, hasta la aparición del esquema de este autor, en Galicia solamente se había aplicado la sistematización cronológica salida de Déchelette, utilizada, incluso posteriormente a la aparición del Esquema, por Mendes Correa para Portugal, López Cuevillas y Bouza Brey para Galicia, con todos los inconvenientes que trae consigo la aplicación de un esquema general europeo como es el de Déchelette para una zona tan reducida como es Galicia.

146. C. F. A. SCHAEFFER: *Estatigraphie Comparade et Chronologie de l'Asie Occidentale.* Oxford University, 1948.

147 Véase el resultado de esta labor en el resumen de la 23.ª Exposición en homenaje a F. MACIÑEIRA: *Historia y prehistoria de Galicia,* I. P. S. de estudios gallegos, Santiago, 1970.

148. MARTÍNEZ SANTA-OLALLA: *Esquema palentológico de la Península Hispánica.* S. H. P. H. Madrid, 1946.

Las obras capitales de los autores gallegos y portugueses citados, están totalmente impregnadas de las influencias del prehistoriador francés[149]. Más tarde, Martín Almagro y Basch, Catedrático de la Universidad de Madrid, discípulo de Martínez, Santa Olalla, modificada, sólo parcialmente, el esquema de su maestro. Para Almagro, el Bronce I A, Eneolítico, megalitismo y campaniforme, se data entre los años 1800 y 1400. El Bronce I B, argárico, entre el 1400 y el año 1000. El Bronce II A, entre los años 1000 y 750.

Y, por último, el Bronce II B, al que denomina Bronce Atlántico después de Huelva, entre los años 700 y el 500, ya que en relación directa con la Primera Edad del Hierro.

El gran problema que se planteaba al tratar de poner en claro la cronología de la Edad del Bronce de la Península Hispánica era el de la terminología utilizada, hasta que en I Congreso Arqueológico Nacional de Almería[150] se designó una comisión, en la cual figuraban los doctores Pericot, Abel Viana, A del Castillo, Tarradell, Maluquer y otros, destinadas a presentar un estudio de esquematización de la Edad del Bronce en la Península.

Esta Comisión tiende a la unificación de los conceptos generales en uso, el Eneolítico y la Edad del Bronce, convirtiéndose así en un sólo período que se denomina, en términos generales, Edad del Bronce, en la cual va incluido el Eneolítico.

Se determinan tres etapas:

Bronce I. — Equivalente al antiguo Eneolítico.
Bronce II. — (O argárico).
Bronce III. — ó etapa final. Epoca de los contactos con Europa. Etapa que precede a las invasiones.

En realidad, es difícil determinar la utilidad práctica de este esquema para el Noroeste, porque en Galicia se dá el caso de que el núcleo originario de la cultura de la Edad del Bronce y de los principios de la metalurgia se sitúan en el centro portugués, en el que tenemos planteado, por ejemplo, el problema del megalitismo, concretamente el de los sepulcros sin corredor, que parece ser que hay que enmarcarlos en sus inicios hacia el año 2900 a. de C., por lo tanto en tiempo neolítico. Lo tradío que sea en Galicia todo lo preferente a los comienzos de la metalurgia, hay que justificarlo con la distancia física y la teoría de la escuela histórico-cultural de Etnología, por medio de su criterio de presuposición: «Si un elemento cultural sirve de base o motiva la existencia de otro, se

149. DECHELETTE, J.: *Manuel d'Archeologie*, T. II, París, 1910.
150. MALUQUER DE MOTES, J.: *Concepto y periodización de la Edad del Bronce Peninsular*. Rev. «Ampurias», XI, Barcelona, 1949, p. 191.

comprende que se presupone»[151]. En nuestro caso debemos presuponer que, si la cultura megalítica comienza su verdadera expansión gallega hacia el año 2400 a. C., lógicamente su núcleo originario, Portugal, debió comenzar mucho antes, ya que no es posible presuponer que una cultura se permita representar su papel de difusora sin haber llegado antes a un momento cultural superior que le permita establecer áreas de difusión, líneas de contacto, vías de penetración..., etc.

En Portugal, las fechas radiocarbónicas hablan por sí solas. Por Carbono 14 se han fechado:

Praia das Maças. — 2210 a. C.

Parede (Cascaes). — 2885 (con campaniforme).

Praia das Maças. — (una cámara con campaniforme.) 2890.

Y, lo más cercano al Eneolítico, como es el castro de Zambujal, dio una fecha de 1690 = 100, a. C.[152].

Pero, con todo esto, no queda, ni mucho menos, aclarado el panorama cronológico del Noroeste de la Península Ibérica en los comienzos de su metalurgia.

Lo más importante, es, en el análisis de nuestras bases de periodización, es el conocimiento del tiempo en el que se realizaron los hechos. Y este análisis del tiempo resulta mucho más importante que el análisis del espacio, problema que, con ser importante, pierde prioridad ahora. Esto se debe a que el tiempo dá el carácter histórico a los hechos (aunque no por sí sólo). Si no tuviésemos una buena medida del tiempo nos sería imposible datar momentos de génesis en las culturas que estudiamos, ni tampoco podríamos establecer los paréntescos ni las relaciones, en un momento en el que estas relaciones alcanzan suma importancia cultural, como ocurre con los intercambios culturales de la Edad del Bronce entre los finisterres europeos occidentales.

Sin embargo, ¿es posible rastrear el paso del tiempo en algún modo y de forma total? ¿con qué validez podemos acudir a criterios teóricos para ordenar temporalmente los hechos de estos primeros momentos de nuestra historia?

La cronología de la Edad del Bronce en la Península ha planteado serios problemas desde los orígenes de su estudio. Sin embargo, de forma general, es mejor conocida que la cronología del Eneolítico y cada vez mejor, es posible precisar el espacio de tiempo que abarca cada período.

151. Caro Baroja, J.: *Análisis de la Cultura*, C. E. E. P. (C. S. I. C.). Barcelona, 1949, pág. 39.
152. Barandiarán Maeztu, I.: *Curso de Edad del Bronce en la Península Ibérica*. Univ. de Zaragoza, 1969.

Sigue siendo válida la teoría de que la cronología del Oriente Próximo (y de Grecia) sirve de base como cronología absoluta, para la Península.

Pero, desde el punto de vista de las culturas interiores de España, no podemos conformarnos con tener un cómputo general, sino que las diferentes variaciones deben ser estudiadas cuidadosamente, porque de ellas depende el esquema general para la medida del tiempo Prehistórico de nuestro suelo.

Concretando nuestra labor en el Noroeste de la Península Hispánica llegamos a la conclusión de que, mientras en Galicia se está elaborando la base cultural de la Edad del Bronce, en el centro de Europa se están formando, y con cierta rapidez, los pueblos que serán la aportación étnica y culturalmente más importante para el N. W. de nuestra Península: los celtas.

Desde hace mucho y hasta tiempos muy recientes, lo que en el siglo pasado fue la «celtomanía», se convirtió en Galicia en la «época de los celtas», con validez, hasta los tiempos actuales, aunque cada vez con más datos a revisar.

Por eso, no debemos extrañarnos que el propio Bosch Gimpera[153] afirmase ya en 1945 que la época de la formación de los celtas corresponde al Eneolítico, es decir, hacia el final del III milenario a. de C., época en la que surgen de una suma de pueblos situados entre el Báltico, Ucrania, el S. de la actual Rusia y Francia Oriental, que a su vez, eran producto, de una mezcla de agentes del Paleolítico que, en un momento dado, logran formar una misma cultura y una misma comunidad de lenguas, pero que no llegarán hasta nuestro Noroeste peninsular por lo menos hasta el siglo VIII a. C., es decir, unos 100 años después de su paso por los Pirineos, en su primera oleada de invasión[514].

La realidad es que las bases del cómputo del tiempo para la Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica, hay que buscarla a partir del Eneolítico, momento en el que comienzan a establecerse, definitivamente, los pilares de la cultura de la metalurgia, por supuesto como fruto de un proceso de aculturación llegado desde un núcleo originario que, por el momento, parece ser el de la zona portuguesa, en un momento no del todo determinado hasta hoy.

Incluso es posible que, de alguna manera, los habitantes de nuestra actual Galicia, contribuyesen a la expansión del vaso campaniforme que es una de las influencias que, según Bosch Gimpe-

153. Bosch Gimpera, P.: *Elementos de la formación de Europa: Los celtas.* La Revue de L'Igal. II, 2, págs. 36-61. México, 1945. (Con una recensión en A. E. A. XIX, 1946, p. 266 por B. Taracena).

154. Beltrán Martínez, A: *La indoeuropeización del Valle del Ebro.* I Symposium de P. P. I. 1959, p. 103.

ra[155], reciben los celtas en su núcleo originario de formación, sobre todo en el sector occidental, mezclado con una proyección de la cultura megalítica del N. de Francia y del megalitismo báltico, con una clara afluencia de elementos culturales de la zona de la cerámica de cuerdas, por su parte oriental.

Si la estabilización del pueblo celta ocurre, como parece que así es, en plena Edada del Bronce, dando lugar a la cultura de los túmulos que llega a Francia desde Checoslovaquia y Austria, no puede extrañarnos que, cuando este pueblo llegue a Galicia, por vía continental, encuentre en el solar gallego un gran número de elementos culturales propios de su área originaria, llegados a Galicia mucho antes de que la segunda oleada céltica llegase a España.

Vecinos por el Este de Europa de este pueblo sería la cultura danubiana, hacia el 1200-1100 a. C., fecha en la que se concentran lo que han de ser los pueblos célticos que ya hablan, más tarde, la variedad lingüística indo-europea.

Pero en el momento de formación del pueblo celta, el Noroeste hispánico aún no ha llegado al apogeo de su aculturación eneolítica.

En España están ocurriendo entonces muchos fenómenos culturales de considerable importancia para la formación peninsular.

Pero la cronología no es exacta, ni mucho menos, para la totalidad de la península, así que, con más motivo, puesto que existen menos datos, lo puede ser para el N. W.

La aplicación, desde hace pocos años, del sistema de datación del Carbono 14, está aclarando mucho el panorama general de la Península en estos tiempos de los comienzos metalúrgicos. Sobre todo, se tiende a ir rebajando las fechas tradicionalmente aceptadas, de forma que el esquema general está empezando a formarse con más exactitud de lo que hasta hace poco tenía.

Vera Leiner dio una serie de fechas radiocarbónicas adaptadas, científicamente a la cultura megalítica de la Península Ibérica[156]. Leisner y Veiga Ferreira excavaron en Portugal, en 1961, un monumento funerario de varias cámaras, a 10 Km. de Sintra, cerca de Praia das Maçcas.

De una de las bolsas de carbón recogidas, se hizo un análisis radiocarbónico que dio la fecha 2300 ± 60 A. C. Y de otra muestra del mismo yacimiento se dató la fecha 2370 A. C.

En la cámara excavada habían: 84 puntas de base triangular, 5 cabezas de alfiler, 220 cuentas discoides de «xisto», 12 placas de «xisto» con decoración geométrica, 2 vasos y restos de 7 cráneos humanos. También hay una fecha radiocarbónica extraída de una

155. Bosch Gimpera, P.: Op. Cit., pág. 15.

156. Leisner, V.: *Primeras fechas de radiocarbono 14 para la cultura megalítica ibérica*, VII, C. An. N. Zaragoza, 1964, pág. 207.

muestra procedente de un Tholos de A. dos Tassos en el Bajo Alemtejo, que dio 1850-200 A. C.

Por otra parte, la espada de cobre de los Millares, posiblemente, según Sangmeister, perteneciente a la primera etapa de la cultura de los Millares, dio por Carbono 14,2345 ± 80 años A. C.

Si a esto acompañamos los primeros datos obtenidos en Bretaña de los materiales extraídos de dólmenes con cerámicas campaniforme, tan de cerca unidos a la zona N. W. peninsular, tendremos una aproximación en el tiempo relativamente aceptable. Estas fechas obtenidas en Bretaña de los materiales extraídos de dólmenes con cerámicas campaniforme, también de cerca unidos a la zona N. W. peninsular, tendremos una aproximación en el tiempo relativamente aceptable. Estas fechas obtenidas en Bretaña se acercaban, en conjunto, al año 2500 A. C.

La profesora Ana María Muñoz recogió, hasta 1967, todas las fechas radiocarbónicas obtenidas en España[157] y en Portugal.

En los que se refiere al Eneolítico, etapa que nos interesa especialmente puesto que es la base de los inicios metalúrgicos en Galicia, las fechas obtenidas formaron un «todo» bastante concordante, tendiendo siempre a rebajar las fechas aceptadas tradicionalmente desde los tiempos de la reunión de Almería. Una muestra de carbones de Almizaraque (Herrerías, Almería), que fue analizada en el laboratorio de Köln, dio 2000 ± 120 A. C.

Pero en Portugal las fechas obtenidas son mucho más bajas, y, por ser núcleo originario gallego, más interesantes para lo que queremos expresar aquí.

En Penha Verde (Sierra de Sintra): 1460 ± 100, que parece corresponder al final de la cultura campaniforme.

En Antelas (Oliveira de Prades), una fecha bastante dudosa: 1380 ± 300 con un margen excasamente amplio.

Y ya hemos visto las fechas obtenidas en los megalitos de Alentejo. Vilanova de Sao Pedro dio 1700 ± 100, que corresponde a un pre-campaniforme avanzado.

Las fechas obtenidas para el Eneolítico hispano no presentan mayor fallo, en algunos casos, de ofrecer un margen de error de aproximación excesiva amplio para esta etapa. Márgenes que no podríamos permitir ni aceptar en una avanzada Edad de Bronce, pero que pueden servir, provisionalmente, para el cómputo del Eneolítico.

Lo costoso de la elaboración de estas muestras radiocarbónicas hicieron, hasta que se creó el Laboratorio de Geocronología del C. S. I. C. de Madrid, en el Instituto «Rocasolano», que fuesen es-

157. Muñoz, Ana María: «Pyrenae», 3, 1967, p. 7, en *La cronología del radiocarbono en la Península Ibérica.*

sas. Por eso se aprecian, desde 1965 hasta ahora, una variación en las abundancias de datos cronológicos radiocarbónicos españoles. En la actualidad se está trabajando con seriedad y acierto en este campo.

Por eso, pensamos que, a medida que las fechas vayan ratificándose con las obtenidas más recientemente, se irá perfilando con más claridad la panorámica cronológica de la Península.

En Galicia apenas se ha trabajado con el radiocarbono. Hasta 1971, fecha en la que salió la primera datación de este tipo, fruto de las excavaciones realizadas por nosotros en el castro de Borneiro[158], no existía ninguna.

Pero la fecha de Borneiro solamente sirvió para aclarar en parte la cronología de los orígenes en la Edad del Bronce de los castros gallegos, y no para la aclaración de la cronología del Bronce en el Noroeste.

Sin embargo, en Borneiro[159] aparecieron restos de una evidente filiación del Bronce europeo. Por eso pensamos que es interesante reseñar aquí este hallazgo, directamente relacionado con los tiempos finales de la Edad del Bronce y los primeros de la del Hierro.

Entre los materiales descubiertos en la Primera Campaña de Excavaciones Arqueológicas del castro de Borneiro (La Coruña), realizada en agosto del año 1970 con el equipo de la Universidad de Zaragoza, destaca y merece especial atención una aguja de bronce, de 12,5 cm. de longitud, de sección circular, con el ojo en forma de rombo y con el extermo superior plano, como para ser empujado con algún tipo de dedal, hallada en el nivel a., que llama la atención por sus características, así como por el contexto cultural en el que aparece.

Estudiando este ejemplar, típicamente perteneciente a un Bronce Medio en Centroeuropa y a un Bronce Final en la Península Ibérica, hemos encontrado similitudes interesantes que nos han dado pie para ofrecer su análisis en este trabajo, por suponer, no sabemos si con buen criterio, que el hallazgo en sí y sus posibles enlaces culturales, pueden aportar algunos datos más para el estudio arqueológico de nuestro Noroeste peninsular.

En el Diario de Excavaciones se siguió la pieza en cuestión con la sigua: «BOR (neiro). Cuadro C-6, n.° 118», situándose su localización a 45 cms. de profundidad (1,45 m., con respecto a la Línea Cero del Yacimiento).

158. Eiroa García, J. J.: *Excavaciones arqueológicas en el castro de Borneiro, La Coruña.* N. A. H. XV, Madrid, 1971, pág. 127.

159. Eiroa García, J. J.: *Un hallazgo centroeuropeo en el Noroeste de la Península Ibérica.* Estudios del S. P. A. H. A. U. Z., Zaragoza, 1972, pág. 67.

160. Op. Cit. en núm. 20 y *Notas sobre el castro de Borneiro*, «Caesaraugusta», 31-32, 1968, p. 151; y *Un corte estratigráfico en el castro de Borneiro*, XI, C. A. N. «Actas», Zaragoza, 1970, p. 335.

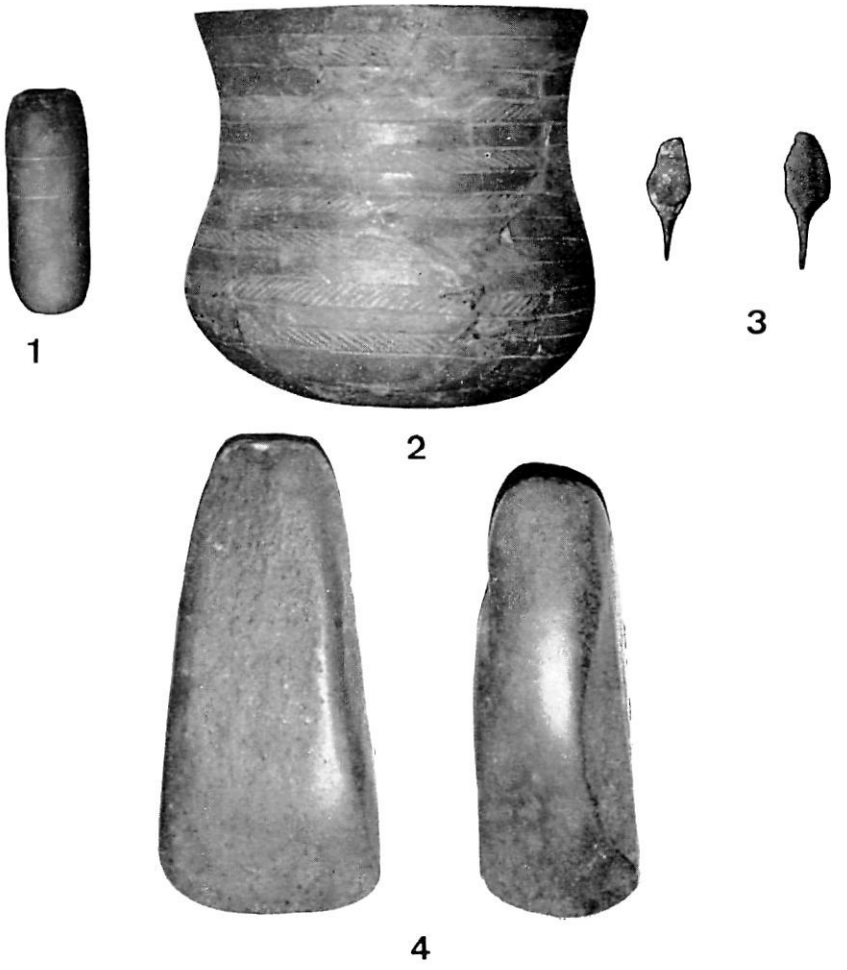



FIG. 1. — 1) Idolo-cilindro de La Caeira. 2) Vaso campaniforme de Puentes de García Rodríguez. 3) Puntas Palmella de Pontevedra. 4) Hachas de la necrópolis magalítica de Bexo (Rianxo). En el I. Padre Sarmiento de Santiago

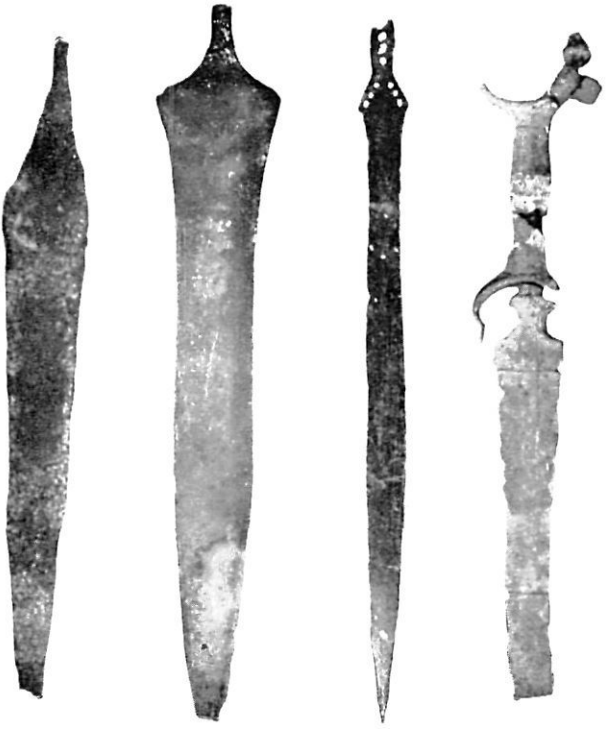



FIG. 2. — 1) Puñal de A. Bastida. Encontrado en La Estrada. Instituto Padre Sarmiento (Santiago). 2) Espada de bronce de procedencia desconocida. Instituto Padre Sarmiento (Santiago). 3) Espada de San Juan del Río. 4) Espada de A Cividade (Fozara).

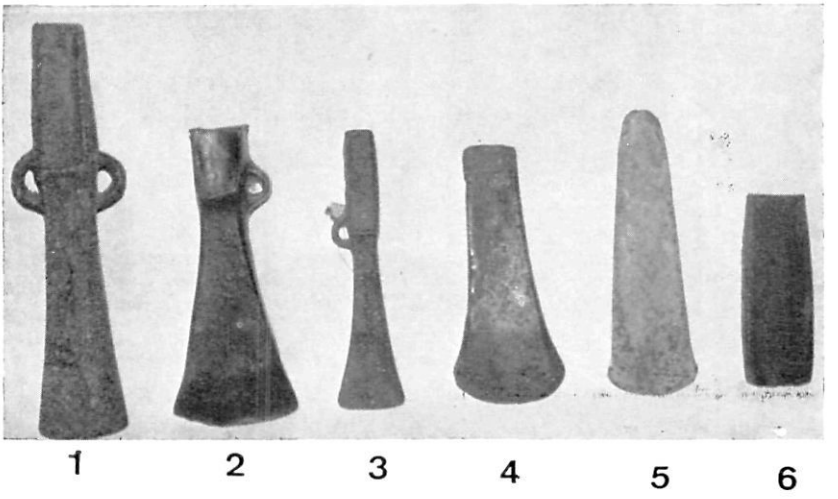



FIG. 3. — 1) Peneda. Viso. Redondela. 2) Mina de Indur. 3) Procedencia desconocida. 4) Redondela. 5) Lamas de Marit. 6) Silleda.

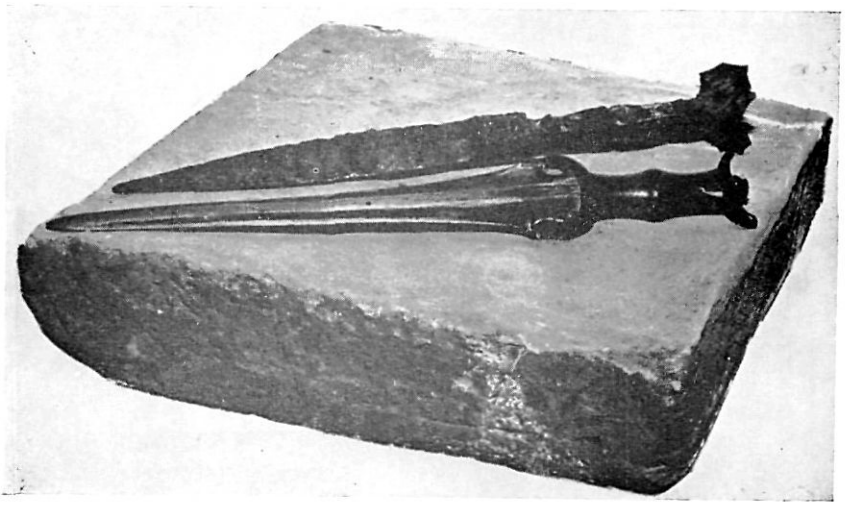


FIG. 4. — Espada del Museo de Lugo.

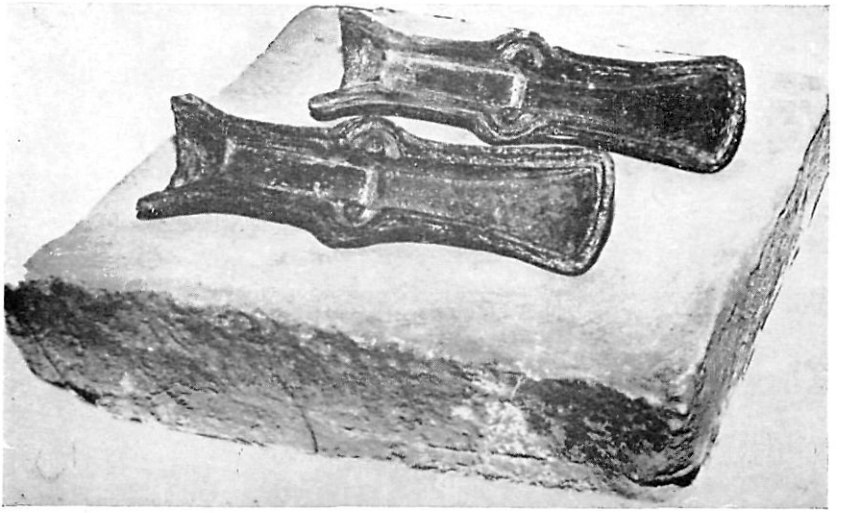


FIG. 5. — Molde de fundición de hachas de talón de dos anillas. Museo de Orense.

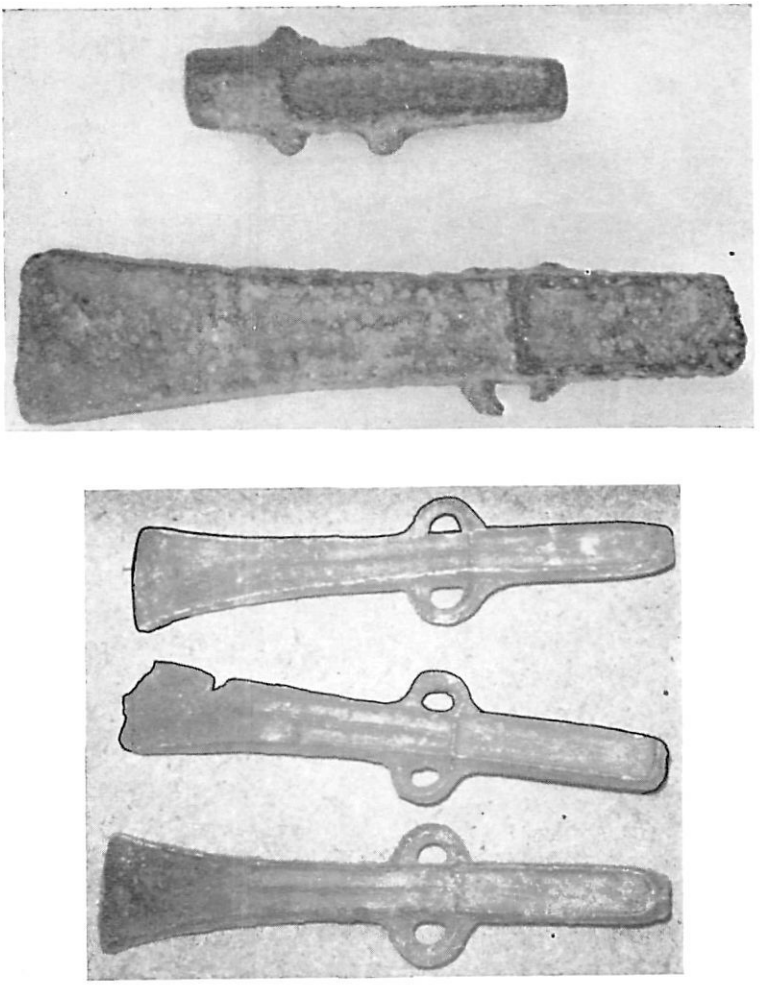


FIG. 6. — Hachas de talón de dos anillas de La Coruña y Pontevedra.

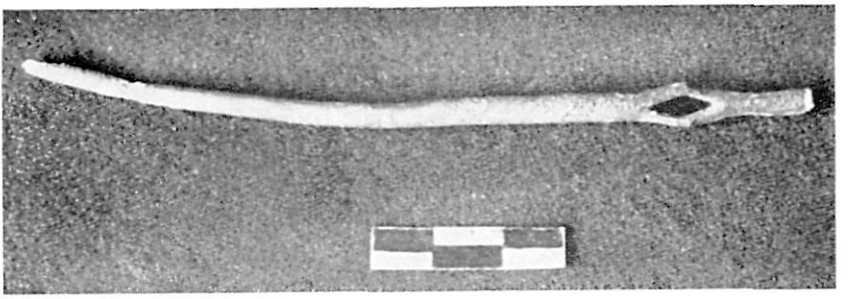


FIG. 7. — Aguja de bronce del castro de Borneiro (La Coruña).

FIG. 8. — Excavaciones en el castro de Borneiro (La Coruña).

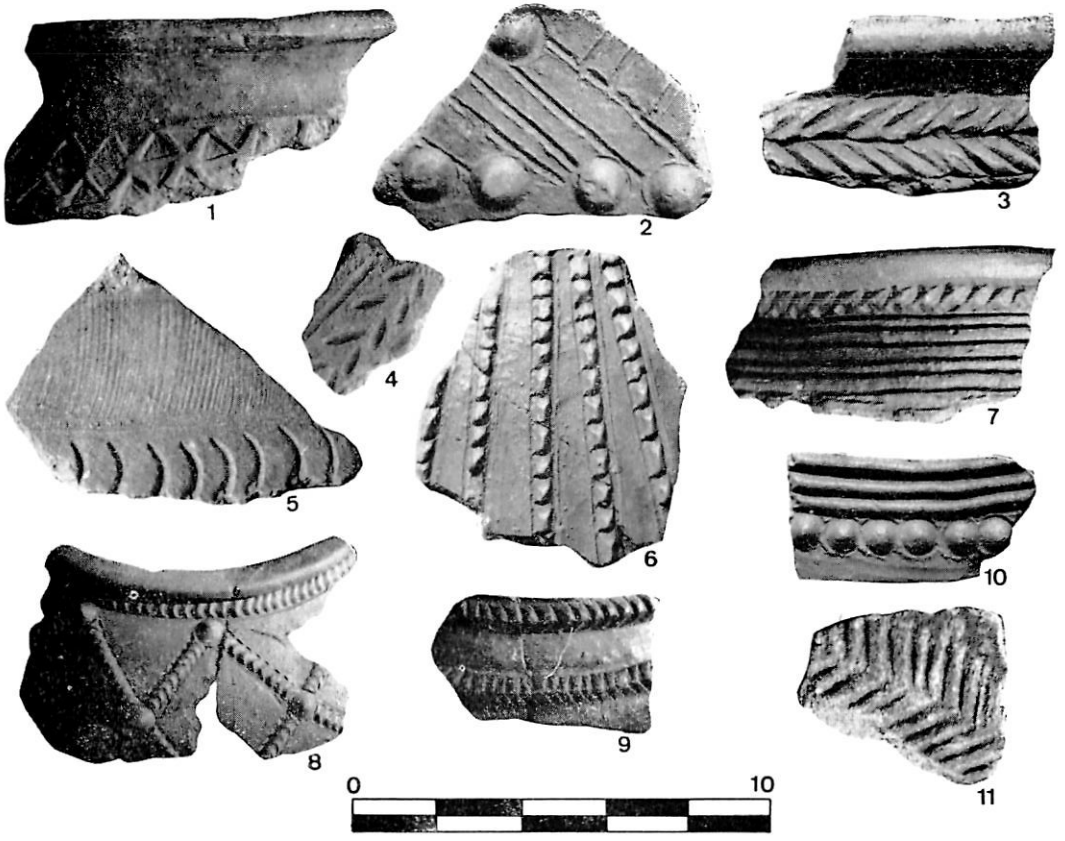



FIG. 9. — Fragmentos cerámicos decorados del castro de Borneiro (La Coruña) 520 antes de J.C.

Marija Gimbutas[161] publica dos agujas similares halladas en Kruszyniec (Jupendorf, Silesa) que son de caraterísticas semejantes, también con el ojo en forma de rombo, más o menos alejado del extremo romo. (Fig. 7).

La fecha de estos ejemplares se sitúa entre los años 1800-1650 a. de C.

Ejemplares idénticos en forma y materia, concretamente tres, aparecieron en excavaciones realizadas en el castro de Peñas de Oro, en el valle de Zuya, Alava, durante las campañas de 1964-1966. Campañas I, II, y III[162].

La cronología de estas agujas de Peñas de Oro queda expresada arqueológicamente, ya que el más antiguo de los horizontes excavados, representado en la publicación por el nivel III «de eccotilla 2», responde a la tradición Urnenfelder, del Bronce Final (850-700 a. de C.)[163].

Hay un dato que nos parece interesante para el estudio comparativo: en Santimamiñe, donde aparece cerámica igual a la hallada en el castro de Peñas de Oro, ésta aparece en un nivel que fechado por Carbono 14 dio los años 750-100 a. de C.[164].

Se trata de un nivel en el que aparece la misma cerámica que la que esá asociada a las agujas de Peñas de Oro.

Dechelette menciona[165] otras tres agujas similares, también con el ojo en forma de rombo y de unas dimensiones muy parecidas encontradas... «dans les palafittes et dans quelques dépôts de l'âge du bronze»[166]. Las agujas mencionadas por Delechette fueron en la tercera,contradas en Canneaux, commune de Bandol, la primera; en Châtillon (Lago de Bourget)[167], la segunda; en Corcelette, la tercera[168].

Hay también agujas similares a las que mencionamos en Combe Bernal, Pianello y Roseminsei, aunque sin datos cronolóficos en los que podamos basarnos para su estudio, al igual que las que publica Dechelette.

Según un dato aportado por el Sr. D. Luis Monteagudo, siendo éste Director del Museo Provincial de Avila, en el castro de Ulaca, en Solosancho, a 20 Km. al S. W. de Avila capital, se halló en su-

161. CUMBUTAS, Marija: *Bronze Age Culturales in Central and Eastern Europe*, London, 1966, pág. 289.

162. J. M. UGARTECHEA, A. LLANOS, J. FARIÑA, J. A. AGORRETA: *El castro de Peñas de Oro. Campaña 1964-66.* Bol. «Sancho el Sabio», año 9, IX, núm. 12, 1965, pág. 14.

163. Op. Cit. en nota anterior. Loc. Cit.

164. Tenemos noticias de que este análisis de datación radiocarbónica resultó bastante inexacto. Parece ser que, en el mismo yacimiento se recogieron muestras magdalenienses que, tratadas con C-14, dieron 7.000 años a. de J. C., fecha evidentemente confusa. La fecha de Santimamiñe en su Bronce, hay que considerarla con mucho escepticismo.

165. DECHELETTE, J.: *Manuel d'Archeologie*, T. II, París, 1910, p. 338.

166. DECHELETTE, J.: Op. Cit. Loc. Cit.

167. BOTTIN, M.: *Sepultures sous tumulus à Caneaux. (Var).* R. E. A. 1968, p. 224, fig. 29.

168. CHANTRE, A.: *Age du Bronce*, París, 1968. Lams. LXIII, figs. 4 y 2.

perficie una aguja de bronce, con el ojo en forma de rombo, que en la actualidad está en poder de don Marcelo Sáez. La aguja tiene una pátina de carbonato de cobre y sus dimensiones son aproximadas a las que apuntamos para las agujas anteriores.

En un principio, el tipo de Borneiro parece pertenecer a un Bronce Final, aunque hay que tener en cuenta que se supervivencia cultural se prolonga hasta avanzada la Edad del Hierro.

La primera pregunta que puede hacerse el investigador es: ¿Qué ha motivado la presencia de esta aguja en un castro del Noroeste? Evidentemente se trata de un contexto cultural muy distinto al que pertenece el hallazgo. Y, además, se trata también de un hecho aislado, ya que no tenemos noticias de hallazgos similares en ninguno de los castros excavados hasta el momento en nuestro Noroeste.

La primera idea es la de suponerla, desde luego, objeto de importanción. No sabemos si por vía marítima o continental.

Hemos tratado de averiguar si en Irlanda o Bretaña hay ejemplares similares al del Castro de Borneiro, sin resultado positivo. Solamente en la Edad del Hierro irlandesa hay algunas agujas, de mayor tamaño, seguramente de coser materiales fuertes con cuerda, hechas de bronce; y, de igual modo en el Sudoeste europeo hay casos de hallazgos de caraterísticas semejantes como el que pubican Junghans, Sangmeister y Schroder[169], aunque evidentemente este último no puede considerarse como aguja, sino más bien como puzón o lezna para usar con materiales de cuero. Su tamaño y extremo superior (terminado en un motivo decorado) están lejos del tipo al que nos referimos, aunque el ojo sea también en forma de rombo. También Jacques Briard, en los depósitos de la Edad del Bronce de Bretaña, hace referencia a punzones de esta misma característica.

Por lo dicho anteriormente, nos inclinamos a suponer que no se trata de un ejemplar importado por vía marítima, por carecer de antecedentes tipológicos en los puntos de contacto más frecuentes en la Edad del Bronce, entre Irlanda, Bretaña y Galicia. Y, si así fuese, se trataría de un caso aislado que presentaría grandes dificultades para su estudio. Parece más verosímil que se trate de un tipo copiado de los centroeuropeos y llegado hasta la Península por vía continental, aunque para que hagamos de esto una afirmación definitiva necesitaríamos antes conocer las estaciones intermedias que nos dieran puntos de unión o un jalonamiento de los hallazgos por vía terrestre.

169. Junghans, S., Samgmeister, E., Schroder, M.: *Krupper in der Fruhen Metall zeit Europas. Studian zu anfängen der metallurgie*, band 2 (sam 2,2). *Gebr Mann Verlag*. Berlín, 1968, p. 27, núm. 8532.

Sin embargo, hay que pensar que los pocos hallazgos de agujas de este tipo que conocemos se encuentran en lugares muy cercanos al mar (ya sea el Cantábrico, como en el caso de Peñas de Oro, a unos 60 Km. escasos de la costa, o del Atlántico, como en los casos de Borneiro, a sólo 7 Km. y los hallazgos costeros de Bretaña e Irlanda, aunque éstos sean de otras caraterísticas y sólo podamos hacer referencia a ciertas similitudes).

Esta proximidad al mar de los yacimientos con agujas de este tipo es uno de los puntos en los podríamos basarnos para tratar de demostrar la procedencia marítima, en caso de encontrarnos en el futuro ejemplares del mismo tipo en la costa anglo-francesa.

Pero, por el momento, nos parece demasiado aventurado afirmar nada a favor o en contra de las dos posibilidades, dejando esta tarea a la labor de la Arqueología en el futuro.

El justificar la presencia de esta aguja en el castro de Borneiro, sería tanto como pretender profundizar en la procedencia de la cultura castreña, tarea tan difícil, tan insegura y carente de tantos datos, que ha sido la preocupación de nuestros mejores arqueólogos. sin que hasta la fecha podamos estar seguros de nada en concreto.

Solo podemos decir que el castro de Borneiro, atendiendo a las formas, tipos y caraterísticas de la cerámica, a los elementos de construcción y a su datación radiocarbónica, debió comenzar su vida hacia los tiempos anteriores al año 520 a. C., prolongándose hasta el cambio de Era, con un momento de máximo esplendor hacia el siglo III.

Si tenemos en cuenta que este tipo de agujas pervive hasta muy entrada la Edad del Bronce y además, que a las zonas del Noroeste peninsular llega la aculturación con el lógico retraso que supone la lejanía física, podemos pensar que la aguja de Borneiro no «desentona» con el contexto cultural general del castro, sino que se trata de una supervivencia de tipo, procedente, sin duda, de los últimos tiempos de la Edad del Bronce, fecha en la que los elementos de ambas culturas se mezclan en la mayoría de los casos, hasta que el tiempo dé la victoria cultural a los elementos propios de la primera Edad del Hierro, en sus últimos años.

Sin embargo, las aportaciones para la datación de la Edad del Bronce del Noroeste peninsular son, algunas veces, contradictorias. Baste ver la opinión de G. Childe en relación con el sistema cronológico aceptado en la Conferencia de Almería, esquema con el que el autor inglés se muestra de acuerdo[170] ( con la visión tripartita de Maluquer), llegando incluso a fechar las «antas» gallegas en el

170 Childe, G.: *The Middle Bronze Age.* Arch. Preh. Lev. IV, 1953, p. 167.

Bronce I[171], para decir, más tarde[172], que dicho esquema debe ser revisado, por no hallar en él una base de científica demostración.

Sin embargo, lo que sí parece estar aceptado por G. Childe es que los tipos que caracterizan a las zonas del Norte de Europa faltan, en los elementos del Bronce Medio, en la Península Ibérica, Inglaterra y parte de Francia, con lo que se increemnta, una vez más, el «misterio» del Bronce Medio, no sólo del Noroeste, sino de todo nuestro territorio peninsular, en el que dicha etapa de la Edad del Bronce parece estar cada vez menos clara.

Pero lo que si parece es que, a partir de la etapa del Bronce Proto-Atlántico, situada cronológicamente hacia el año 1000 a. C., se empiezan a sentir las influencias de la Península Bretona sobre el Noroeste hispánico, haciendo de Galicia una de las zonas más importantes del llamado Bronce Atlántico, que solamente dejará de ser efectivo en sus intercambios al llegar la invasión de la metalurgia del hierro y sus actividades económicas.

Topológicamente, el paso del Eneolítico a la plena Edad del Bronce viene dado por una serie de importantes y profundos cambios y transformaciones. Es frecuente, como por ejemplo ocurre en la Cultura de Almería, ver como resurgen en la cerámica, que es exclusivamente lisa y sin decoración, formas locales antiguas, estereotipadas.

Pero el trabajo metalúrgico continúa con la misma intensidad, aunque también dando entrada a nuevas formas y tipos que, poco a poco, a lo largo de todo el milenio, entre el 1700 y el 900 a. de C., irán perfilando las peculiares características de esta etapa, con su lógica personalidad regional en la Península.

Es entonces cuando aparece toda la influencia mediterránea en la costa levantina, tan importante durante la etapa anterior, en la que tiene papel en la formación de las culturas costeras.

Sin embargo, en la zona del Noroeste hispánico siguen realizándose los esporádicos cambios y viajes entre los finisterres gallegos, bretones, irlandeses y escoceses, contactos que ya se iniciaron en tiempos anteriores y que se intensificarán posteriormente, al tiempo que aparece en escena un nuevo elemento geográfico: las islas Canarias, asociadas en la actualidad, por una acertada investigación arqueológica, con los núcleos atlánticos europeos, gracias a las bases que aportan las semejanzas formales que se hacen evidentes entre el arte rupestre canario y los modelos gallegos, bretones, irlandeses y escoceses[173], aunque por el momento, incluso

171. Childe, G.: Op. Cit. y p. 170.
172. Childe, V. G.: *Nuevas fechas para la cronología de la Europa Atlántica.* C. H. P. Año II, núm. 1. Madrid, 1947, pág. 5.
173. Beltrán Martínez, A.: *El arte rupestre canario y las relaciones atlánticas.* Sep. A. E. Atl. Madri-Las Palmas, 1971, núm. 17, pág. 281.

después de la acertada labor del Dr. A. Beltrán, existen «razonables dudas» sobre su origen y cronología de los grabados canarios, aunque por su estudio comparativo parece acertado relacionarlos con los centros de producción de la Edad del Bronce de los finisterres europeos.

Es hacia el año 1700, aproximadamente, cuando decae la cultura megalítica portuguesa, con prolongaciones cronológicas en algunas zonas y, por añadidura, deja de ejercer su influencia sobre la gallega, que termina con una etapa final hacia el 1700-1500 a. de C.; sin embargo, es evidente que a pesar de esta decadencia cultural, continúa la influencia sobre Irlanda y Bretaña, que culminará con la formación de los elementos proto-atlánticos de Galicia y sus contornos marítimos, desarrollándose, más tarde, ya en plena Edad del Bronce, aunque en su primera etapa debe situarse, por medio de los contactos marítimos, la expansión del vaso campaniforme[174], desde la Península Ibérica hasta las islas, si es que puede seguir considerándose válida la tesis de la procedencia hispánica del vaso campaniforme.

En plena Edad del Bronce, en seis etapas iniciales —Bronce I y II, entre 1700 y 1100 a. de C.—, parece que hay una estabilización general de los pueblos peninsulares, incluyendo a la población del Noroeste, aunque se sigue discutiendo en la actualidad acerca de la presencia, a finales del segundo milenario, de elementos indoeuropeos, negados por Bosch Gimpera[175] y afirmados por Maluquer de Motes[176], entre otros.

De todas formas, sigue existiendo en la actualidad la perniciosa herencia de la aplicación de los esquemas cronológicos prepuestos y realizados sobre materiales de otras zonas europeas, como el de Bosch Gimpera, basado en el Bronce Germánico-medio, el de Mendes Coreia, basado en la cronología de Dechelette para Francia, y otros más que suponen un error peligroso para la investigación actual, que debe ser orientada hacia el estudio directo de los materiales hispanos para, después, establecer una cronología original.

El llamado Bronce Medio Atlántico[177] y que Martínez Santa-Olalla y E. MacWhite llaman Bronce III[178] suponiendo que sea aceptable el Bronce I como correspondiente al Eneolítico (Lám. 9).

En esta etapa se incrementa la relación entre las zonas atlánticas, combinándose los elementos del Noroeste peninsular con los

174. MacWhite, E.: *Estudios sobre las relaciones atlánticas...*, p. 46.
175. Bosch Gimpera, P.: *La Edad del Bronce en la Península Ibérica*. A. E. A. XXVII, 1954, p. 45.
176. *La España de la Edad del Hierro*. (En *Las raíces de España*, de G. Tabanera, p. 115.
177. Bosch Gimpera, P.: Op. Cit., p. 66.
178. Martínez Santa-Olalla. Esquema, p. 54.

del Bronce francés, que llegan cruzando los pasos pirenaicos. Para esta etapa siguen siendo válidas las dos zonas señaladas por Mac White, con el Duero como línea divisoria, dejando dos amplias regiones, una al Norte del mencionado río, y otra al Sur. La primera zona, Norte-Noroeste, estimulada por la presencia de los yacimientos naturales de cobre y estaño y con relación bastante directa con las minas asturianas; y el sector Sur, con una fuerte influencia del mundo atlántico, que se reafirmará en el último período de la Edad del Bronce.

Es en esta etapa cuando deben ser situados cronológicamente los llamados «acobillos», o depósitos de objetos de bronce, como el de Hio, en Pontevedra, aunque es posible que los depósitos o escondrijos en los que han sido hallados hachas de cubo o tubulares pertenezcan a la última etapa de la Edad del Bronce. Estos depósitos tienen, en muchos casos, como en el de Hio, la particularidad de que son piezas a flor de fundición, sin haber sido usadas, y, en otros casos, sin recortes de «barbas de fundición». Hay pues, que pensar en un importante y continuo tráfico de mercancías, armas especialmente, por todo el Noroeste de la Península Ibérica, Inglaterra, Irlanda y Bretaña.

La influencia de algunos tipos atlánticos llega incluso a zonas alejadas del núcleo originario, como al Valle del Duero y a la zona de su nacimiento.

En Soria (Beratón, Covaleda) han sido encontrados hachas de talón de una y dos anillas, fechadas en los últimos momentos del Bronce III[179], aunque es nuestra opinión suponer esos hallazgos como fruto del paso accidental de viajeros, porque es sabido que el hacha de talón, tal y como nos llegó con la «cultura de los túmulos», duró poco y se modificó bien pronto, con sentido práctico, añadiendo una o dos asas o anillas a sus extremos laterales, con el fin de afirmarlas bien en el mando. El Noroeste fue la región de entrada y, por añadidura, la que ha dado un porcentaje más elevado de hallazgos de este tipo.

La última etapa de la Edad del Bronce tiene especial interés en el Noroeste de la Península Hispánica, ya que se trata de una cultura de transición y solamente queda reducida a ciertas zonas —pocas— interiores, Norte de Portugal y Galicia. Podemos definirla como una cultura evolutiva, salida de la última etapa del Bronce Medio (Bronce III) Atlántico, perfeccionada en sus tipos, con supervivencias de tipos anteriores y abundancia de espadas de lengua de carpa y algunos tipos de procedencia atlántica como son los calderos de tipo irlandés. Al mismo tiempo, se sigue traficando con las hachas de talón de una y dos anillas.

179. Ortego, T.: *Bronce atlántico en territorio soriano.* TV. C. A. N. Zaragoza, 191, p. 113.

Las últimas etapas del Bronce en el Noroeste son confusas por su mezcla de tipos, sus supervivencias culturales y sus contactos incipientes con los hombres de la nueva metalurgia del hierro (Lámina 9).

En estos tiempos finales del Bronce de Noroeste donde hay que situar el origen de la cultura de los castros, entroncada directamente con antecedentes del Bronce Final y que ahora fijamos con una nueva fecha radiocarbónica, la primera para Galicia.

Durante los trabajos de excavación de la Primera Campaña de Excavaciones Arqueológicas del Castro de Borneiro (Lage, La Coruña), se extrajo una muestra de carbones, pertenecientes a una bolsa de cenizas de la cana número 4, en su nivel C, situada en la acrópolis del poblado, que, oportunamente aislada, se envió al Laboratorio de Geocronología del Departamento de Radioisótopos del Instituto de Química Física «Rocasolano», perteneciente al Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid (Figs. 7 y 8).

Las muestras, debido a la pobreza de su contenido, sufrieron un largo proceso de enriquecimiento durante más de un año, hasta que, con fecha 12 de mayo de 1972 el Departamento de Determinación de Edades por el Método del Carbono 14, emitió el siguiente informe:

| | |
|---|---|
| | Castro de Borneiro (La Coruña).<br>Lugar: Casa número 4.<br>Cuadro A. B. C. - 3. 5. 7.<br>Nivel C. |
| Nombre de la muestra: | Muestra: A; X. 63; Z. 12. |
| Material: | Carbón vegetal. |
| Presentado por: | Jorge Juan Eiroa. |
| | Departamento de Prehistoria de la Universidad de Zaragoza. |
| Edad Carbono 14: | 2470 ± 110 años. |
| Edad equivalente: | 520 años antes de Jesucristo. |
| Referencia: | CSIC - 83. |

La fecha obtenida por el sistema radiocarbónico resulta ser una de las más altas dadas para la Cultura Castreña de nuestro Noroeste peninsular que, tradicionalmente, ha sido situada en unos límites cronológicos que no iban más allá del 350 antes de J. C., hasta los tiempos de Octavio, situándose su apogeo hacia los años 200-50 antes de J. C., culminando su etapa de esplendor con los primeros momentos de la romanización en Galicia.

Recientemente[180], J. M. Luengo Martínez ha fechado el castro de Baroña (La Coruña) entre el 350 antes de C. y el cambio de Era, siguiendo los «límites cronológicos tradicionales».

En nuestra memoria de excavaciones [181] ya habíamos apuntado que «la cronología del castro ocupaba unos límites reducidos. Debió comenzar su vida hacia el siglo V antes de J. C. y no la debió prolongar más allá del cambio de Era. Como momento de máximo esplendor apuntábamos el siglo III, sin que pasase de los tiempos de César».

El corte estratigráfico realizado en el interior de la casa número 4, del cual fueron extraídas las muestras que han servido de base a este estudio radiocarbónico, presentó los siguientes niveles:

A. Manto de tierra vegetal, hasta X-12, con pequeñas piedras y algunos fragmentos cerámicos, de reducido tamaño y lisos.
B. Nivel de tierra suelta, color marrón claro, con abundantes piedras de construcción procedentes de las paredes de la casa, hasta X-35, sin cerámica (sólo algunos pequeños fragmentos semejantes a los del nivel A).
C. Nivel de tierra color marrón oscuro, con abundancia de carbones, fragmentos de cerámica decorada y lisa, restos de escoria de fundición, piedras lisas a la altura de los cimientos de la casa, con manchas de carbón a X-64 (Fig. 9).

Parece evidente que el nivel C. es el suelo de habitabilidad de la casa, ya que se trata de tierra muy apelmazada y endurecida.

Durante los trabajos de la Segunda Campaña de Excavaciones en el Castro de Borneiro, realizada en el verano de 1972 y en la actualidad en proceso de estudio para la elaboración de su Memoria, apareció otra casa más, la numerada con el número 7, en la cual, y con pequeñas variantes, se repitió la misma estratigrafía, sobre todo en su zona central, perteneciente a los cuadros P. Q. R. - 19-21. 23.

Se trata, al igual que la número 4, de una casa circular simple, con gran parte de sus piedras, pertenecientes a las paredes, desmoronadas y que dio escasa aportación material, aunque en el nivel inferior se repitió la abundancia de tierra carbonosa y de bolsas de cenizas, al igual que en casa 4.

Entre los sectores E. y W. de la casa 7 apareció un molino de mano, en un claro desnivel que nos hace suponer que la planta de la habitación queda más elevada en su sector W. que en contrario.

180. Luengo Martínez, J. M.: *Excavaciones en el castro de Baroña.* N. A. H., XVI, Madrid, 1972.
181. Eiroa García, J. J.: Op. Cit. en nota 20.

Este estaba ocupado por piedras del suelo natural, aprovechadas como cimientos. Además del molino, apareció material diverso, no de mucha importancia, como escasos fragmentos de cerámica decorada con motivos típicos castreños, alguna lisa y nada de metal.

La II Campaña del Castro de Borneiro parece que confirma las conclusiones provisionales que habíamos apuntado al concluir la I Campaña. Así, pues, el castro de Borneiro, debe ser situado cronológicamente en torno al año 500 antes de J. C., es decir, en los primeros momentos de la Cultura Castreña del Noroeste, que, como ya hemos apuntado antes, parece tener sus raíces culturales en los tiempos finales de la Edad del Bronce, con una plenitud que debe ser situada entre los años 350-300 antes de J. C., en espera de nuevas aportaciones arqueológicas que lo confirmen o modifiquen.

En nuestro esquema cronológico (Lám. 9) presentamos un encuadre en el tiempo de todo lo que podemos denominar «mundo castreño», consecuencia de una evolución cultural procedente de las últimas etapas del Bronce Atlántico, en sus manifestaciones de dispersión dentro de su proceso evolutivo hacia los comienzos de la Edad del Hierro en el Noroeste de la Península Ibérica.

Se trata de un momento cultural en el que se aprecian claramente las pervivencias de elementos procedentes del Bronce Final, que se mezclan culturalmente con las primeras aportaciones propias de una modificación de los principios metalúrgicos, por medio de elementos procedentes de tierras del interior peninsular y de las regiones próximas al Atlántico: Irlanda, Bretaña, Sur de Inglaterra.

En esta etapa es, pues, cuando culmina la intensificación de los llamados «contactos atlánticos», felizmente analizados por Eoin MacWhite en su tesis doctoral.

Los inicios de estos contactos, de forma regular, hay que buscarlos entre los años 1300-1000 antes de J. C., etapa intermedia entre el Bronce II y el III, dando como consecuencia una etapa de incipientes aportaciones que ha sido denominada Bronce Proto-Atlántico.

En esta etapa del Bronce Proto-Atlántico se observa aún una supervivencia marginal de las culturas eneolíticas, que persisten en su influencia cultural durante un largo espacio de tiempo, decreciendo a medida que se perfeccionan las técnicas del Bronce en su período III. Es por entonces cuando Irlanda se nos presenta como un centro productor de objetos áureos (lúnulas o placas pectora-

les)[182] y que significan una herencia de las relaciones atlánticos del período Eneolítico.

Dentro también de esta etapa Proto-Atlántica deben colocarse las hachas planas de tipo Barcelos, hacia el momento final de este período, con su más importante hallazgo gallego en Roufeiro (Orense). Estas hachas parecen representar una continuación de las hachas argáricas simples[183].

Hasta hace muy poco tiempo —y algunos autores siguen utilizando esta documentación solamente— las raíces de lo que denominamos «mundo castreño» se han buscado en un texto de Rufo Festo Avieno, poeta arcaizante del siglo IV de J. C., autor de un poema que parece haber sido escrito sobre las bases de unas fuentes muy antiguas. Pero la «Ora maritima» que nosotros conocemos, puede ser una copia de un texto anterior; Schulten afirma que se trata del relato de un marinero massaliota de regreso a puerto.

Para este autor, debió escribirse la obra entre la época del tratado entre focenses y fenicios y la batalla de Alalia (535 a. de J. C.). Blázquez lo hace originario de un texto fenicio o púnico. Y Ubieto hizo un estudio paleográfico de la copia del siglo XV, que a su vez puede ser copia de otro ejemplar del siglo XI, escrito en letra carolina, mal interpretado por el copista del XV. Incluso es posible que el texto pasase por manos árabes.

Por último, no falta quien afirma que el texto es un documento absolutamente falso.

Después de todas estas consideraciones, es lógico pensar que todas las afirmaciones que se hagan con base en este texto, caen dentro del campo de «lo posible», supeditadas, desde luego, a la autenticidad real y cronológica del documental[184].

Se nos hace necesario, pues, rectificar el esquema cronológico traicional referente a los comienzos de la cultura de los castros basándonos en datos esencialmente arqueológicos, para lo cual se impone una sucesión ininterrumpida de excavaciones arqueológicas, sobre todo en aquellos poblados que, por sus especiales circunstancias, ofrezcan mayores posibilidades.

El hecho de que algunos castros (San Román; Fumeiros, Xeixas, Fontela, Monte Piñeiro, Santa Cristina, Braña, Paradela, Baltar, Trelle, Borneiro... etc.)[185] se encuentren instrumentos que, tipológicamente, están más cerca de la Edad del Bronce que de la Edad del Hierro, añadiendo a esto la fecha obtenida por el sistema

182. López Cuevillas, F.: *Relaciones prehistóricas de los finisterres Atlánticos*, Bol. de la C. M. de Orense, T. XIV, p. 207.
183. Bosch Gimpera, P.: Op. Cit. en nota 37, p. 58.
184. Schulten, A.: *Font Hisp. Antic.* I. Avieno. 2.ª Ed. 1955, p. 15 y ss.
185. López Cuevillas, F.: *A Edade do ferro na Galiza.* R. A. G. La Coruña, 1986, a partir de la pág. 71.

Carbono 14 en el de Borneiro, nos hace pensar que debemos buscar las raíces del mundo castreño en los tiempos finales de la Edad del Bronce, como a lo largo de este trabajo hemos tratado de exponer en los capítulos anteriores. No podemos seguir utilizando exclusivamente los datos de un texto clásico, a todas luces dudoso.

El esquema cronológico que presentamos (Lám. 9), complementario de las consideraciones que terminamos de exponer, está provisionalmente diseñado como esquema de trabajo y pretende ser una aportación más a la aproximación en el tiempo de la cultura de los castros de nuestro Noroeste peninsular. Las modificaciones que en el futuro, sin dudas, sufra este esquema, deberán basarse, y así creemos que debe ser, en un análisis minucioso de los hallazgos que se encuentran en las vitrinas de los museos gallegos y del Norte de Portugal, además del estudio sistemático de los yacimientos básicos, por medio de excavaciones que deben realizarse antes de que, por diversas causas que escapan al fin de este trabajo, se pierdan para la Arqueología española.

## OTRAS FUENTES DE INFORMACION BIBLIOGRAFICA

GORDON CHILDE, V. — *The Prehistory of Scoltand.* Journal of the Royal S. of. Antiquaries of Ireland. LXXI, 1941, pág. 137.

SAVORY, H. N. — *The Atlantic Bronce Age in South West Europa.* En procedings of the prehistoric Society. XV. 1949, p. 141. Del mismo autor: *A influencia do povo Beaker no primeiro periodo da Idade do Bronze na Europa Ocidental.* R. G. LX, 1941.

# Nuevos elementos para el conocimiento de las escrituras antiguas del S. W. peninsular: la estela de Siruela (Badajoz)

Por Miguel Beltrán Lloris

## 1. ANTECEDENTES*

Trataremos en las líneas que a continuación siguen de un reciente hallazgo, acaecido en el norte de la provincia de Badajoz, en el término municipal de Siruela, en el lugar denominado el Ruidero, a escasa distancia del pueblo actual, perteneciendo el terreno a don Rafael Nieto. (Fig. 1).

Nuevamente las tierras extremeñas nos ofrecen restos del pasado de singular importancia, como la estela con alfabeto en caracteres bastuloturdetanos o del S. W., que ocasionalmente ha visto la luz del día gracias a los desvelos del culto y entusiasta maestro de Siruela D. José María Otero Fernández, buen conocedor de la región, que en agosto del año 1972 y con motivo de una excursión por el terreno del Ruidero (fig. 2), fue atraído por una gran losa de pizarra, en una de cuyas caras encontró una inscripción romana de la que después nos ocuparemos. Posteriormente y en el curso del mes de noviembre de 1973, guiado de su curiosidad por la piedra mencionada, desenterró personalmente la losa, observando que en su cara oculta mantenía una inscripción redactada en extraños caracteres y en muy buen estado de conservación.

No dudando del interés del nuevo redescubrimiento, el Sr. Otero Fernández publicó una nota alusiva a su hallazgo en el periódico regional «Hoy, de Badajoz», aparecida en 9 de diciembre de 1973, que motivó nuestro inmediato desplazamiento al mencionado lugar con el objeto de estudiar la inscripción y recorrer los alrededores del hallazgo a fin de observar y recoger posibles restos cerámicos o los existentes de otra categoría.

Es de justicia resaltar, antes de seguir adelante, la cordial colaboración que nos dispensó nuestro amigo Otero Fernández, así como el alcalde de la mencionada localidad de Siruela, de quienes

* La noticia preliminar la damos en nuestro artículo: *La estela con alfabeto del S. W. de Siruela (Badajoz)*, Mastia, núm. 4. Cartagena (prensa).

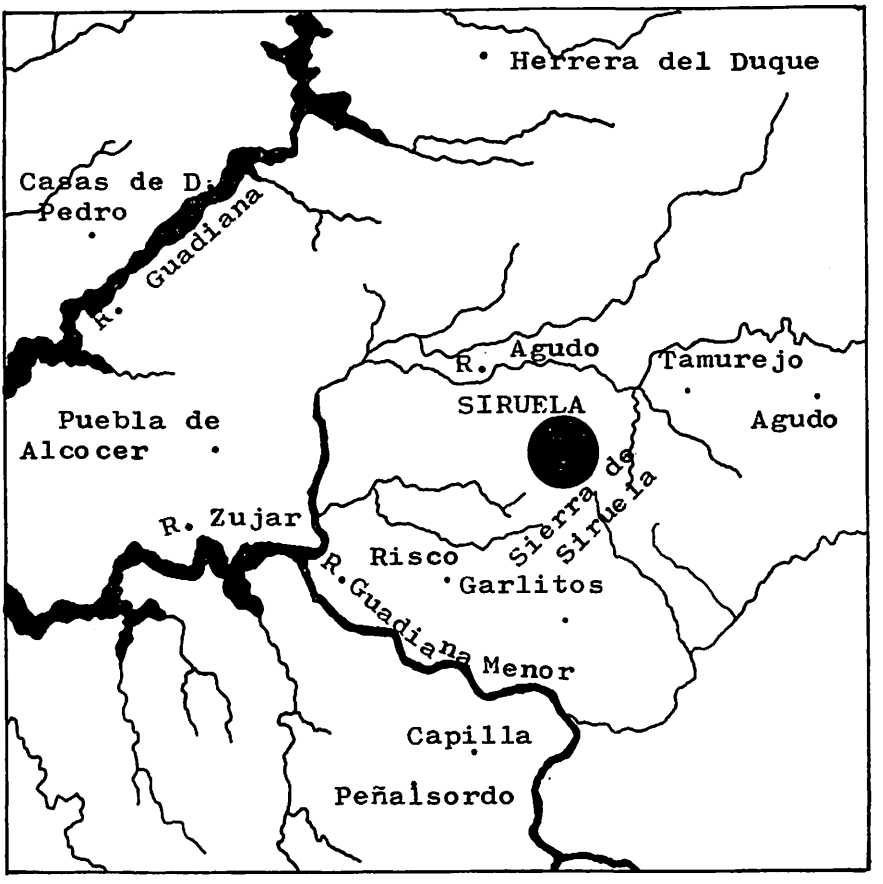



FIG. 1. — Situación de Siruela (Badajoz).

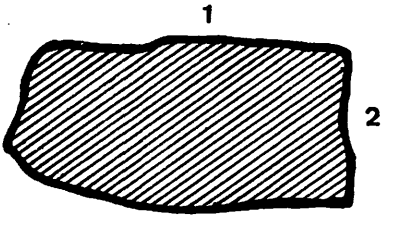



FIG. 3. — Sección de la estela.

guardamos un grato recuerdo de las dos visitas que realizamos al lugar.

En nuestro primer viaje elaboramos el correspondiente calco del original, antes de su traslado al Ayuntamiento, calco que con ayuda de la imprescindible documentación fotográfica, nos ha servido de base para nuestro estudio.

Se encontraba la losa, tumbada y semicubierta por la tierra, formando parte de una antigua pared, hoy destruída, y levantada hace años con las numerosas piedras pizarrosas que afloran en superficie y que el arado saca a la luz en el curso de los trabajos agrícolas, según denotan las patentes huellas dejadas por la reja metálica en muchas de ellas.

## 2. DESCRIPCION Y OTRAS CIRCUNSTANCIAS

Se trata de una gran laja de pizarra muy dura y de aspecto irregular por la erosión que ha actuado sobre algunas de su caras, aunque su aspecto original tuvo que ser el de una pieza paralelepipédica, con una de sus caras bien desbastada con objeto de servir para el grabado de la inscripción algarvense. Mide 1,20 m. de longitud máxima, por 0,25 m. de grosor en su parte más ancha, adelgazándose ostensiblemente en los extremos y presentando un gran entrante en uno de los lados que afecta parcialmente a la inscripción romana que se trazó en dicha cara.

A la cara que luce el epitafio latino la denominaremos 1), estando ésta muy erosionada y siendo sumamente tosca, mientras que la cara 2), la empleada para grabar a punzón la inscripción algarvense (fig. 3), es mucho más regular y se sometió a un alisado previo. Sin duda alguna, esta segunda inscripción es la que confiere su valor extraordinario a la losa pizarrosa del Ruidero. Las caras restantes de la piedra no poseen otra circunstancia digna de notarse habiendo sufrido algunos desgastes y golpes además de la erosión de la cara expuesta a la intemperie.

Como ya hemos mencionado, el material empleado, es la pizarra muy dura y compacta aunque fácil de grabar, y de naturaleza distinta a la que aflora en los mantos pizarrosos del lugar. La presencia de la inscripción romana nos hace pensar de antemano en la reutilización del monumento antiguo por su carácter idóneo, y con toda seguridad en su acarreo al Ruidero desde su lugar originario, tal vez no muy lejano; a esto hay que añadir el posible traslado de la losa para su colocación en el muro moderno, pero no hubo de moverse muchos metros dada la abundancia de piedra en la zona y del trabajo gratuito que supondría sus transporte para si-

tuarla en una simple cerca. En todo caso, en el terreno no se aprecian vestigios que pudieran ponerse en relación con el monumento, ni siquiera en su contexto romano, y sólo aparecen modernas tejas, algunas con digitaciones, y hechas en barro rojo, así como algunos fondos muy gruesos y de la misma pasta, con abundancia de granitos de cuarzo, caliza, mica y otros componentes silíceos, igualmente modernos.

No dio ningún resultado nuestra infructuosa búsqueda por los alrededores, ni en los majanos cercanos, confirmándonos en nuestra opinión de que la citada losa se transportó a la zona del hallazgo desde algún lugar vecino, en época romana, siendo descubierta después por el arado o apartada modernamente. Unicamente hemos de reseñar, y más a título informativo que otra cosa, la aparición de una loseta de aspecto regular, con grabados no identificables y del todo caprichosos, en donde no se aprecia ningún signo (fig. 8), y que nosotros mismos mandamos recoger en el Ayuntamiento de Siruela.

Es posible que tengamos que volver sobre este tipo de grabados, desde luego con más elementos de juicio de los que hoy poseemos, ya que en otros puntos de Siruela y en la misma zona del Ruidero, hemos visto otras piedras pizarrosas, algunas con los surcos muy patinados, que en modo alguno se pueden poner en relación con el arado, por razones que nos parecen obvias.

Otras piezas de pizarra muy semejantes, hemos tenido ocasión de observar en el término municipal de Monroy, en el lugar denominado los Parapuños, pero dada su especial naturaleza, resulta sumamente difícil emitir teoría alguna sobre las mismas[1].

En todo caso, y en relación con la pizarra con el letrero tartésico, conviene retener la diferencia en la calidad de la pizarra si la comparamos con las afloraciones naturales del Ruidero, a pesar de lo cual el hallazgo primitivo no pudo realizarse muy lejos, por lo que toma un notabilísimo interés este nuevo punto en la geografía de la dispersión de este género de monumentos del S. W., ampliándose la zona hasta la orilla izquierda del Guadiana (fig. 9); este hecho unido a los recientes descubrimientos de Almoroquí en Madroñera y el Castillo de Montfragüe, ambos en la provincia de Cáceres[2], pone de relieve la importancia que el territorio extremeño está cobrando de cara a los nuevos descubrimientos en este campo apasionante de la epigrafía prerromana hispánica.

Por lo demás y en cuanto a la piedra en cuestión, se conservan los caracteres alfabéticos del S. W., perfectamente grabados, a pesar

1. Grabados semejantes, sin sentido, se aprecian en la porción terminal de la estela XVII de Tabilhao, junto a la Ribera de Vascao, término de Ameixial, en Portugal, Gómez Moreno, 1962, p. 31.
2. BELTRÁN LLORIS, M., 1973, p. 94 y 78 respectivamente.

FIG. 2. — El Ruidero en primer término y al fondo la Sierra de Siruela.

FIG. 4. — Cara 1 con inscripción romana.

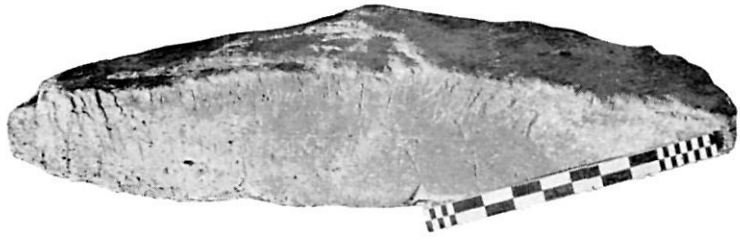


FIG. 5. — Cara 2 con inscripción del Algarve.

FIG. 6. — Inscripción algarvense de Siruela.

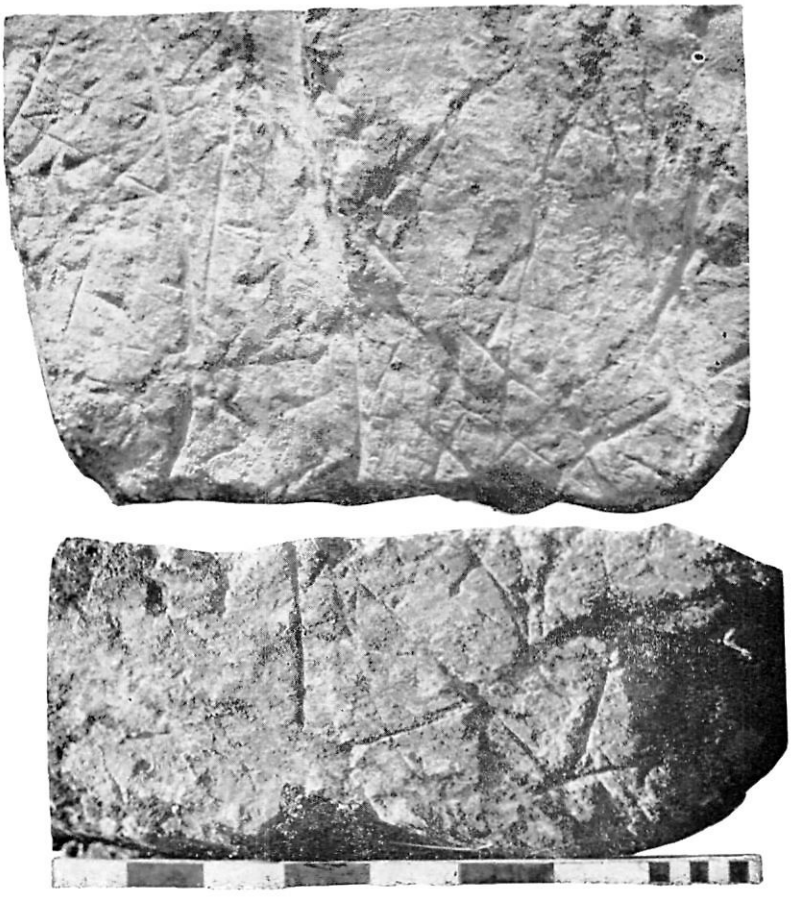
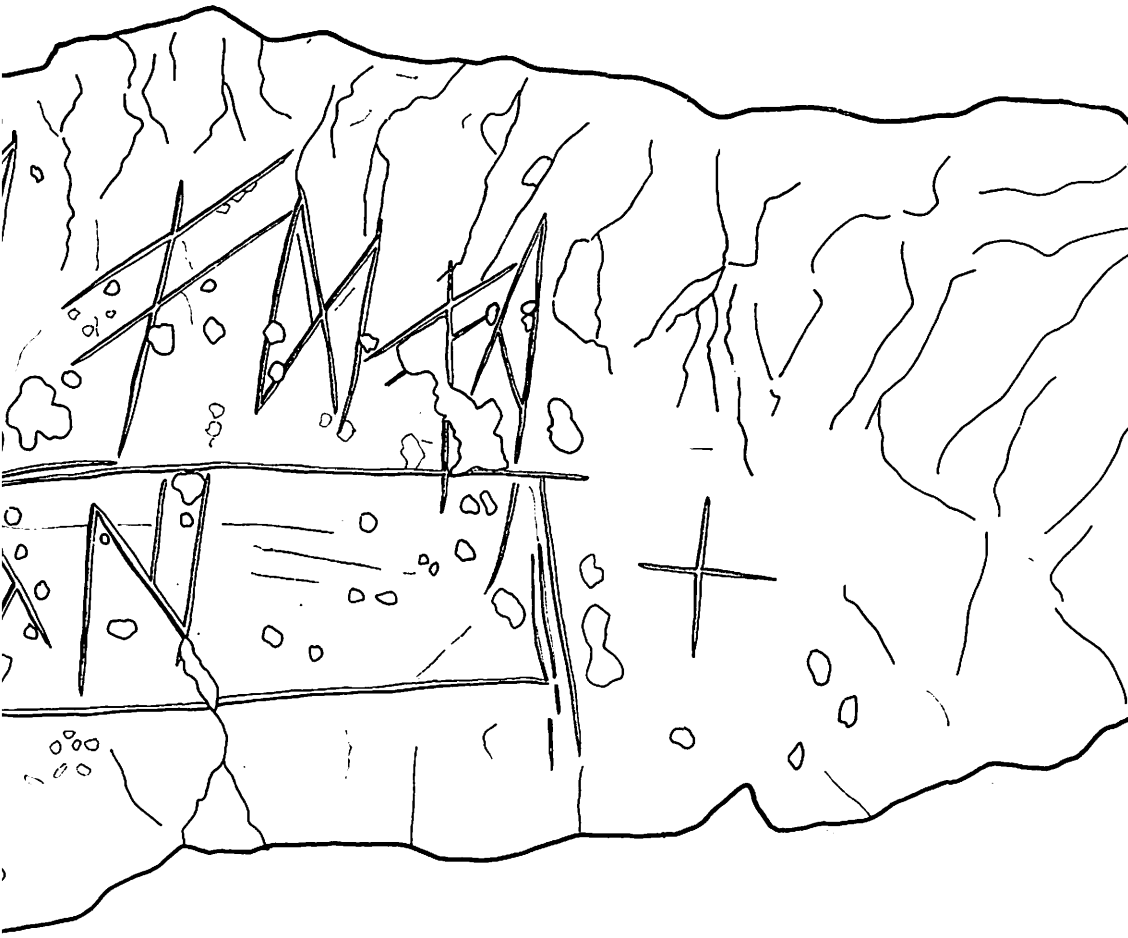
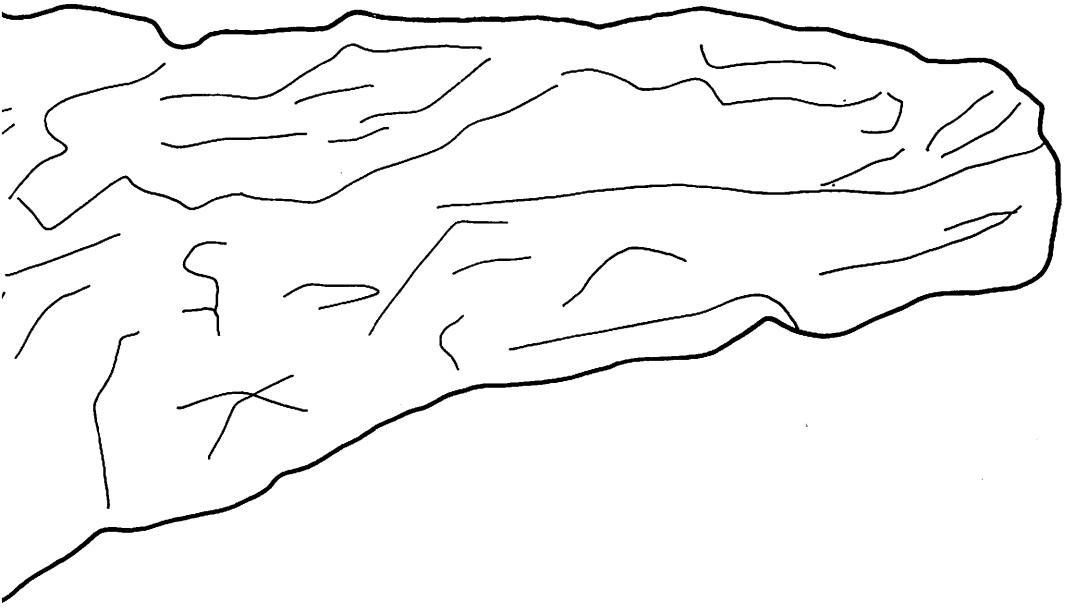


FIG. 8

FIG. 7. — Calco de la inscripción algarvense de Siruela.

25 cm.





de buen número de grietas y pequeños agujeritos atribuibles a la erosión, que rara vez dificultan la lectura de este interesantísimo monumento. La parte más perjudicada de la estela es sin duda la zona superior de la línea I, particularmente en lo que se refiere a sus comienzos, ya que al faltar la parte sustancial de algún signo se hace más difícil su transcripción correcta.

Por la cara 1) de la losa, y afectando fundamentalmente a la inscripción romana se encuentra un gran entrante (fig. 4), provocado por algún fuerte golpe.

## 3. LA INSCRIPCION LATINA (fig 4)

En la cara 1) de la estela del Ruidero, se observa una inscripción romana, a todas luces posterior al letrero del S. W., y grabada torpemente habiéndose sometido la piedra a un alisado previo somerísimo

Las letras son de torpe trazado y grabado irregular, aumentando su mal aspecto por la evidente erosión y desgaste que ha sufrido la pizarra por dicha cara[3]. Consta el epitafio de cuatro líneas, sin dedicatoria alguna y sin nombre de dedicante, siendo su lectura como sigue:

1) C. IVLIVS
2) CLEMENS
3) *AN.* IX
4) ... S. E.

Fácilmente se transcribe, supliendo la parte ausente en el cuarto renglón: *C(aius) Ivlivs/ Clemens/ An(norum) IX/ (h(ic)) s(itus) e(st)*, texto de gran sencillez que no permite mayores deducciones y tampoco una fecha cronológica segura, que en todo caso, sería demasiado baja para proponer un límite dado en la escala del tiempo en el que encuadrar la inscripción algarvense.

## 4. LA INSCRIPCION CON ALFABETO DEL S. W. (figs. 5-7)

Sin perjuicio de que más adelante tratemos con detenimiento este nuevo letrero, a propósito de la escritura del S. W. consideramos imprescindible dar ahora una breve descripción del mismo,

3. Tanto de esta inscripción como de la «ibérica» se publicaron noticias en el periódico «Hoy» de Badajoz, con fecha 9-12-73 y 19-12-73. En el segundo, una nota de Virgilio Carrasco Lianes, con graves errores de lectura y desafortunadas conclusiones cronológicas en lo referente a la lápida latina.

acompañada de los comentarios que nos sugiera su lectura, con objeto de poner de relieve y dar a conocer tan importante hallazgo para el mundo científico.

Como ya se ha dicho, la inscripción ocupa prácticamente toda la superficie que hemos denominado 2), y que se sometió a un claro pulimento para facilitar la tarea del grabador. Una de las líneas, la II, está contenida entre dos renglones o pautas paralelas, mientras que la superior se grabó teniendo como límites el renglón de la línea II y el propio borde de la losa, lo que ha motivado que la erosión, al atacar dicha zona haya hecho desaparecer parte de algunas letras.

Interesa tener en cuenta fundamentalmente, que la línea I, se lee de derecha a izquierda como ocurre comúnmente en las estelas del Algarve, y que la línea II, entre pautas, se lee en sentido contrario, de izquierda a derecha, fenómeno no único en los monumentos que conocemos, pero que conviene poner de relieve por su rareza.

El primer caso comparable lo constituye la estela decorada de Abobada[4], única por el carácter de su representación de guerrero, cuya escritura corre igualmente en sentido de *boustrófedon.* No deben olvidarse, del mismo modo, los letreros n. IV de Fonte Velha de Bensafrim[5], y el número VI[6] del mismo lugar, aunque éstos estén escritos exclusivamente de izquierda a derecha, y corriendo las líneas en espiral desde el exterior de la losa hasta su zona interior.

En cuanto a la distribución del letrero de Siruela, se deduce fácilmente, que el lapicida encargado de grabar a punzón y con gran firmeza, el texto correspondiente, puso especial atención en lo que se refiere a la línea II. Salta a la vista en primer lugar la presencia de dos aspas, no alfabéticas, y además una serie de trazos verticales, en número de tres que dividen en dos sectores la presente línea y la cierran por sus extremos, donde se encuentran además las dos aspas citadas.

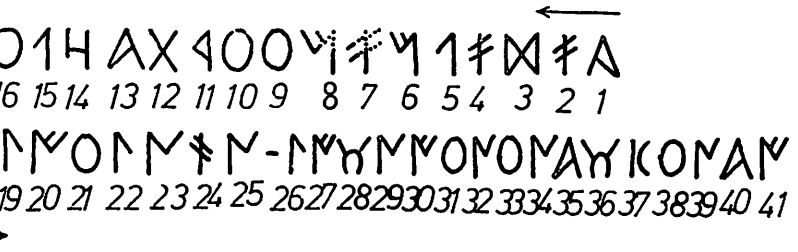
Esta particularidad, teniendo en cuenta la ausencia total hasta el presente de interpunciones o de otros signos de separación de palabras en las estelas algarvenses, aumenta de por si el valor científico del presente monumento, permitiéndonos de paso, dividir, con completa seguridad el contenido de la línea II.

A pesar del cuidado puesto en la elaboración del letrero, resulta que la línea I en la parte izquierda de la pizarra no se desbastó, dejando las grietas que la surcaban justo al acabarse la inscripción, seguramente por el cálculo del espacio que iba a ocupar la línea I.

4. Alves Dias, M. M., Coelho, L., 1971, p. 183 ss.
5. Gómez Moreno, M., 1964, p. 22.
6. Gómez Moreno, M., 1964, p. 24.

No resulta ajustado, sin embargo, el espacio de la línea II, pues queda una amplia zona al final, perfectamente útil para grabar, y comprendida entre los límites mencionados. En la parte inicial el grabador trazó las letras correspondientes de reducidas dimensiones, con ánimo de no salirse de la zona delimitada, aumentando progresivamente de tamaño las letras al ver mejor el espacio restante, pero sin llegar a ocuparlo entero, como se ha dicho.

A la vista de la documentación fotográfica y del calco realizado sobre el original, resulta el siguiente letrero:




Las únicas dudas en la lectura, se centran en el signo n. 2 en primer lugar, cuya parte izquierda está afectada por un desconchado, pero no obstante, no hay dudas en cuanto a su identificación con la *e*. A la misma letra se refiere el n. 7, a pesar de estar más destruido, ya que se mantienen perfectamente los dos extremos de los tracitos transversales. Mayores problemas ofrece el signo n. 8, situado justo al borde de la losa y faltándole la parte definitoria, salvo el angulito restante a su izquierda, que se sitúa por encima de la grafía equivalente a *ku*, con grandes probabilidades de que se refiera a una *i*.

Para todo lo demás no hay ninguna interrogante, de modo que podemos abordar su lectura sin grandes problemas que resolver.

Así las cosas, el texto transcrito[7] sería como sigue: AEKOELIEI KUKURTAAOLKU// TAALIKULNEN-LIBENIKUNKUNABEKEKUNAI.

Es evidente que la separación en dos líneas del texto de Siruela, impone una parcelación de conceptos, y contrariamente a lo que ocurre en otros monuementos, permite dividir mejor los vocablos que en su texto intervienen, con las separaciones vistas. El hecho de haber pasado a la línea inferior, después de haber escrito KUKURTAAOLKU, quedando sitio en su misma línea para continuar escribiendo, denota la independencia de la segunda línea respecto de la primera.

En cuanto a la línea I, no hay ninguna palabra que tenga sus

7. Beltrán Lloris, M., 1973, p. 109 y ss., fig. 9.

paralelos en las que aparecen en otras estelas del S. W.; el principio únicamente AEKOELIEI, ostenta cierta semejanza con KOELEBUEI, y ésta a su vez con LEKOEBUENI, vocablos que aún se pueden simplificar más en LEKOE y KOELE[8].

Viene después la palabra KUKURTAAOLKU, en la que se aprecia una duplicación de sonidos en su principio, y en el signo bilítero *TA*, que se hace seguir de la misma vocal que contiene, *A*. Estas repeticiones aparecen con cierta frecuencia en vocablos como AALA... (III de Bensafrim), y ocurre otro tanto con el signo *KA*, seguido de *A*, el BO seguido de *O* con otras cacofonias como en ciertas palabras de las estelas I y II de Pego de Ourique[9], que se lee EEBEEIR.

Los nombres terminados en *KU* son bastantes frecuentes en la epigrafía del Algarve; *AIRIKALTIKU* (II Bensafrim), *ALISIKU* (XXII Museo Sizenando), *BEATIORSTIKU* (IV Bensafrim), *KUTITATIKU*, etc., y estos finales tampoco son raros en los letreros ibéricos.

De este modo, y provisionalmente, la línea I, quedaría descompuesta en dos vocablos: *AEKOELIEI* y *KUKURTAAOLKU*.

La línea II se inicia con *TAALIKULNEN*, contenida dicha palabra en el primer espacio delimitado entre trazos verticales; aquí volvemos a encontrar el fenómeno de ir la *A* detrás del sonido *TA*.

En la parte final, aparece un vocablo de los más importantes de la epigrafía antigua del S. W., *KEKUNAI*, precedida de otra no menos importante y que en nuestro caso se grabó con caracteres peculiares, *KUNKUNABE*, quedando pues perfectamente aislada la palabra *LIBENI*, para la que no poseemos ningún paralelo.

En lo referente a la expresión *KUNKUNABE KEKUNAI* con esta u otra grafía, hemos de anotar que de un total de 34 estelas conocidas hasta el presente, resulta que en el 73,4 % aparece el vocablo *KEKUN-* con muy diversas flexiones. El 26,6 % son estelas incompletas y mal conservadas en su mayoría (sólo dos enteras), de donde podríamos hacer extensiva dicha fórmula a las citadas en primer lugar. De este modo, la expresión *KEKUN- SARKUNABE*, se convierte en un elemento auténticamente estable en los formulismos o cláusulas expresadas en las estelas funerarias de referencia, hecho de enorme importancia que no conviene olvidar.

Atendiendo al grupo sitado, sólo hay cinco estelas del total citado en las que se encuentra ya la palabra *KEKUN-* o *SARKUNABE* sola, debiendo atribuirse dicho fenómeno al estado de conservación fragmentaria de los monumentos supracitados.

8. Vide léxico más adelante, para estas y otras palabras.
9. Coelho, L., 1971.

Así las cosas resulta sumamente instructivo comparar las referidas cláusulas en orden a su mejor comprensión:

| *Procedencia* | *a* | *b* | *Posición* |
|---|---|---|---|
| I, BENSAFRIM | KUSAN-ABER | KEKUN-I | final |
| II, BENSAFRIM | NANKU-NABE | KEKUN-AI | media |
| IV, BENSAFRIM | SARKU-NABE | KEKUN-I | final |
| V, BENSAFRIM | SARKU-NABA | KEKUN-TEI | final |
| VI, BENSAFRIM | ...ERA-NABE | KEKUN-II | final |
| VII, BENSAFRIM | MIR-NABE | KEKUN-AI | media |
| IX, LOULE | .....-NABE | KEKUN ... | final |
| XI, LOULE | SKURKU-NABE | KEKUN-KU | media |
| XIII, SALIR | SA ..... | ..... | final |
| XIV, SALIR | SARKU-N..... | ..... | ? |
| XVI, MESSINES | S(ARKU-NA)BE | KEKUN-TEI | final |
| XVII, TABILHAO | SIKUNBE | KAKUN-AI | final |
| XIX, M. LONGO | SANKU | KEKU-NABE | final |
| XX, P. OURIQUE | SARKU-NABE | KEKUN-II | final |
| XXII, M. SIZENANDO | SARKU-NABE | KEKUN-II | final |
| XXIII, OURIQUE | SARKU-NNABE | KEKUN-TEI | final |
| XXIV, S. M. PINHEIRO | SARKU-NABE | KEKUN-I | final |
| XXV, A, ? | ..... | KEKUN-I | media |
| XXV, B, ? | (SAR)KU-NABE | KEKU(N-??) | ? |
| XXIX, ILIPA | | KEKUN-TEI | media |
| I, H. DO PEGO | SANKU | KEKUN-II | final |
| II, H. DO PEGO | NABE | KEKUN-UI | final |
| I, ABOBADA | KUL-NABE | KEKUN-TEI | media |
| I, ALMOROQUI | | KEKUN-U(I?) | final |
| I, RUIDERO | KUNKU-NABE | KEKUN-AI | final |

De los ejemplos expuestos, se deduce la existencia de dos importantes vocablos cuyo sentido por el momento no podemos conocer. Resalta la gran fijeza de la raíz *KEKUN-*, con sus diversas terminaciones en *-I, -II, -AI, -UI, -TEI, -KU, -NABE.* Para la primera parte de la fórmula, resultan indudables equivalencias entre *SANABE, NANKUNABE, SARKUNABE, (?)ERANABE, MIRNABE, SKURKUNABE, SINKUNBE, KULNABE* y *KUNKUNABE,* variantes que no rompen en modo alguno la fijeza e importancia de la fórmula que nos ocupa, sin duda de tipo ritual-funerario, cuyo significado muy posiblemente habrá de ser semejante al de otras expresiones que se repiten constantemente en los monumentos funerarios de otras culturas.

La estela de Siruela, en todo caso, nos ofrece una nueva equivalencia de la palabra *SARKUNABE* en *KUNKUNABE,* y otra ya conocida en *KEKUNAI.*

Relacionada con *SANKU,* en la estela XIX de Martín Longo, no podemos pasar por alto su parentesco con *SANKURE* (n. XVII, Tabilhao), que precede a la fórmula no muy ortodoxa: *SIKUNBE*

*KAKUNAI*. Por otra parte, la existencia de *NABE* entre los vocablos *EEBEEIR* y *KEKUNI*, de la estela II de Herdade do Pego, podría llevarnos a la existencia de una palabra quizá semejante a *SARKUNABE*, en *EEBEEIRNABE*, o en su defecto a la condición de vocablo aislado como *NABE*, pero con un sentido muy preciso en sus compuestos de *SKURKUNABE*, y sobre todo en *SIKUNBE*, donde la unión parece más efectiva, ya que no resulta lícita la separación *SIKU-NBE*, y mucho menos, pronunciable.

Queda por último, en la inscripción de Siruela, la palabra *LIBENI*, que hasta el momento resulta inédita en el léxico del S. W., por más que las palabras comenzando por *L* no son raras, como *LARIN*, *LASKUTAANA*, *LEKOE*, etc.

De esta manera, y vistos los comentarios que anteceden, la descomposición preliminar del texto de Siruela vendría dada del siguiente modo: *AEKOELIE*, *KUKURTAAOLKU*, *TAALIKULNEN*, *LIBENI*, *KUNKUNABE*, *KEKUNAI*, siendo el contenido del presente texto tan enigmático como el resto de los conocidos hasta ahora. Sólo la individualización de las palabras algarvenses permitirá conclusiones firmes y una notable ampliación de nuestros conocimientos.

De este modo, y basados en el elemental método que ya antes hemos expuesto[10], resulta el siguiente léxico, debiéndose tener en cuenta que sólo incluimos en la presente lista las palabras que ostentan cierta autenticidad, habiendo desechado aquéllas que obligaban a divisiones caprichosas.

## 5. LEXICO PRELIMINAR DEL S. W.[11]

AALA..., III Bensafrim.
AARTIOIERNEOTEKA, X, Loulé, sólo se conserva una línea.
ABE, II Bensafrim, pal. 4
AIBOORIS, VIII Monchique, pal. 1.
AIRILALTIKU, II Bensafrim, pal. 5.
AKOES, I Almoroqui, pal. 1. Ya llamamos la atención sobre la existencia de una palabra semejante en un pondus ibérico de Azaila[12].
AKULORKUAR, X Loule, 2.ª línea, palabra única.
ALISIKU, XXII Museo Sizenando, 3.ª línea; está sola.
ARKO, XII Loule, pal 3. ¿Versión de un nombre latino, ARCO?
ASTIABUE, VII Bensafrim, pal 1.

10. Beltrán Lloris, M., 1973, p. 106 ss.
11. Mientras no se indique lo contrario, las palabras van escritas de derecha a izquierda como es corriente en el Algarve.
12. Beltrán Lloris, M., 1973, p. 109.

ASTIANABUELEN, VII Bensafrim, pal. 4. Parece que esta palabra es un derivado de la anterior, y no deja de ser significativo que ambas estén a los lados de la comentada fórmula ritual: *astiabue mirnabe kekunai astianabuelen,* y no sería disparatado atribuirles un valor de nombre propio.

BALENTERIBO[13], I Bensafrim, pal. 2. No es segura a división de esta palabra.

BEATEORSTIKU (lectura directa), IV Bensafrim, pal. 1.

BUEDUE, I Bensafrim, pal. 3. La misma se repite en Ameixial.

DUNUITIS, XXIX, Ilipa, pal. 2.

DUORANANCAIE, XXX Puente Genil. Unica línea, pudiendo faltar algunos signos por delante; la lectura es directa.

EAR, XXI Panoias de Ourique, pal. 2, incompleta.

IIRIKUSTAATION, I Herdade do Pego, pal. 1.

EEBEEIR, I Do Pego de Ourique, pal. 3; II íd., pal. 1. Piensa Coelho, L., a propósito de este vocablo, que se deba interpretar como un antropónimo o gentilicio característico de dicha necrópolis[14].

ELEL, III Herdade Do Pego, palabra única.

ELINBUEIRKUANSA..., XIII Salir. Letrero único incompleto por el comienzo y el final.

IESNAM, I Almoroqui, pal. 2.

IROAEDIOSI, I Abobada, pal. 1.

IRSA, IX Loule, pal. 5.

KAABEN..., III Bensafrim. pal. 4.

KAKUNAI, XVII. Pertenece al grupo KEKUN-.

KEKUN-, Vide supra.

KEKUNABE, Vide supra.

KEKURAKU..., IX Loule, pal. 7. Es notable su semejanza con las del grupo *kekun-.*

KODOUARATIKU, XXIX, Ilipa pal. 1. La división no es segura, pero tiene grandes probabilidades: *koduoaratiku dunuites saner saskutaana kekuntei ratoa laskutaana,* etc.

KOELEBUEII, II Bensafrim, pal. 11. Véase *lekoebuenii.*

KOERKULI, I Bensafrim, pal, 1; íd. XII Loule, pal. 2. Es posible que *Koerkuli* haga referencia a un nombre propio de persona, al igual que *Arko.*

13. El mismo comienzo en ciertas palabras ibéricas, pero esto no quiere decir nada. Hasta el momento no resulta demasiado clara la relación entre este lenguaje y los propiamente ibéricos, derivada fundamentalmente de la falta de datos cronológicos y del desconocimiento de las auténticas palabras. Sin embargo, la existencia de palabras en la escritura del S. W., como *saner, agoes, urke,* además de las particularidades que citamos parecen anunciar que estamos sobre el camino, ya que las tres citadas tienen sus voces homónimas en el ibérico levantino. Quedan en otra vertiente las palabras que suenan a latín, como *laskutaana, koerkuli, Arko,* etc., pero en el estado de nuestros conocimientos resulta más seguro abstenerse de hacer teorías con tan débiles sustentaciones.

14. COELHO, L., 1971, p. 170.

KOETAKEEBIARIKUTI, XXIX, Ilipa, palabra aislada. Es sumamente dudosa la lectura del signo 9, que podría interpretarse también como una *a*, siendo posible la descomposición *koetake ebiarikuti.*

KUAREN, XXII Museo Sizenando. La primera línea de esta estela es sumamente dudosa, no pudiéndose descomponer sus palabras.

KUETIKUR, III Bensafrim, pal, 3.

KUKUTIASIIEENII, III Bansafrim, pal, 12.

KULNABE, I Abobada, pal, 2. Vide supra.

KUNKUNABE, I Siruela (lectura directa), pal. 5.

KUO..., I Herdade do Pego, pal, 4.

KURE, I Abobada, pal. 4.

KUSANABER, I Bensafrim, pal. 6.

KUTITATIKU, IX, Loulé.

LARIN, XXV A, pal. 2. También sería aceptable la lectura *LABIN...* dada la torpeza del tercer signo.

LASKUTAANA, XXIX, Alcalá del Río, pal. 7. Lectura directa. Se puede relacionar con su homónima latina[15].

LEKOE, II Bensafrim, pal. 5. Véase *Lekoebueni* y *koelebuei*, nombres derivados de *lekoe.* Es interesante observar que en ciertas estelas se repiten nombres completamente afines, *astiabue- astianabuelen, lekoe lekoebueni,* y *kukur - taaolku taalikulnen,* teniendo en común la terminación *-en.*

LEKOEBUENII, II Bensafrim, Vid. pal. anterior.

LIBENI, I Siruela (lectura directa), pal. 4.

MIRNABE, VII Bensafrim, pal. 2. Es equivalente a *sarkunabe,* etcétera.

MOSATI, I Abobada, 4 palabra.

NABE, Vide supra. Se une a *kulnabe, kekunabe, nankunabe,* etc.

NANKUNABE, I Bensafrim, pal. 6.

NINE, XII Loule, pal. 3.

OARBUEGIN..., XI Loule, pal. 1.

OARSA, I Bensafrim, pal. 4; íd. VIII Monchique, pal. 5.

OARTIENIR, XX Panoias de Ourique, pal. 1.

OEIRA, I Bensafrim, pal. 4.

OKEKUSAKUN, XXIV, San Miguel de Pinheiro, pal. 1.

OKUINBA, X Loule, pal. 3.

ORKE, III Bensafrim, pal. 2. Debe relacionarse con las monedas de *orkesken.*

RA, II Bensafrim, pal. 2.

RATOA, XXIX Alcalá del Río, pal. 6.

15. Véase Beltrán Lloris, M., 1973, 103 y ss.

RISIIN, II Bensafrim, pal. 8.
SODUOIRKUA, V Bensafrim, pal. 1; íd. IX de Loule, pal. 4, pero aquí con variante en la *n, sonduoirkua.*
SANER, XXIX, Alcalá del Río, pal. 3. Es importante anotar que un vocablo idéntico, se encuentra en el plomo de Bechí (El Solaig, Castellón de la Plana), en la primera línea, pal. 1, incluso con el mismo tipo de *s*[16].
SANKU, IX, Martin Longo, pal. 2. Vide la siguiente.
SANKURE, XVII Tabilhao. La misma que la anterior.
SARKUNABE, Vide supra.
SASKUTAANA, XXIX, Alcalá del Río, pal. 4. Lectura directa.
SIKUNBE, XVII Tabilhao.
SARONKUTEA, XX Panoias de Ourique, pal. 2; íd., pal. 1.
SO..., XXVI. Museo de Beja, pal. 2.
SOTE, XXIV San Miguel do Pinheiro, pal. 4.
TAALIKULNEN, I Siruela, pal. 3. Cabe la posibilidad de que *Taalikulnen* sea un nombre derivado de *kukur-taaolku.*
TIKURE, II Bensafrim, pal. 10.
TIOIARAIRBOBO, XXII Manuscrito de Evora, pal. 1. ¿Hay dos palabras?
TIOINATOS, XXVI, Museo de Beja, pal. 1. Obsérvese el mismo comienzo que la anterior.
TOARKA..., XVIII Ameixial, pal. 2.
TOATAANKUR... TIKU, I Abobada, pal. 7.
...AAKAABENKURIENIRO, XVIII Ameixial, pal. 3.
...ARINSAIUIRELATIA, VIII Monchique; posiblemente pueda dividirse en *...arin saiui relatia*???
...BELTIKUAIENA..., XVI Messines, pal. 1.
...KANANDARTE, XIX, Martin Longo, pal. 1.
...KUNINTE..., XV Camoros da Portela.
...ORKUS..., XV Camoros da Portela.
...RKUENOO..., XV Camoros da Portela.
...SKUTIOIO, III Bensafrim, pal. 1. Nótese que el final es el mismo que el comienzo de los vocablos *TIOIARAIRBOBO* y *TIOINATOS.*

Quedan todavía muchas más palabras cuya descomposición no hemos conseguido, debido sobre todo a la ausencia de separación entre ellas, por lo que habremos de esperar al descubrimiento de nuevos documentos. Otro problema sin solución inmediata es el de la cronología atribuible a este género de escritura, sobre todo en sus primeros tiempos, así como el fenómeno de su invención

16. FLETCHER, D., Mesado, N., 1967.

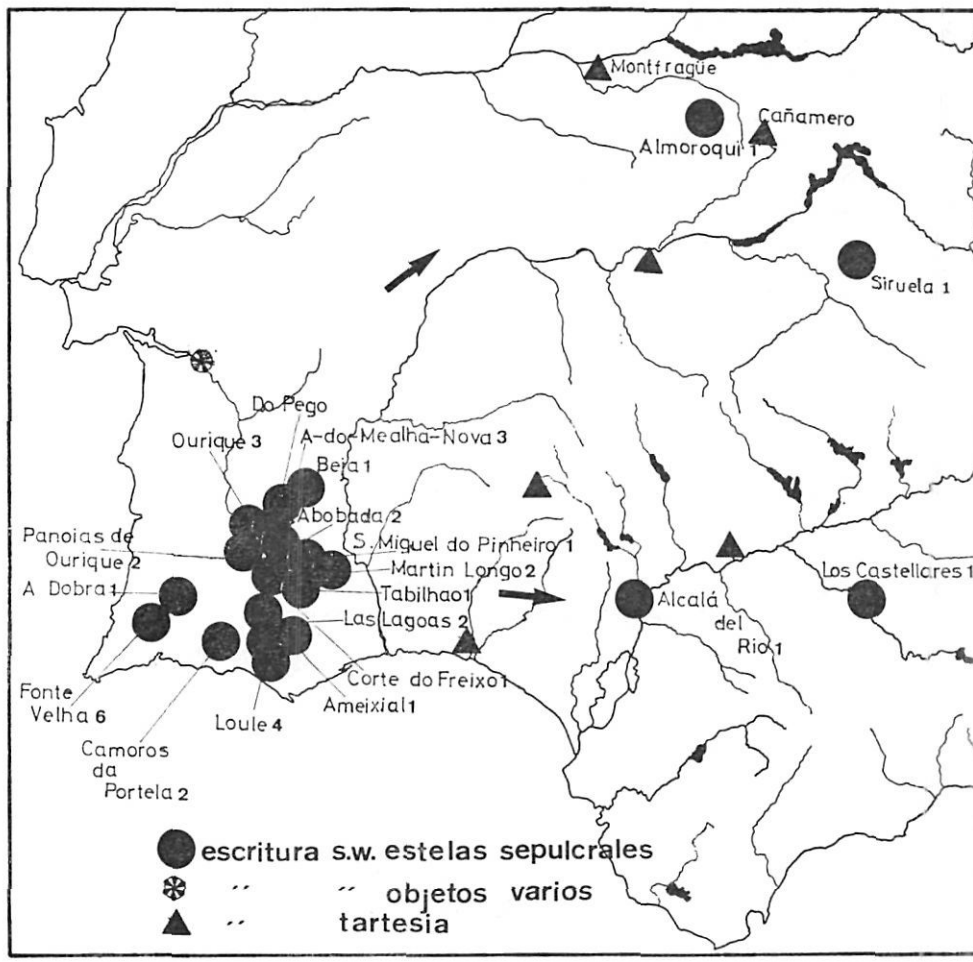



FIG. 9. — Extensión de la escritura del S. W. y tartesia.

por una mente privilegiada. No es este el lugar para resumir tan interesantes cuestiones, y menos todavía para dilucidar el significado de los vocablos mencionados.

Sólo queda, antes de lanzarnos por otros derroteros, la redacción de un léxico exhaustivo donde vayan todas las voces del antiguo idioma del S. W., y desde luego la realización de excavaciones en las que podamos apoyarnos con firmes bases cronológicas.

Queda también la cuestión de la expansión de esta escritura, que desde el Algarve portugués llegó hasta el sur del Tajo y márgenes del Guadiana (fig. 9), siendo muy posible que este movimiento se iniciara en fecha bastante temprana, y dentro de circunstancias relacionables con los fenómenos comerciales de la primera Edad del Hierro. En este punto es importante el hallazgo de un jarrito broncíneo de tipo tartéssico en Siruela[17], conservado actualmente en la colección Calzadilla de Badajoz, si bien se ignora el lugar exacto de su aparición, extremo éste que podía haber sido del mayor interés. En todo caso la aparición de esta pieza cuya cronología puede ir perfectamente al s. VII o VI a. de J. C. refuerza la importancia de la comarca de Siruela, incluida de lleno en la corriente orientalizante, a cuya difusión corresponden los presentes monumentos. A esta y otras muchas cuestiones no podemos contestar por el momento, debiéndonos contentar con dejar una puerta abierta para nuevas sugerencias, y cuantos nuevos descubrimientos puedan modificar nuestro actual estado de conocimiento.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES DIAS, M. M.; COELHO, L., 1971. — *Notavel lapide protohistorica da Herdade de Abobada, Almodovar.* O Arqueologo Portugues, serie III, vol. V, Lisboa.

BELTRÁN LLORIS, M., 1973. — *Estudios de Arqueología Cacereña.* Monografías Arqueológicas, XV, Zaragoza.

BLÁZQUEZ, J. M., 1968. — *Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente,* Salamanca.

COELHO, L., 1971. — *Inscriçoes da necropole proto-historica da Herdade do Pego-Ourique.* O Arqueologo Portugues, serie III, vol. V, Lisboa.

FLETCHER, D., MESADO, N., 1967. — *El poblado ibérico del Solaig (Castellón).* Trabajos varios del SIP., núm. 33, Valencia.

GARCÍA Y BELLIDO, A., 1956. — *Materiales de arqueología hispano-púnica. Jarros de Bronce,* A. E. A. XXIX.

GARCÍA Y BELLIDO, A., 1960. — *Inventario de los jarros púnico-tartéssicos,* A. E. A., XXIII.

GÓMEZ MORENO, M., 1962. — *La escritura bastulo-turdetana (primitiva hispánica),* Madrid.

17. GARCÍA Y BELLIDO, A., 1956, 88, figs. 5-7; id., 1960, 52. Sólo se indica que se encontró al hacer una carretera, pero no se dan más datos; también BLÁZQUEZ, J. M., 1968, 69 ss.

593
b

DIPVTACION DE ZARAGOZA INSTITVCION FERNANDO EL CATOLICO DE LA EXMA

C. S. I. C.